

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia

Agnaldo dos Santos

**DEBUTANTES E *OUTSIDERS*:
JUVENTUDE METALÚRGICA E SINDICATO NO ABC PAULISTA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.
Orientador: Prof. Dr. Glauco Arbix

SÃO PAULO
2001

SUMÁRIO

1. Resumo / Abstract	04
2. Agradecimentos	05
3. Introdução.	08
3.1 - Objetivos.	12
3.2 - Entre o "peão" e o "colarinho branco"	18
4. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC:	
4.1 - Das greves de 1978 à formação do "núcleo duro"	26
4.2 - Estratégias do sindicato para a juventude.	41
4.3 - A comissão de Jovens do SMABC	45
5. Orientações teóricas:	
5.1 - A construção histórica da juventude	52
5.2 - A sociologia da juventude - algumas contribuições	66
5.3 - Juventude e "juvenilidade"	75
6. Identidade e Classe: Heterogeneidades	
6.1 - Os jovens e o sindicato	80
6.2 - Mutações no mundo do trabalho.	83
6.3 - Mundo fabril e mundo juvenil .	106
6.4 - "Outsiders", mas com simpatia pelo SMABC ?	113
7. Conclusões	129
8. Referências Bibliográficas	139

*When I was younger, so much younger than today
I never needed anybody's help in any way
But now these days are gone I'm not so self assured
Now I find I've changed my mind I've opened up the doors*

“Help”, John Lennon e Paul McCartney, 1965.

RESUMO

O sindicalismo contemporâneo vive transformações em sua base social de sustentação, decorrência das mudanças em curso no mundo do trabalho. A marca dessas transformações é a heterogeneidade, ou seja, o antigo mundo fabril composto majoritariamente por homens adultos, provedores do lar, dá espaço às mulheres e aos jovens, com aspirações e visões de mundo distintas daquelas tradicionalmente trabalhadas pelo sindicalismo.

Os jovens metalúrgicos de hoje, mais educados, usufruindo as conquistas trabalhistas do passado, não se sentem mais como os seus pais ou avós, vencedores por terem aprendido uma profissão, orgulhosos por serem trabalhadores qualificados: a atual geração “ponto com” deseja abandonar a condição de metalúrgico, percebe seu trabalho como passageiro, transitório, o que acaba gerando uma incongruência entre as estratégias universalistas do movimento sindical e os anseios desses metalúrgicos outsiders. Isso fica claro na própria composição do sindicato hoje, com a maioria de trabalhadores acima dos 30 anos de idade e com mais de cinco anos de empresa.

Palavras Chaves: sindicalismo, juventude

ABSTRACT

The syndicalism of our days goes through changes in his basis of social support, as a consequence of the alterations that occur in the world of work. These changes have the characteristic of being heterogeneous. In other words: the old factory world, which was built up mainly by grown-up men, men who were home providers, is substituted by women and young people, which have others aspirations and points of view, now different from the once traditionally used by syndicalism.

The metallurgists of our days are more educated and enjoy the conquests of the unionism of the past; they don't feel anymore as their parents or grandparents did, as winners for having learned a profession, they are not anymore proud of being qualified workers. The nowadays Web generation wishes to leave the metallurgie condition, she perceives the work as passing by, as transitory and this arises an incongruence between the world wide strategies of the syndicalistic mouvement and the longings of these outsiders metallurgists. This stands to reason on the composition of the syndicate of today, where the majority of workers is over 30 years old and is working at the company for more than five years.

Keywords: syndicalism, youth.

AGRADECIMENTOS

No percurso por mim percorrido desde a concepção do projeto de pesquisa até a apresentação da dissertação, diversas foram as pessoas e instituições que me auxiliaram para que fosse possível atingir aqueles objetivos que eu havia inicialmente estabelecido; na impossibilidade de elencar a todas, destaco algumas que foram particularmente importantes.

Devo agradecer, em primeiro lugar, a bolsa de mestrado oferecida pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC), ao longo de dois anos, sem a qual teria sido impossível a dedicação exclusiva à pesquisa de campo e a conclusão dos créditos exigidos pelo programa de pós-graduação. A orientação e os conselhos do professor Glauco Arbix foram decisivos num dado momento em que eu demonstrava dificuldade em optar por alguns caminhos possíveis no transcorrer da pesquisa. Presto então ao meu orientador os meus mais sinceros agradecimentos.

Os contatos iniciados com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a recepção que recebi naquela instituição foram motivadores, e alguns companheiros merecem aqui referência. Tarcísio Secoli, da secretaria de finanças, Aroaldo, Alexandre, Hudson, Léia, Gilmar e todos os membros da comissões de jovens do sindicato foram sempre muito prestativos e ofereceram todas as informações que solicitei à aquela instituição, o que tornou nossa

relação extremamente amigável e fraterna. Por meio deles tive também contato com as comissões de fábrica da Mercedes Benz do Brasil, da Ford do Brasil, da Scania Latin American e da Volkswagen do Brasil, entidades às quais presto meus agradecimentos.

A professora Heloísa Martins, do departamento de Sociologia da Universidade, minha orientadora na iniciação científica da graduação, foi uma das pessoas que me incentivou desde o início a elaborar o projeto de pesquisa, discutindo a temática da juventude trabalhadora. Devo a ela minhas primeiras reflexões envolvendo o sindicalismo e a relação com os jovens operários.

Minha banca de qualificação contou com a presença das professoras Heloísa Martins e Vera da Silva Telles (dep. Sociologia/ USP), que muito me auxiliaram no sentido de “arredondar” minhas hipóteses, com sugestões de bibliografia e de procedimentos metodológicos. Evidente que respondo por todas as conclusões aqui expostas, mas é necessário apontar a contribuição da banca de qualificação. Não poderia deixar de citar também os seminários de projeto coordenados pelo professor Sedi Hirano, do programa de pós-graduação, que soube conduzir de forma exemplar os debates e a troca de idéias entre os mestrandos.

Entre o fim da graduação e o início do mestrado, participei de uma pesquisa junto ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), no qual pude discutir com alguns companheiros minhas hipóteses iniciais de pesquisa, além de consultar o banco de dados da instituição acerca das pautas de reivindicação e contratos coletivos firmados entre o

sindicato e os empresários do setor. Dentre toda a equipe, destaco os amigos Fausto Augusto Jr, Ana Yara Paulino, Ana Cristina Nasser e os demais pesquisadores do Projeto do CNPq/CESIT/DIEESE.

Meus companheiros do Núcleo de Estudos de *O Capital*, do PT de São Paulo, desde meados dos anos 1990, vem travando comigo calorosas e deliciosas discussões sobre a história da CUT, do PT e do movimento estudantil, além dos clássicos do marxismo. Destaco então meus camaradas Ciro Yoshiyasse, Luís Fernando Franco Martins, Lincoln Secco, Carlos Félix, Flávio Perez, José Rodrigues Mao Jr., Eduardo Bellandi, Marianne Reisewitz e outros que ingressaram no núcleo posteriormente.

Alguns amigos de pesquisa, que desenvolveram reflexões muito próximas às minhas, foram uma fonte privilegiada de discussão e ajuda nos momentos de “pane”. Maria Carla Corrochano e Ana Paula Corti foram duas dessas pessoas a quem estive sempre em contato ao longo do meu trabalho.

Por fim, mas não em último lugar, devo muito à minha companheira Suely, pelo carinho e compreensão dispensados no transcorrer da pesquisa, e aos meus pais, Pedro e Juraci, pela dedicação e confiança incondicionais.

3 - INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou compreender a atual relação entre o jovem operário e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, desde o final da década de 1990. Nossa intenção de estudar a participação sindical de jovens metalúrgicos das empresas montadoras de automóveis era a de questionar a imagem que foi criada em torno dessa faixa etária, associada automaticamente a comportamentos políticos extremados – ora rebeldes ora apáticos.

Existe atualmente um esforço entre os estudiosos de várias disciplinas no sentido de desmistificar o conceito de juventude; é cada vez mais evidente que o termo usado no singular oculta uma diversidade de grupos, no que se refere a classes sociais, a padrões estéticos, a orientações religiosas etc. Mas, principalmente, vai se criando um consenso de que a idéia de juventude, como um segmento social auto-consciente e com aspirações próprias, é uma *criação recente*, típica das sociedades modernas.

Chama a atenção que o interesse pelo tema da juventude seja constantemente vinculado ao da participação política. Dentre aquelas instituições consideradas tradicionais no que se refere à expressão política, o movimento sindical é com certeza uma das que tem aparecido ultimamente nos debates sobre crise de representatividade. Sentimo-nos chamados portanto a investigar essa relação, partindo do suposto que ambos os temas são tratados de um modo

geral com certo grau de propensão ideológica e, por isso mesmo, carga emocional: “os jovens não são mais como antigamente”, para discorrer sobre a apatia juvenil; “o sindicalismo vai acabar”, para afirmar a inexorabilidade do declínio sindical etc.

Através do estudo desse segmento de trabalhadores queremos verificar como está a situação do movimento sindical nesta nova economia globalizada, que tem gerado, de fato, dificuldades para os interesses organizados da classe trabalhadora, deixando-os na defensiva. Pelo fato de representar um dos setores mais dinâmicos da indústria nacional, o complexo automotivo continua sendo um grande palco de inovações tecnológicas e de relações trabalhistas, daí a opção por desenvolver a presente investigação sobre a participação sindical da juventude, numa região que concentra tal setor produtivo. Todas as mudanças ocorridas aí terão alguma repercussão no resto da sociedade, mesmo partindo do suposto de que dificilmente serão “copiadas”. É significativo que nesse complexo automotivo tenha surgido, como ator político, o Novo Sindicalismo e um partido de corte socialista de novo tipo, que tentava romper com a tradição das antigas organizações comunistas, sob a bandeira (ainda que pouco precisa) de um “socialismo democrático”.

Para nós, compreender os dilemas da associativismo sindical e as transformações no mundo do trabalho podem nos levar a refletir acerca da relevância das lutas orquestradas pelos trabalhadores na sociedade contemporânea. Em que pese a função estrutural do sindicalismo na moderna economia de mercado, ainda sim o movimento sindical desempenhou uma

enorme resistência à mercantilização da vida promovida pelo moinho satânico de que nos falou Karl Polanyi. Singer (1998) apontou a importância do movimento sindical ao longo do último século, que teria transformado

“(…) o mercado de trabalho num monopólio bilateral. O que alterou a relação de força entre capital e trabalho nos mercados de trabalho em que o sindicatos lograram organizar a maioria ou a totalidade dos trabalhadores. A tendência concentradora de renda foi, desta maneira, revertida em alguma maneira. (...) É uma hipótese mais do que razoável que o intenso crescimento econômico desse período [os Anos Dourados entre 1945-1973], com algo muito próximo ao pleno emprego, foi em grande parte devido a esta redistribuição da renda em favor da grande massa de assalariados semi qualificados” (pp. 120-121).

O tema passa a instigar quando lembramos que, a despeito das críticas em relação ao corporativismo e de sua impertinência a uma pretensa regulação automática do mercado de trabalho, o sindicalismo seria uma expressão do *movimento associativo dos trabalhadores*, que surgiu com o capitalismo sob a égide da contestação, da emancipação e da renovação (Catanni, 1996). Acreditamos, portanto, que somente um discurso baseado no credo liberal negaria a importância das organizações sindicais nas sociedades contemporâneas, principalmente quando ela “ousa” interferir no funcionamento “ótimo” do mercado de trabalho. Em vários momentos do período logo após a Segunda Guerra foi possível verificar o crescimento da importância da ação sindical na sociedade, uma vez que correspondia no plano macroeconômico à regulação do mercado em moldes keiynesianos (nos países capitalistas hegemônicos), além de apontar o desabrochar da classe operária nos países de industrialização recente, como o Brasil (Lipietz, 1988). Governos interessados em

promover políticas de substituição de importações, com programas baseados em discursos populistas, deram espaço ao movimento sindical, que era imediatamente preenchido por forças que haviam sido reprimidas ao longo da primeira metade do século no país (Benevides, 1989).

O movimento estudantil desse período buscava com frequência aproximar-se dos sindicatos, uma vez que o consideravam porta-voz da classe operária. Muitas instituições estudantis procuravam “imitar” a estrutura do movimento sindical, até mesmo se autodenominando “sindicatos estudantis”, como demonstrou o caso francês em fins dos anos 1950 (Griset e Kravetz, 1968). Era um momento em que se via com frequência jovens de classe média desempenhando dupla militância, nos grêmios estudantis e nos sindicatos (despertando aliás certa desconfiança dos dirigentes sindicais). Um caso muito representativo dessa tendência foi a participação de jovens estudantes e operários na famosa greve dos metalúrgicos da Cobrasma em Osasco no ano de 1968 (Weffort, 1972; Andrade, 1998)

Contudo, qualquer tipo de militância política hoje - partidária ou sindical - *parece* não ressoar nos meios juvenis, considerado no senso comum como o *locus* privilegiado de contestação. Um estudo que pretenda discorrer sobre a propensão à participação sindical nesta virada de século, particularmente no que tange à realidade brasileira, não pode menosprezar este segmento da população caracterizada como “jovem”, posto que dessa discussão poderá surgir formas de garantir a sobrevivência da ação sindical no século XXI, já que partimos aqui do

suposto que a crise é real e exige saídas criativas para os interesses organizados da classe trabalhadora.

3.1 - OBJETIVOS

Procuramos investigar a relação entre os jovens metalúrgicos das empresas montadoras de veículos e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC nesta virada de década (e de século), o nível de interesse dos primeiros e o desempenho em arregimentá-los, por parte do segundo. Verificamos o que *permaneceu* e o que *se modificou* no comportamento e na auto-imagem dos jovens militantes do sindicato, tendo como base os militantes da geração jovem anterior. Nossa intenção é pôr à prova a afirmação de que a juventude *rejeita hoje* as instituições tradicionais, optando por uma participação “sem rótulos” (ou seja, livre das referências políticas e institucionais tradicionais), portanto será de fundamental importância essa comparação geracional.

Análises sobre o surgimento do “novo sindicalismo” no ABC paulista procuraram evidenciar como ele se desenvolveu particularmente entre os trabalhadores especializados, que denunciavam a falta de reciprocidade entre a importância de suas atividades, de um lado, e o salário recebido e as condições precárias de trabalho e de vida, de outro (Sader, 1995; Paranhos, 1999). O que movia aqueles trabalhadores que protagonizaram as greves de 1978, 1979 e 1980 era menos uma ideologia política definida do que o sentimento de possuir uma identidade operária vinculada à seriedade, a honradez e a uma “dignidade profissional” que não era respeitada pelo empresariado e pelo governo militar;

queriam, acima de tudo, ser ouvidos e respeitados como trabalhadores sérios. A recusa dos patrões e do governo em atender suas reivindicações acabou gerando um discurso de *auto-estima* entre as lideranças e a base social do sindicato, que se dispôs até mesmo a enfrentar a repressão da ditadura em nome da dignidade (Abramo, 1987). O movimento que ficou conhecido como “novo sindicalismo” era a negação do velho estilo de fazer sindicalismo, onde seus dirigentes estavam preocupados com a permanência na máquina sindical, com caráter marcadamente assistencialista, atrelado ao Estado. Muitas figuras que despontaram nesse novo movimento eram jovens, a começar pelo próprio Luís Inácio da Silva, o Lula, que iniciou sua militância com 23 anos de idade, influenciado por seu irmão que era militante do antigo PCB. (Lula, 1981). Fotos das greves de 1979 e 1980 mostram também um Luis Marinho, atual presidente do sindicato, ainda imberbe, nos piquetes e assembléias da categoria. É possível afirmar que muitos militantes do “novo sindicalismo”, particularmente aqueles sem vinculações políticas definidas naquele momento, eram também jovens em idade.

Mas, quando olhamos para a atualidade, vemos alguns estudos indicando que os jovens *hoje* já não são mais atraídos pelo discurso da política partidária ou sindical, tidos como excessivamente “rígidos”:

“A recusa das etiquetas, o medo da ‘arregimentação’, do assujeitamento, e de toda restrição à liberdade de pensar ou de agir, fazem rejeitar o engajamento de tipo partidário. O caráter definitivo do militantismo tradicional amedronta” (Müxel, 1997, p. 162)¹.

¹ Ver também Mische, 1997; Spósito, 1994.

Vários estudos buscam discutir também como o sindicatos hoje apresentam dificuldades em arregimentar trabalhadores jovens, imigrantes ou mulheres (Durand, 1996; Rodrigues, 1999). Recente pesquisa promovida pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo entre jovens de 15 a 24 anos, em nove regiões metropolitanas e Distrito Federal, indicou que o movimento sindical não inspira muita confiança nesse segmento etário: apenas 8% declaram confiar totalmente, 45% confiam até certo ponto e 44% responderam não confiar nas entidades sindicais (Venturi e Abramo, 2000).

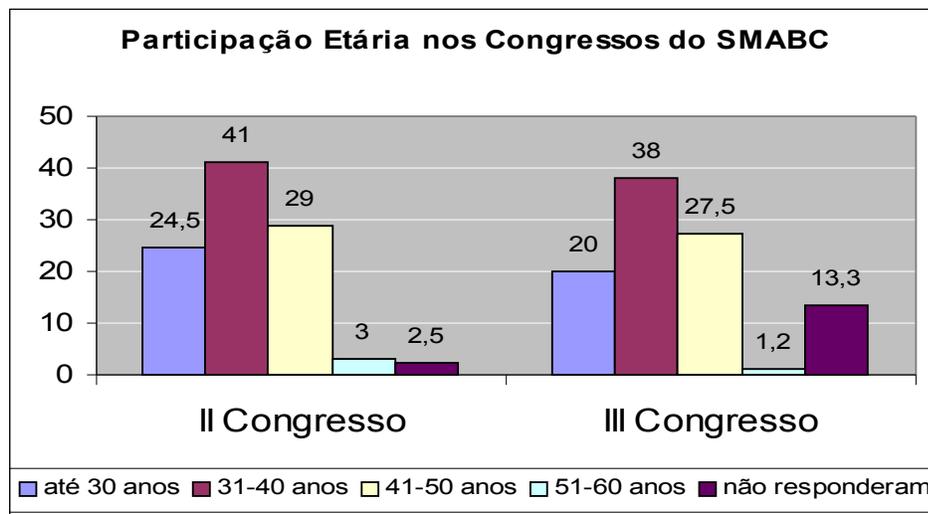
De fato, observando a composição etária da categoria, temos que os jovens metalúrgicos constituíam a maioria da base social no ano de 1997, conforme os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho. Assim, temos que

Jovens 14-29 anos (incluindo aprendizes)	110.099	(53,95%)
“Veteranos” 30-65 anos	93.898	(46,05%)

Parece possível falar numa participação juvenil limitada no movimento sindical quando buscamos essa participação no Sindicato dos Metalúrgicos e na própria Central Única dos Trabalhadores, à qual é filiado.

Os números do SMABC deixam a situação bem clara: apenas 12,5% do total de trabalhadores filiados à entidade possuem até 29 anos; a média de idade dos membros da atual diretoria – 1999/2002 – é de 40 anos, sendo que na

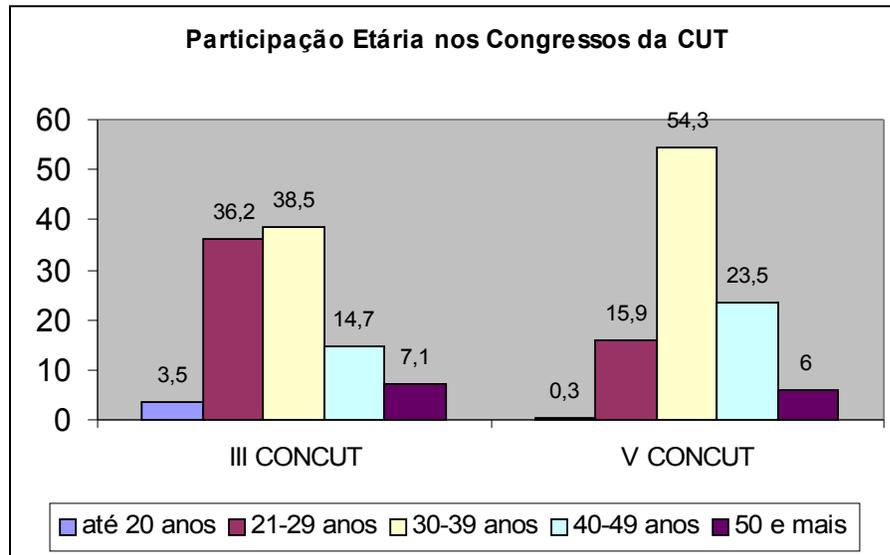
diretoria de 1978 era de 34 anos. Observando os números dos dois últimos Congressos dos Metalúrgicos do ABC, temos que os delegados com idade até 30 anos correspondiam no segundo congresso (1997) a 24,4% do total, a faixa 31-40 anos chegou a 41%, o estrato 41-50 anos a 29% do total. Já no terceiro congresso (1999) a faixa definida por nós como jovens ficou por volta de 20%, a faixa seguinte ficou próxima a 38% e a de 41-50 anos atingiu 27,5% (dados fornecidos pelo sindicato em abril de 2000).



Fonte: Secretaria Geral do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

A participação dos jovens trabalhadores no III Congresso Nacional da CUT (III CONCUT/1988) foi de 3,5 % de delegados com até 20 anos; o percentual dos delegados entre 21-29 anos era de 36,2%; os delegados entre 40-49 anos atingiam 14,7%. No V CONCUT (1994), os delegados com até 20 anos caíram para 0,3%, a faixa 21-29 anos atingia 15,9% e os delegados com 40-49 anos aumentaram para 23,5% (Pola, 1996); tais números sugerem que estaria

ocorrendo um *envelhecimento* dos dirigentes sindicais, sem uma renovação dos seus quadros.



Fonte: DESEP/CEBRAP, citado em Pola (1996)

As lutas sindicais acumuladas nesses últimos vinte anos na região, além de conquistas sociais, geraram outras conseqüências. Os trabalhadores hoje com menos de 30 anos eram crianças ou sequer haviam nascido no final dos anos 70. Para essa geração, que já usufrui direitos adquiridos naquelas lutas, falar em ditadura militar, intervenção nos sindicatos, prisão e tortura de sindicalistas parece tão distante quanto o Estado Novo de Vargas. A realidade que conhecem é aquela do desemprego crônico, da violência urbana crescente e da política institucional contaminada pela corrupção em seus mais diversos níveis.

Nossa preocupação foi, desde o início, entender o significado desses números: o sindicato foi mais atraente para os jovens operários de um passado

mais recente? Ou, ao contrário, os dados apenas demonstram que a participação juvenil sempre foi residual? Nesse caso, por que é recorrente a afirmação de que os jovens *hoje* não participam mais dos canais considerados tradicionais de expressão política? Seria correto falar numa idiosincrasia ou singularidade no comportamento social juvenil?

O problema se apresentava nos seguintes termos: por que uma faixa etária deveria ser mais ou menos participativa nas instituições, por que falar então que a participação juvenil hoje rejeita os “velhos rótulos” e velhos canais de expressão política? Dizer, por exemplo, que a valorização juvenil das artes e da estética ocorre em detrimento da política não seria cair novamente no erro de “mitificar” esse período da vida? Encontramos aqui novamente a reedição de velhas perguntas, ou seja: até que ponto as *estruturas sociais*, a história, determinam o comportamento político das pessoas? O envolvimento sindical e político não seria determinado mais pela força de determinada conjuntura do que por meras características geracionais? E, até que ponto os indivíduos ou segmentos sociais possuem autonomia para construir sua expressão política?

Acreditamos que a pertinência desse estudo reside na preocupação clássica que a sociologia dispensou ao tema das *mudanças sociais* ao longo do século XX, uma vez que a transição de uma geração de militantes para outra pode indicar os impasses que o movimento sindical tem encontrado nesse processo, permitindo desse modo refletir posteriormente sobre possíveis estratégias para equacioná-las.

Partindo do suposto que toda instituição preocupa-se com sua reprodução e longevidade, torna-se mister investigar as condições objetivas e subjetivas dessa interface geracional. E, além disso, acreditamos que uma reflexão sobre a própria condição do movimento sindical na atualidade é de fundamental importância, uma vez que seu formato ao longo do século XX seguiu um padrão histórico-social (vinculado principalmente à produção fordista), e que poderá encontrar novos contornos organizacionais, conforme as vicissitudes da sociedade moderna.

Seguiremos então um percurso que, primeiro, apresente nossas hipóteses de trabalho; logo após, uma parte da discussão acerca da juventude (o desenvolvimento histórico dessa categoria e sua abordagem sociológica), logo em seguida passaremos a delimitar precisamente nosso campo de estudo (o impacto das reestruturação produtiva nas *relações industriais* e o choque entre as gerações operárias); e por fim trataremos especificamente do caso dos jovens operários das empresas montadoras na região do ABC

3.2 - *Entre o “Peão” e o “Colarinho Branco”*

a) Nossa primeira hipótese de trabalho é que a disposição do jovem a participação sindical sempre foi pequena, inclusive nos momentos de maior movimentação de massas. Contudo, a geração anterior de jovens operários das empresas montadoras via sua profissão como a oportunidade de “melhorar de vida”, uma vez que eram operários qualificados, e esse senso profissional atribuía-lhes uma certa *identidade operária*.

Max Weber, discutindo o papel do proletariado moderno na democracia alemã do início do século XX, afirmou que

(...) na vida diária e nas lutas econômicas dos operários, os sentimentos de *honra e solidariedade* são as únicas forças morais decisivas para a educação das massas, e por essa razão deve-se deixar que esses sentimentos se desenvolvam livremente. (Weber, 1997, p. 37, grifo meu)

De outro lado, Durkheim acreditava que a especialização advinda da divisão do trabalho social é que garantia essa identidade e esse orgulho operário:

“A divisão do trabalho supõe que o trabalhador, longe de ficar curvado sobre sua tarefa, não perde de vista seus colaboradores, mas age sobre eles e sofre sua ação. Não é pois uma máquina que repete movimentos dos quais ele não percebe a direção, mas ele sabe que elas tendem para algum lugar, para um objetivo que ele concebe mais ou menos distintamente. *Ele sente que serve para alguma coisa.* (...) [A divisão do trabalho] é antes de mais nada *uma fonte de solidariedade* (Durkheim, 1993, p.101-102, grifos meus).

O enfoque funcionalista durkheimiano, apesar de suas limitações, apontava para um aspecto extremamente interessante – os trabalhadores podiam manifestar insatisfação com suas condições de vida, mas não desprezavam seu papel na produção e na sociedade; seu “saber operário” era suficiente para construir uma *carreira profissional* baseada na experiência e na antiguidade.

Essa identidade operária facilitava a ascensão de comportamentos mais solidários, portanto facilitava um discurso classista. Já foi comentado algures que as sociedades do antigo bloco socialista apresentaram uma peculiaridade impensada pelos revolucionários das primeiras gerações – seu conservadorismo. As sociedades de mercado, como já frisara Marx, fazem com que “tudo que seja sólido desmanche no ar”, inclusive a solidariedade e o espírito de comunidade; por seu turno, onde o socialismo alcançou alguma dimensão, a tradição e os laços comunitários foram poupados da subversão dos costumes típica da modernidade (Hobsbawm, 1996, pp. 410-411).

Numa sociedade capitalista que experimenta transformações no padrão produtivo, em que o setor industrial reduz gradativamente sua demanda por mão-de-obra, e onde os sistemas de relações de trabalho são pressionados a flexibilizar a legislação regulamentadora, a condição de trabalhador metalúrgico é entendida pelos jovens como *transitória*, uma vez que sentem que o desemprego pode vir a qualquer momento e que o mercado de trabalho exige requalificação contínua; tais jovens estariam, desse modo, mais sensíveis aos discursos de ascensão social como, por exemplo, investimentos educacionais. Vemos repetidas vozes afirmarem sistematicamente que

“a dificuldade de acesso ao trabalho se agrava nos grupos de menor escolaridade” e que, portanto, “nunca a sociedade brasileira, incluindo parcelas das populações pobres, demonstrou tão fortemente a decisão de apostar e investir em educação” (Madeira e Rodrigues, 1998, pp. 428-29).

No entanto, Pochmann (2000) indicou dados referentes à última década que apontam justamente perdas significativas no setor industrial e nos vínculos

administrativos responsáveis por maiores salários e maiores demandas de escolaridade. Ocupações que apresentaram maiores oportunidades nos anos 90 concentravam-se no setores de conservação, limpeza, construção civil, trabalho no comércio e outros (pp. 60-61).

Acreditamos que as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, em função das inovações tecnológicas e organizacionais, reais mas seletivas², *teriam afetado as ambições e a identidade dos filhos dos militantes da geração anterior*, filhos estes que estariam gradativamente abandonando uma postura mais “obreira”, que no passado teria facilitado a arregimentação sindical e uma ação mais política, com base em um discurso “classista”. A condição de metalúrgico desses jovens é vista como *provisória*, já que ambicionam sair do chão da fábrica, a simplificação dos processos de trabalho introduzidas pelas inovações tecnológicas estariam esvaziando o orgulho do *savoir-faire*, do *skill* desses novos operários, que passariam agora a *supervisionar* um processo mais automatizado.

b) Postulamos que a *propensão subjetiva* dos trabalhadores jovens a atividades políticas vinte anos atrás não era inicialmente muito diferente dessa que encontramos hoje, mas com dois elementos distintivos básicos: agora a esperança de mobilidade ascensional afeta a *identidade operária*, minando-a, e a *conjuntura sócio-econômica atual* não estimula as ações coletivas como fizera na crise da ditadura militar. Fernandes (1991, p. 40) procurou demonstrar como o *Novo Sindicalismo* e o partido gestado em seu seio (Partido dos Trabalhadores)

² Não entraremos aqui nesse debate específico. Contudo, existem estudos mostrando como a reestruturação produtiva promovida no Brasil não atingiu todos os segmentos econômicos de forma homogênea, em alguns casos observa-se até mesmo certo convívio entre modelos produtivos (Bresciani, 1994; 1998).

procedeu “das profundezas do modo de produção capitalista oligopolista, em seu primeiro pico de crescimento e sob a industrialização maciça que ele propiciou”, e como esse terreno foi fértil para aquelas lutas políticas e sindicais surgidas nas décadas anteriores; fatores objetivos – crescimento econômico – somaram-se à latente disposição de embate na região, com uma tradição anterior de sindicalismo comunista e atuação dos católicos operários. A greve de 1978 efetuava, então, uma ruptura, que punha o grande capital, as elites políticas e o governo ditatorial de um lado, os operários e o movimento sindical de outro; as condições históricas propiciaram o surgimento de um sindicalismo e de um partido político aptos a arregimentar um arco operário orgânico, em aliança com dissidentes de outros segmentos sociais (*idem*, p. 41). Hobsbawm (*op. cit.*, p. 362) indicou como os países de industrialização recente, como Brasil e Coréia do Sul, e países do Leste Europeu, a exemplo da Polônia, criaram classes operárias que exigiam direitos trabalhistas por meio de seus sindicatos, numa mesma conjuntura econômica internacional. Não deixa de ser significativo que o PT e o Sindicato Solidariedade polonês tenham gerado líderes proletários autênticos, com assessoria de alto nível intelectual e forte apoio da Igreja.

Vale notar como a propensão juvenil a participar do sindicato a vinte anos atrás não diferia muito dos jovens de hoje, indicando que o envolvimento da categoria nas greves daquele momento ocorreu gradativamente no espaço de dois ou três anos, com o crescimento da tensão na relação com o patronato e o governo. A *Tribuna Metalúrgica* de dezembro de 1976, número 39, publicou parte de uma pesquisa promovida pelo sindicato junto às mulheres metalúrgicas, na

faixa etária dos 20 aos 40 anos. Dois depoimentos de jovens metalúrgicas nos chamaram a atenção:

“Sindicato? Não vou não. Nem sei porque. Meu pai sempre insiste, diz que é bom, mas eu não vou. Sei lá, preciso tirar foto, ir lá ...”

“Sindicato? A gente não vai. Sindicato é a mesma coisa que eleição: tudo manejado”.

Jovens e adultos pouco envolvidos com as lutas políticas nos primeiros anos dos governos militares terminaram encabeçando posteriormente o Novo Sindicalismo, como já vimos, para exigir respeito por sua condição de “trabalhador honesto”.

Hoje, ao contrário, a diminuição dos postos de trabalho não ocorre somente por crises econômicas conjunturais, ela é fator intrínseco à produção flexível. Diante desse quadro, criou-se a ilusão de que o trabalhador é que deve zelar por sua “empregabilidade”, desestimulando os trabalhadores em geral (incluindo aí os jovens) a ações mais coletivas; mesmo no caso aqui estudado, em que é notória a influência do sindicato perante a sua base, a preocupação com o *futuro profissional longe da linha de produção* ganha mais destaque na vida dos jovens do que a valorização do “saber operário”, *conditio sine qua non* para uma ação política e sindical baseada em termos classistas.

c) Uma terceira explicação à pequena participação sindical juvenil é que a base social que dá sustentação à instituição, por ser constituída por trabalhadores considerados estáveis e “veteranos” (ou seja, com mais de cinco anos de empresa e acima dos trinta anos de idade), cria uma situação estrutural cujo desenlace é o *desinteresse por uma arregimentação juvenil ampla*, por mais que o discurso oficial diga justamente o oposto. Uma vez que as lutas históricas do sindicato na região conquistaram uma situação de relativa estabilidade nos postos de trabalho, os dirigentes concentram suas preocupações nos trabalhadores mais velhos, agentes dessas lutas. As pautas de reivindicações do sindicato nada acrescentam à legislação vigente no que se refere ao trabalhador jovem, e as ações nos locais de trabalho não são suficientes para esclarecer aos jovens a importância do movimento sindical; muitos jovens estão associados ao sindicato sem compreender exatamente a finalidade da filiação ou as funções da entidade. A presença dos jovens no sindicato é um objetivo da entidade, mas não acreditam que o trato com esse segmento social deva diferir dos outros: os dirigentes acreditam que a própria estrutura do sindicato abriria espaço para a participação, mas através de uma seleção dos mais “comprometidos”.

Como toda instituição que representa um segmento específico de pessoas, o sindicalismo aqui estudado considera importante o envolvimento juvenil, que garantiria a continuidade da própria instituição; mas a tradição que os dirigentes procuram seguir – um sindicalismo mais combativo e politizado – exige necessariamente uma seleção dos “melhores quadros”, significa dizer que a

renovação de novos militantes ocorrerá sempre mais lentamente, até porque a instituição investe anos na formação de um dirigente. Sendo o sindicato uma instituição moderna, exige uma organização de tipo racional, garantia de eficácia nos embates trabalhistas. Weber considerava que a democracia política somente seria garantida com a substituição do funcionalismo público amador por outro mais profissional, com treinamento especializado (*op. cit.*, p. 48). A condução de um sindicato por dirigentes treinados e experientes seria para Weber inevitável, sendo os critérios “meritocráticos” de seleção mais eficientes do que os exclusivamente políticos. Os jovens metalúrgicos serão, portanto, lentamente selecionados conforme seu interesse e desempenho nas atividades sindicais, acarretando uma participação numérica sempre inferior à dos veteranos.

4 - O SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC

4.1 - *Das greves de 1978 à formação do “núcleo duro”*

Segundo os dados levantados pela Fundação SEADE para o ano de 1996, as maiores concentrações de jovens (entre 15-19 anos e 20-24 anos) ocorreram nas regiões mais pobres da Grande São Paulo, particularmente nas regiões leste e sul da capital e leste e oeste da metrópole; assim, dos 38 municípios da Região Metropolitana, apenas cinco não ultrapassaram a porcentagem de 10% do total da população entre a faixa etária 15-19 anos, sendo quatro deles justamente os mais ricos da região – São Paulo, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Santo André (Rodrigues, Souza, Torres e Godinho, 1998, p. 19). O fenômeno é interessante – por um lado, os primeiros cinco anos deste início de década testemunharão uma considerável “onda jovem”, ou seja, uma significativa participação de pessoas entre os 15 e os 24 anos na população total. Por outro lado, a década de 1990 foi aquela em que a expectativa de vida das pessoas aumentou (de 62,8 anos em 1992 para 64,6 anos em 1999) e a taxa de natalidade caiu (de 2,7 filhos em 1992 para 2,3 filhos em 1999), segundo os indicadores sociais do IBGE recentemente divulgados (OESP, 5/04/2001, pp A15-A17). Isso significa dizer que, após a atual onda jovem, entraremos num processo contínuo de envelhecimento da população brasileira, em especial nas regiões mais ricas do país como o sul e o sudeste.

De outro lado, a base de sustentação, considerada o “núcleo duro” da militância do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, está localizado entre os trabalhadores acima dos trinta anos, com estabilidade de pelo menos cinco anos no emprego; a escolaridade dessa base de sustentação chama a atenção – a possibilidade de um trabalhador com o primeiro ou segundo graus completos participar desse “núcleo duro” gira em torno de 60%, mas atinge somente 37,2% quando esses são estudantes universitários. (Comim, Cardoso e Campos, 1997: 428-432). Esses autores, valendo-se de um *survey* e dos dados obtidos pela Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho, levantam a hipótese de que as inovações tecnológicas, o encolhimento do contingente de trabalhadores do setor, a conquista de um estabilidade relativa nos postos de trabalho (via lutas sindicais), o aumento da produtividade e os investimentos em requalificação profissional estariam por trás desse “envelhecimento” da base social metalúrgica:

“ As evidências empíricas mobilizadas apontam para o fato de que a força de trabalho que tende a sobreviver empregada no setor é precisamente aquela que constitui o núcleo denso de sustentação dos sindicatos, isto é, os trabalhadores produtivos mais maduros, mais qualificados, com maior tempo de emprego, com escolaridade relativamente mais elevada e empregados nas grandes empresas. Por paradoxal que possa parecer, num certo sentido, a despeito do encolhimento quantitativo, podemos estar diante até mesmo de um adensamento das bases sociais dos sindicatos (...). Em outras palavras, um sindicato menor porém mais estreitamente vinculado a suas bases” (*idem*, pp. 439-440)

Os dados, e a própria interpretação dos autores, poderiam nos conduzir à seguinte conclusão: o sindicato não é um espaço eminentemente jovem, eles

podem (e devem) participar, mas serão sempre minoria; as transformações em curso apenas farão aumentar o fosso que separa os “veteranos” dos “debutantes”. Os próprios levantamentos demográficos indicam que a porcentagem de jovens na região tem caído nos últimos anos em relação a população total, tendência que deverá crescer nos próximos anos. Por fim, a instituição poderá até mesmo sobreviver sem uma presença expressiva dos jovens metalúrgicos, já que a atual estratégia é a de selecionar os melhores quadros, o que já supõe uma vanguarda, uma minoria . É claro que nenhum dirigente admitiria isso, pelo contrário. Diversos ativistas procuram demonstrar suas preocupações com a base juvenil, e a constituição de uma comissão de jovens metalúrgicos (como veremos adiante) bem poderia ilustrar tais preocupações.

Seria interessante agora verificar os números oficiais do sindicato no quesito filiação, e depois verificar aquela parcela que poderíamos classificar como trabalhadores jovens “simpatizantes” das atividades sindicais, e por fim os demais que não se interessam (aparentemente) pelo discurso associativista.

Os dados fornecidos pela secretaria geral do sindicato, referentes ao mês de abril de 2000, apontam que 75.136 metalúrgicos estavam filiados à entidade, sendo que 9.391 (12,5%) teriam até 29 anos de idade. Observando as quatro empresas montadoras de veículos que foram selecionadas para a investigação, temos que:

Empresa	Trabalhadores associados	%
Volkswagem (total)	14.851	100
Sócios até 29 anos	2.856	19,2
Ford (total)	3.487	100
Sócios até 29 anos	584	16,8
Mercedes Benz (total)	6.521	100
Sócios até 29 anos	968	14,8
Scania (total)	1.516	100
Sócios até 29 anos	301	19,9

(Fonte: Secretaria Geral do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, elaboração do autor)

Esse quadro aponta para a existência real (apesar de todos os problemas apontados quanto a uma crise de arregimentação) de uma “vida sindical” entre os jovens trabalhadores das empresas montadoras. É claro que não devemos levar em consideração tão somente os números de associação, já que o contingente elevado de associados não garante *per se* um comportamento sindical combativo e atuante, com algum trabalho de base que possa ser considerado consistente; os trabalhadores podem associar-se apenas para usufruir os serviços prestados pela entidade, sem ter em vista a luta sindical (Boito Jr, 1991: 87) . De todo modo, podemos supor que a tradição desse sindicato na região, e particularmente nas empresas montadoras, garante sua hegemonia entre os trabalhadores da base, incluindo aí os jovens metalúrgicos.

Estamos considerando, nessa pesquisa, o atual perfil do sindicato dos metalúrgicos em comparação com sua constituição de 1978 (em especial a da sua diretoria), um período paradigmático quando falamos de lutas sindicais (decerto

não o único período, mas sem dúvidas o mais expressivo em se tratando de movimentos de massas). Tendo isso em vista, vale comparar com mais atenção o perfil etário da diretoria daquela gestão com atual, já esboçada no início desse relatório.

Diretoria de 1978 - 24 membros	Diretoria 1999/2002 - 193 membros
--------------------------------	-----------------------------------

Nascimento	Dirigentes	Idade	Nascimento	Dirigentes	Idade
1927	01	51	1923	01	77
1933	01	45	1937	02	63
1936	01	42	1939	01	61
1938	03	40	1940	01	60
1939	01	39	1943	01	57
1942	03	36	1945	01	55
1944	03	34	1947	01	53
1945	01	33	1948	03	52
1946	01	32	1949	03	51
1947	03	31	1950	04	50
1949	02	29	1951	03	49
1950	02	28	1952	01	48
1951	01	27	1953	07	47
1952	02	26	1954	11	46
			1955	08	45
			1957	10	44
			1958	06	43
			1959	11	42
			1960	07	41
			1961	13	40
			1962	07	39
			1963	03	38
			1964	13	37
			1965	11	36
			1966	10	35
			1967	03	34
			1968	04	33
			1969	14	32
			1970	02	31
			1971	08	30
			1972	02	28
			1973	04	27
			1974	01	26
			1975	01	25
			1977	01	23
			1978	01	22

Média de Idade dos Diretores: 40 anos	Média de idade dos diretores: 34 anos
---------------------------------------	---------------------------------------

A atual diretoria possui um novo formato, ampliado, que inclui além da executiva todos os diretores de base, pertencentes às comissões sindicais de empresa. Isso explica a diferença tão grande de membros entre 1978 e 2000. Mas o importante aqui é a composição etária dos dirigentes: vemos que o mais velho em 1978 tinha 51 anos e o mais novo 26; agora o mais velho possui 77 anos e o mais novo 22 anos; é possível verificar que o teto da idade subiu consideravelmente, o que explica a elevação na média de idade dos dirigentes.

Em termos percentuais, os dirigentes com idade até 29 anos correspondiam em 1978 a 34% do total; hoje, equivale a 9,4% desse total. Ora, mesmo com a ampliação da diretoria e, por conseguinte, uma maior participação da base sindical, a juventude metalúrgica constitui minoria na composição da entidade.

Esses dados poderiam indicar, portanto, que os jovens metalúrgicos do ABC paulista teriam participado mais de seu sindicato no passado, e que hoje sua participação teria caído sensivelmente. Mas outra interpretação pode ser feita – a participação dos jovens na diretoria e na base social do sindicato *nunca foi verdadeiramente expressiva*, do ponto de vista numérico; por outro lado, a despeito da atual crise do movimento sindical nacional e mundial, existe jovens participando das atividades de seu sindicato.

Tomemos agora outro bom indicativo da participação juvenil na direção dos rumos do sindicato – o Congresso dos Metalúrgicos do ABC. O primeiro, realizado em 1993, infelizmente não exigia dos delegados a declaração da data de nascimento na ficha de inscrição, o que nos impede de discriminar a idade de seus participantes. Mas o II (1997) e o III (1999) congressos permitem verificar o perfil etário dos delegados. Vejamos:

II CONGRESSO – 1997
543 DELEGADOS PARTICIPANTES

Até 30 anos: 133 (24,5%)
De 31 a 40 anos: 224 (41%)
De 41 a 50 anos: 151 (29%)
De 51 a 60 anos: 19 (3%)
Não responderam: 16 (2,5)

III CONGRESSO – 1999
372 DELEGADOS PARTICIPANTES

Até 30 anos: 75 (20%)
De 31 a 40 anos: 142 (38%)
De 41 a 50 anos: 102 (27,5%)
De 51 a 60 anos: 04 (1,2%)
Não responderam: 49 (13,3%)

As variações de composição etária entre os dois congressos foram poucas, talvez pelo fato da diferença mínima de dois anos que os separaram. Poderíamos até conjecturar sobre o porque de um número expressivo (13%) de delegados terem omitido sua idade no III Congresso, mas nos deteremos apenas na distribuição por faixas de idade. Assim, os delegados que aqui estamos considerando como trabalhadores “jovens” não chegaram a 25% do total, sendo maioria aqueles situados entre os 31 e 40 anos (em torno dos 40%). Como verificaremos mais adiante na análise do questionário aplicado aos “veteranos”, os militantes de hoje iniciaram sua vida sindical exatamente quando eram jovens, o que talvez explique a visão romântica que estes possuem da ação juvenil. Mas isso não significa que fossem eles próprios maioria na instituição naquele período.

Nosso fio condutor nessa análise é que a visibilidade política dos jovens no passado dependeu de outros fatores, sócio-econômicos e políticos, portanto a classificação dos jovens de ontem como “politizados” e os de hoje como “alienados” pouco esclarece aquela participação.

Podemos agora relacionar esses números com os dados obtidos com a aplicação dos dois questionários. O primeiro foi aplicado entre jovens que são ativistas em algum espaço sindical ou para-sindical (Comissão de Fábrica ou Comissão Interna para Prevenção de Acidentes), entre trabalhadores apenas filiados e entre simpatizantes não-filiados, mas que acompanham as atividades sindicais. O segundo questionário foi preparado para verificar a percepção que

os dirigentes sindicais possuem da participação juvenil e do comportamento do sindicato perante esses trabalhadores.

Uma vez que não adotamos uma amostra estatística, optamos por elaborar um questionário com poucas perguntas, para ser rapidamente respondido numa quantidade relativamente significativa, e contamos com a colaboração do sindicato na aplicação e recolhimento dos mesmos. Foram distribuídos 50 questionários para o primeiro grupo (que chamaremos de “jovens”) e 60 questionários para o outro (“veteranos”); tivemos o retorno de 39 questionários dos jovens e 52 questionários dos veteranos.

O questionário dos jovens, além de traçar um perfil sumário quanto a idade, escolaridade, tempo de empresa etc propôs as seguintes questões: você participa de outras instituições? A participação juvenil no sindicato é satisfatória? A linguagem do sindicato é apropriada para o público jovem? A militância sindical deve ser prioritária ou conciliada com outras dimensões da vida? A militância sindical atrapalha o seus relacionamentos familiares e afetivos? Deve o sindicato realizar atividades específicas para os jovens? O sindicato deve colaborar com os empresários, não deve colaborar ou deve buscar acordos dentro de uma visão anti-capitalista?

Quadro 1: Perfil dos Jovens

Nascimento	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	Total
	5	1	1	5	1	7	3	5	6	3	2	39
Sexo	Masc		Fem		Total							
	39		0		39							
Escolaridade	1° grau		2° grau		3° grau		Total					
	1		incomp 1		21		6					
	1		1		10		39					
Empresa	VW	MBB	Scania	Ford	Outras	Total						
	19	3	9	7	1	39						
Tempo (anos)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total	
	0	1	2	6	8	2	6	4	2	8	39	

Observando os dados do quadro referentes ao perfil dos jovens, percebemos que a maioria dos entrevistados possui em média 6,5 anos de empresa, situados entre o ensino médio e ensino superior, todos do sexo masculino; a média de idade entre os entrevistados ficou em torno dos 24,7 anos. Podemos constatar que esse perfil se aproxima um pouco do que foi exposto por Comin, Cardoso e Campos (*op. cit.*, p. 428) no que se refere à base de sustentação da política do sindicato, ou seja, dos “veteranos”. Portanto, nossos jovens militantes ou simpatizantes apresentam as condições objetivas (estabilidade relativa no emprego e qualificação profissional) ideais para participar do “núcleo duro” da militância sindical, apesar da idade um pouco inferior daquela sugerida pelos autores citados.

Quadro 2: Militância jovem

Anos de militância	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	nulo	Total
	0	1	2	3	8	3	2	0	0	6	14	39
Participação em cargos	CIPA	CF	CSE	Não	Total							
	6	0	1	32	39							
Outra militância	Partido	ME	MST	Pastoral	Outra	Não	Total					
	2	1	0	7	4	25	39					
Militância significativa	Dedicação	Conciliação	Atividade qualquer	Total								
	2	25	12	39								
Militância atrapalha	Não	Sim	Não	Total								
	20	11	8	39								

A maior parte deles (25 respostas) não participa de qualquer organização política ou social, e os que participam estão vinculados a trabalhos pastorais de igrejas evangélicas ou católica. A grande maioria acredita que a militância sindical deve ser conciliada com outras atividades da vida ou que é uma atividade como outra qualquer (25 e 12). Isso parece ir ao encontro de outro dado, a de que a maioria dos entrevistados não participa de cargos (32) ou não queira participar de eleições no sindicato (28), apesar de desenvolverem algum tipo de militância constante (23). Vemos novamente as opiniões divididas quando foram questionados se a militância atrapalharia suas vidas particulares (20 “não” e 11 “sim”, sendo que 8 não souberam responder).

Quadro 3: Avaliação da participação jovem e do sindicato

Participação Satisfatória	Sim 11	Não 17	Parcialmente 6	Não sabe 5	Total 39	
Part. Senai/ETE	Senai 12	ETE 1	Nenhum 10	Não Sabe 4	Semelhante 12	Total 39
Atividades	Esporte 17	Cultura 8	Todas 13	Não Deve 1	Não Sabe 0	Total 39
Linguagem Sindical	Apropriada 16	Imprópria 18	Não Sabe 5	Total 39		
Sindicato Deve	Não questionar Capital 5	Questionar Capital 33	Evitar qualquer Acordo 1	Total 39		

A metade do total de entrevistados acha que seus companheiros jovens participam integral (11) ou parcialmente das atividades do sindicato (6), indicando uma postura um tanto crítica a eles próprios. Acreditam, por isso, que o sindicato deve desenvolver atividades específicas para eles (38), sendo novamente dividida a opinião quanto à eficácia da linguagem sindical para os jovens metalúrgicos (18 não e 16 sim) As atividades sugeridas são, majoritariamente, ligadas a práticas esportivas, bem distintas daquelas que os veteranos pensam ser as ideais, como logo veremos. Mais da metade dos entrevistados (24) acha que o grau de participação dos jovens oriundos do SENAI é maior ou igual ao dos jovens vindos das escolas técnicas.

Um indicativo de que o movimento sindical metalúrgico cutista consegue exercer sua hegemonia sobre o conjunto dos trabalhadores da região é a visão que os entrevistados possuem quanto à relação sindicato e empresas: a grande maioria (33) respondeu que o sindicalismo deve questionar o sistema capitalista, mas buscar sempre acordos favoráveis para sua base, contra apenas 4 que

colocaram-se favoráveis à manutenção do sistema político e econômico e 1 respondeu que qualquer acordo com os empresários deve ser evitado.

O questionários dos dirigentes e ativistas sindicais, por seu lado, levantou as seguintes questões: quando iniciou sua militância? Qual a idade que você considera máxima para chamar alguém de jovem? A participação deles é importante? Têm sido satisfatória? O sindicato consegue despertar interesse nos jovens? Deve realizar atividades específicas e quais? O jovem dos anos 1970/80 era mais participativo?

Quadro 4: Perfil dos “Veteranos”

Nascimento	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	Total
	1	1	9	10	11	16	4	52
Sexo	Masc	Fem	Total					
	52	0	52					
Empresa	VW	MBB	Ford	Scania	Outra	Total		
	23	7	11	10	1	52		
Anos Empresa	Até 5	Até 10	Até 15	Até 20	Até 25	Até 30	Até 35	Total
	2	9	21	7	9	4	0	52
Anos Categoria	Até 5	Até 10	Até 15	Até 20	Até 25	Até 30	Até 35	Total
	2	9	21	7	9	4	0	52

Temos nesse caso que a maioria dos entrevistados está situado entre os 41 anos de idade, com 17 anos em média de empresa (e de trabalho metalúrgico, ou seja, uma boa parte deles iniciou sua vida profissional na atual empresa) e exclusivamente homens. Aqui teríamos de fato a confirmação de que o perfil do militante e do dirigente realmente está associado à estabilidade relativa no emprego; não obstante, chama a atenção o fato que a idade (de fato, acima dos 30 anos) demonstraria que esses sindicalistas são de uma geração imediatamente anterior àquela que estamos chamando de jovens, portanto bem

menos “veterana” do que poderíamos imaginar. Como verificaremos adiante, eles são justamente os jovens que vinte anos atrás iniciavam sua militância mais ativa no sindicato.

Quadro 5: Avaliação da participação jovem

Participação é:	Muito importante	Importante	Pouco importante	Não Sabe	Nulo	Total	
	42	8	0	1	1	52	
Participação Jovem	Satisfatória	Insatisfatória	Não Sabe	Total			
	13	35	3	52			
Participa Mais	SENAI	ETE	Semelhante	Nenhum	Não Sabe	Nulo	Total
	19	4	13	10	4	2	52
Sindicato desperta Interesse	Sim	Não	Pouco	Não Sabe	Nulo	Total	
	11	15	25	0	1	52	
Atividades Específicas	Sim	Não	Nulo	Total			
	51	0	1	52			
Quais	Esporte	Cultura	Formação	Todas	Nulo	Total	
	4	17	9	20	2	52	

Apenas um entrevistado não soube responder se a participação dos jovens no sindicato é importante, sendo que a maioria acredita que a participação do jovem é insatisfatória (35); também eles indicaram que o jovem oriundo do SENAI participa mais ou igual aos trabalhadores formados nas escolas técnicas (19 e 13). É assunto corrente entre os dirigentes que os aprendizes do SENAI, pela vivência na empresa, assimilam gradativamente a importância do sindicato. Veremos adiante que os jovens aprendizes julgam insuficiente a divulgação que o sindicato dispensa a eles.

Temos, por outro lado, que a grande parte dos entrevistados reconhece que o sindicato desperta pouco ou nenhum interesse nos jovens metalúrgicos (25

e 15 repostas), portanto deve realizar atividades específicas para esse segmento de sua base (51), que envolvam principalmente cultura e formação político-sindical. Muito significativo – o sindicato não atrai os jovens, então as atividades a ser desenvolvidas precisam “conscientizar” a juventude metalúrgica, em outras palavras, os jovens precisam *adaptar-se* ao formato sindical; recordemos que, nessa questão, a maioria dos jovens indicou o esporte como prática a ser incentivada pela instituição.

Quadro 6: Auto-avaliação dos “Veteranos”

Idade Jovem	Até 20 anos	Até 25 anos	Até 35 anos	Total			
	25	8	19	52			
Início de Militância	Até 20 anos	Até 25 anos	Até 29 anos	Até 35 anos	Até 40 anos	Nulo	Total
	19	18	7	3	2	3	52
Jovem anos 60/70	Mais envolvido	Não era mais envolvido	Igual	Não Sabe	Nulo	Total	
	37	3	7	4	1	52	

Quando questionados sobre a idade com que iniciaram a militância sindical, o grosso deles respondeu que fora entre 20 e 25 anos (19 e 18 respostas), sendo também essa faixa etária considerada como o limite para a caracterização de “jovem” (25 respostas); devemos observar, no entanto, que uma boa parte das respostas (19) consideram que a classificação de juventude deva ser estendida até os 35 anos. Sem dúvida, muito significativo quando lembramos que o perfil demográfico do país segue um claro processo de envelhecimento (vide p. 53), e como discutiremos adiante a *pretensão à juventude* já ultrapassa a fase biológica da puberdade, transformando-se num traço cultural contemporâneo.

Um dado significativo fica por conta da última questão: a maioria dos entrevistados (37 repostas) considera que os jovens dos anos 1970/1980 eram mais envolvidos com o sindicato e a política do que os de hoje, ou seja, eles próprios na sua juventude durante o surgimento do “novo sindicalismo”. O que desperta nossa atenção, não pelo número de ocorrência nas respostas (7), mas pela própria ocorrência, foi o fato de alguns terem compreendido que eles próprios, quando jovens, não diferiam muito dos jovens de hoje

4.2 - Estratégias do sindicato para a juventude

Tendo em vista a avaliação que os militantes jovens e veteranos fazem da participação juvenil, caberia agora verificar até que ponto a instituição traçou estratégias para atingir esses jovens e contemplar, ao menos parcialmente, suas expectativas.

O sindicato dos metalúrgicos do ABC realizou seu 3º Congresso durante o período de 3 de setembro a 7 de novembro de 1999, e dentre várias resoluções aprovou um plano de luta para a juventude, com a intenção de incentivar a participação dos jovens trabalhadores no movimento sindical. Podemos resumir esse plano de luta nos seguintes tópicos:

- Incorporar bandeiras específicas da juventude nas *pautas de reivindicações* enviadas às empresas e aos sindicatos patronais e fazer trabalho de divulgação de toda a *legislação específica* da juventude;
- Lutar para garantir ao jovem em idade de alistamento o direito a escolher entre a prestação do serviço militar e a prestação de serviço social;
- Lutar pelo ensino público, gratuito e de qualidade, que prepare para o mercado de trabalho e também para a luta pela transformação da sociedade;
- Criar um espaço físico no sindicato para as comissões temáticas (jovens, mulheres e anti-racismo);
- Criar um plano de lutas específico para a busca do *primeiro emprego*;
- Criar programas de educação/formação sindical para jovens, respeitando a *heterogeneidade* desse segmento (raça, crença, orientação sexual etc);
- Buscar contato com jovens de outros sindicatos ou entidades juvenis para troca de experiências e solidariedade em todas as regiões do Brasil e do mundo;
- Manter campanha permanente de *sindicalização* com linguagem e propostas específicas para a juventude;
- Impulsionar a discussão sobre fóruns municipal, estadual e nacional de juventude;
- Fazer com que o sindicato também seja um canal de discussão do jovem com a sociedade.

- Promover um projeto cultural com a juventude.

(“Resolução do 3º Congresso – Juventude”, 2000)

Vemos que as resoluções, mesmo sendo na maioria bastante abrangentes e sem muitas orientações práticas, apontam uma preocupação real da instituição com sua base social jovem. É possível destacar os itens referentes à pauta de reivindicações dos sindicatos nas negociações e acordos coletivos, a divulgação da legislação referente ao trabalhador jovem, a preocupação com o primeiro emprego e as campanhas de sindicalização.

Observando o conjunto das pautas de reivindicação que o sindicato apresentou na mesa de negociação de sua data-base, junto aos empresários, vemos que existe de fato algumas cláusulas referentes aos trabalhadores jovens, contudo elas não parecem indicar um avanço para além da atual legislação trabalhista. Assim, analisando as pautas dos anos de 1989, 1992, 1994, 1995, 1995 e 1998, encontramos as seguintes cláusulas relacionadas aos trabalhadores jovens: “sobre os Aprendizes”, “Horário de trabalho do estudante”, “Garantias ao empregado em idade de prestação de serviço militar” (todas as pautas); “Do impedimento à discriminação e da proibição ao trabalho infantil” (1996); “Estágio” e “Auxílio escolar” (1998). Desse conjunto, apenas as duas últimas não são matérias de legislação ordinária, uma reivindicando estágio na própria empresa para os empregados estudantes e outra garantindo um auxílio escolar equivalente a 20% do piso salarial da categoria para cada empregado ou filho que estiver estudando. Conforme nos informou o SACC (Serviço de

Acompanhamento de Contratações Coletivas) do DIEESE, onde buscamos esses dados, os sindicatos incluem algumas cláusulas “óbvias” em suas reivindicações³ dado o fato que as pequenas empresas, em certas ocasiões, tendem sequer a cumprir o que prescreve a lei. É evidente que as empresas montadoras são as primeiras a cumprir toda a legislação, e concedem alguns benefícios acordados com o sindicato (como o auxílio escolar) já há alguns anos. A ação sindical, voltada prioritariamente para a melhoria das condições de trabalho, da garantia do emprego e para os aumentos salariais, não parece dar muito espaço para a inclusão de reivindicações mais “heterodoxas”, e vale uma reflexão se deveria ser diferente disso, uma vez que já vimos que os jovens são numericamente minoritários no conjunto dos trabalhadores associados à entidade.

O importante aqui é registrar o fato do sindicato ter identificado já há algum tempo o “problema” da juventude, buscando atrair essa parcela de sua base. Apesar desse esforço, observamos que o sindicato não consegue inovar com relação à pauta de reivindicações e, conseqüentemente, no discurso. Isso porque o movimento sindical parte do suposto que todos os trabalhadores, apesar da idade, sexo, etnia etc. possuiriam interesses comuns, portanto sua ação política seria construída a partir dessa unidade. Mas temos como hipótese que essa *identidade operária* é que estaria hoje em crise, acarretando essa dificuldade em atrair as novas gerações à instituição. Mas antes de entrarmos especificamente nessa discussão sobre identidade operária, seria útil para nossa apresentação

³ Elaboradas originalmente pelo Departamento Estadual dos Metalúrgicos da CUT/SP, hoje Federação dos Sindicatos Metalúrgicos da CUT/SP.

verificar o oposto desses jovens afastados do sindicato, ou seja, como estão organizados os jovens militantes.

4.3 - *A comissão de Jovens do SMABC*

4.3.1 – Uma pequena nota à JOC

Não é nossa intenção aqui traçar um quadro retrospectivo da atuação juvenil desde os primórdios do sindicato, mas vale como uma boa indicação para nossa reflexão o papel desempenhado pela Juventude Operária Católica na região do ABC, particularmente em fins dos anos 1950 e início dos anos 1960.

Não podemos nos esquecer que a Igreja desempenhou um papel político preponderante ao longo do período da ditadura instalada em 1964, sendo um dos poucos canais de participação a militantes de variadas colorações políticas. Hoje a militância católica ainda existe na região, mas não com a mesma intensidade, por conta de fatores intra-eclesiais (uma certa guinada à direita por parte do Vaticano) e maior liberdade de organização política no país, tornado as lutas mais difusas. Não obstante isso, o papel da JOC é digno de nota pela importância histórica.

Martins (1994) procurou demonstrar como esse movimento da Igreja Católica, influenciado por uma onda de “modernização” característica dessa instituição durante as primeiras décadas do pós-guerra, foi responsável pela constituição de uma militância que gradativamente inseriu-se no movimento sindical.

“A participação de jocistas no sindicatos, embora fosse uma questão posta no interior do movimento da Igreja, não era uma questão prioritária. Alguns dos entrevistados explicam que isso se devia ao fato de que a JOC era um movimento de *jovens* e estes não tinham um interesse maior pelo sindicato” (p. 117).

Esse movimento fora muito vistoso, particularmente nas diversas romarias e demais manifestações que promoviam constantemente; priorizavam mais o aspecto festivo e interno de atuação eclesial. Não obstante, no início dos anos 1960 começaram a participar das eleições sindicais, no intuito de formar chapas “autênticas”, procurando transformar o sindicato.

“Os jovens foram preparados para poder falar em assembléias, saber como pedir a palavra e para levar seus companheiros a participarem das entidades de trabalhadores. Começou a se formar dentro do movimento jocista uma posição crítica à *estrutura sindical*, ao atrelamento do sindicato ao Estado, e surgiram as primeiras tentativas de apresentarem chapas às eleições sindicais, compostas de trabalhadores realmente interessados em defender os interesses da classe operária, os “autênticos” como já eram denominados” (*idem*, p. 119).

Interessante notar que a tendência a participar mais organicamente das atividades sindicais era naquele momento incentivada por vários setores do clero, preocupados com a influência do PCB de um lado, e alinhados com as reformas que se desenhavam com o Concílio Vaticano II, reunião episcopal considerada progressista e que ocorria naquele momento. A consequência desse maior envolvimento dos jovens operários católicos foi a constituição de um bloco de militantes que, mesmo após o golpe militar de 1964 e as intervenções nos sindicatos, prepararia o terreno para o chamado “Novo Sindicalismo” que emergiria já nos fins dos anos 1970. Não entraremos agora nos pormenores

desse processo, mas parece ser uma boa pista para futuras reflexões a importância da presença dos cristãos católicos na formação de uma militância atuante durante todo aquele período (particularmente entre os jovens), e como a “guinada à direita” que a instituição sofreu sob o pontificado de João Paulo II poderia ter comprometido esse “celeiro” de militantes.

De todo modo, a experiência da JOC indicou dois fatos: existiu efetivamente uma presença juvenil no movimento sindical da região, particularmente em Santo André; por outro lado, ela ocorreu sob uma orientação *vanguardista*, não em um sentido leninista, evidentemente, mas como um grupo capacitado a participar dos embates políticos. Além do mais, os “tempos gloriosos” da JOC (conforme os seus velhos militantes, as décadas de 50 e 60), coincidiram com um perfil demográfico em que a população brasileira, e o ABC não era exceção, passava pela adolescência da geração *baby boom* do pós-guerra, ou seja, um momento em que o número de jovens e adolescentes era muito expressivo. Precisamos ter claro esses antecedentes da participação juvenil sindical para analisar as dificuldades e as possibilidades de uma relação mais estreita entre os jovens metalúrgicos e seu sindicato. Tais antecedentes reforçam nossa hipótese de que certas conjunturas seriam mais propícias à participação sindical e/ou política, havendo portanto uma intersecção entre as estruturas sociais e o protagonismo dos indivíduos na história.

4.3.2 – A atual Comissão de Jovens do SMABC

Voltando nossos olhos agora para a atualidade, temos que a atual comissão de jovens metalúrgicos no sindicato estruturou-se em julho de 1997, após um seminário realizado no Instituto Cajamar com a participação de cinquenta jovens da categoria. Além da constituição do grupo de jovens, foram traçadas como metas a formação política dos jovens, atividades culturais e lazer, além de promover a conscientização do jovem para a luta sindical. Depois de algum debate, ficou definido que seria considerado “jovem”, portanto apto a participar da comissão, trabalhadores com até 29 anos, uma vez que entenderam que ocorreu nas últimas décadas uma extensão desse recorte etário/cultural.

No sentido de cumprir aquelas metas de Cajamar, organizaram em setembro daquele ano um grande baile para atrair os jovens ao sindicato; lançaram em novembro a campanha “Natal Legal”, em que foram arrecadados duas toneladas e meia de alimentos, além de brinquedos e roupas que foram doados para orfanatos da região. No ano de 1998 tiveram como principal atividade coletiva para o conjunto dos jovens metalúrgicos um debate sobre drogas, com a presença de psicólogos e do ator Felipe Camargo, dando seu depoimento sobre o tema. No início de 1999 ocorreu a festa de lançamento do vídeo tape “ABCD Jovens”, uma produção do SMABC com o apoio do *Centro Internazionale Crocevia* (Itália), em que são discutidos temas que afetam a juventude na região (inserção no mundo do trabalho, educação, as diferentes identidades juvenis). Para o lançamento desse vídeo, foi convidado o

apresentador de programas de TV Sérgio Groismann, que elogiou muito esse trabalho e convidou a juventude metalúrgica para participar de seu programa. Isso aconteceu efetivamente em maio de 99, com a ida de 350 jovens metalúrgicos no então “Programa Legal” do SBT, e segundo a emissora conseguiu recorde de audiência naquele dia (“Juventude Metalúrgica do ABC”, 2000).

Em abril de 2000 a comissão organizou um novo seminário com a juventude de base, com mais de 40 trabalhadores, onde procuraram discutir as dificuldades dos jovens dentro das fábricas e a relação da juventude com o sindicato dentro de cada empresa.

Hoje, esta comissão é composta por um número que varia de oito a dez jovens, numa média de idade de 25 anos, a maioria de trabalhadores das empresas montadoras de veículos, sendo que apenas dois membros não estão cursando alguma universidade; reúnem-se quinzenalmente na sede do sindicato. A predominância é de homens, mas duas jovens trabalhadoras estão presentes. Pela própria origem de empresas montadoras, via SENAI, notamos que muitos são filhos dos atuais quadros dirigentes do sindicato; eles próprios já assumem funções em comissões de fábrica, CIPAs e comissões sindicais de empresa (uma estrutura do sindicato dentro das empresas, trabalhando em comum, mas não se confundindo, com as CF).

Além do objetivo permanente de organizar a juventude metalúrgica desde o chão de fábrica, essa comissão está desenvolvendo duas atividades com um certo destaque: um intercâmbio com o IG-Metall, o sindicato nacional de metalúrgicos da Alemanha, por intermédio de sua secretaria de juventude, com o

objetivo de trocar experiências sobre o papel dos jovens nos dois países; também tenta reorganizar a coluna “O Pulso”, que fora publicada mensalmente na última página da *Tribuna Metalúrgica* entre novembro de 1997 e novembro de 1998. No primeiro caso, já ocorreram duas viagens de jovens da CUT (incluindo os metalúrgicos), em 1999 e 2000 à Alemanha, recebendo em troca a visita dos representantes do IG-Metall, em outubro de 1999, com outra visita programada para setembro de 2000. Além do objetivo de conhecer melhor a realidade dos dois países, esse intercâmbio procura estreitar os laços entre as entidades sindicais para programas comuns voltados para a juventude, uma vez que tanto aqui quanto na Alemanha é muito discutido a tímida presença juvenil na vida sindical. Para o SMABC tem interessado muito a estrutura do IG-Metall, que devido à liberdade sindical daquele país permite a jovens não trabalhadores participar da instituição.

O informativo “O Pulso” procurou utilizar o espaço do próprio órgão do sindicato para comunicar-se com os jovens trabalhadores, buscando conciliar as discussões da categoria com as preocupações do público juvenil, utilizando uma linguagem que consideravam mais “leve” e apropriada. Encontramos ali tiras de quadrinhos falando de desemprego juvenil, das campanhas promovidas pela comissão, notícias sobre filmes e apresentações musicais, sobre educação, informática, eleições e comportamento. O que nos chamou particularmente a atenção foram dois números desse informativo que trataram sobre a juventude dos anos 1960 e sobre as drogas. O número 4 trazia um texto com o título *A imaginação no Poder*, relatando os acontecimentos de 1968 na Europa, EUA e

Brasil, principalmente sobre as agitações estudantis. Logo após, trazem respostas de 6 jovens metalúrgicos sobre a pergunta: “O que você lembra quando ouve a frase *sexo, drogas e rock’n’roll* ?”, onde é possível verificar que todos rejeitam a palavra drogas do lema, e alguns inclusive questionam até mesmo o rock, sendo unanimidade mesmo a palavra sexo. O número seguinte trouxe uma pequena reportagem sobre um jovem que procurava largar o vício das drogas, aconselhando todos a jamais usar qualquer uma delas. O que nos despertou a atenção foi justamente a referência dos anos 60, logo após contrastada pelas opiniões dos jovens de hoje, muito influenciados pelo discurso da saúde e com outras preferências musicais, particularmente o RAP e o chamado pagode. É significativo que os jovens militantes tenham uma referência nos jovens “rebeldes” de trinta ou quarenta anos atrás, usando-os até mesmo como exemplos, ao passo que a “base” está sintonizada em outras referências, muito distantes dos jovens “meia-oito”. Isso parece mais condizente com o perfil que algumas pesquisas vem apontando sobre a postura da juventude contemporânea, mais pragmática porém um tanto desnordeada, em busca de novos referenciais, e quando se reportam ao passado aproximam-se mais de seus avós do que de seus pais quanto à moral (machista, conservadora etc).

Se fica claro aí as diversas identidades que os jovens metalúrgicos assumem, os militantes e os demais operários de base, então precisamos discutir melhor, e conceitualmente, o que vem a ser então esse estrato social que leva a designação genérica de “juventude”.

5 - ORIENTAÇÕES TEÓRICAS

5.1 - *A construção histórica da juventude*

Quando falamos em juventude, muitas vezes nos esquecemos que esse conceito foi construído ao longo de alguns séculos, portanto nem sempre existiu aquilo que conhecemos hoje por “jovem”. Devemos notar que a idéia de geração, ou de identidade etária específica, é uma criação da modernidade, tal qual nos sugeriu Ariès (1978). O autor demonstrou como a “descoberta” da infância e a valorização da adolescência ocorreram em épocas relativamente recentes, nos últimos dois ou três séculos aproximadamente. Quando vemos toda a indústria de consumo voltada para a criança (roupas, brinquedos, programas televisivos etc) jamais pensaríamos que pudesse ter existido um mundo que comparava uma criança a um animalzinho. Tal comparação ocorria pois os óbitos infantis eram muito altos, e as crianças eram consideradas “engraçadinhas”, pitorescas, tal qual os gatos e cachorros, que divertiam os adultos. “Não se pensava, como normalmente acreditamos hoje, que a criança já contivesse a personalidade de um homem (...). O sentimento de que se faziam crianças para conservar apenas algumas era e durante muito tempo permaneceu muito forte” (pp. 56-57).

Do mesmo modo que as sociedades tradicionais européias consideravam crianças apenas aqueles seres que ainda dependiam do colo dos pais, sendo

posteriormente inseridos no cotidiano comunitário e social, o adolescente e o jovem não estavam apartados do mundo adulto, pelo contrário. Conviviam com os mais velhos, aprendiam o que deveria ser aprendido no dia-a-dia, não existia portanto a possibilidade de uma **cultura jovem**, uma classe por idade, desenvolver-se no *Ancien Régime*. Por outro lado, esse mundo não era rigorosamente mensurável e computável, não existia uma preocupação muito grande com a precisão das datas de nascimento, pelo menos entre a plebe. A expectativa de vida era muito curta para nossos padrões, a passagem da infância à maturidade era bem rápida, e chegava-se muito cedo à velhice.

Não há dúvida de que a Antigüidade e a Idade Média ocidentais valorizavam a juventude, antes de tudo porque valorizavam o guerreiro, belo e viril. Porém, será o século XX que fará uma distinção positiva da adolescência, o que de fato expandirá o senso de juventude:

“A consciência da juventude tornou-se um fenômeno geral e banal após a guerra de 1914, em que os combatentes da frente de batalha se opuseram em massa às velhas gerações da retaguarda. A consciência da juventude começou como um sentimento comum dos ex-combatentes, e esse sentimento podia ser encontrado em todos os países beligerantes (...). Daí em diante, a adolescência se expandirá, empurrando a infância para trás e a maturidade para a frente” (Ariès, 1978, p.47).

Ele distinguiu portanto o processo de *aprendizado* no Antigo Regime, onde a convivência de adultos e crianças criava as condições para a transmissão cultural, do processo de *socialização*, que sugere a educação via instituição escolar, apartando a criança do mundo "adulto", particularmente do mundo do trabalho. Isso parece correto quando falamos da criança e do jovem das classes

médias urbanas e da aristocracia (*strictu sensu*, mas também burguesa) que foi criado na nascente sociedade industrial; o mesmo não se pode dizer das crianças e adolescentes que engrossavam o contingente do proletariado fabril na Europa (e sabemos, também no Brasil). Ariès faz notar que o processo escolar medieval não era determinado pela divisão etária, a escola “(...) acolhia da mesma forma e indiferentemente as crianças, os jovens e os adultos, precoces ou atrasados, ao pé das cátedras magisteriais” (*idem*, p. 187). Contudo, com o surgimento da sociedade capitalista, aquela convivência entre jovens e adultos, entre plebeus e nobres nos antigos colégios foi substituída pela introdução de uma férrea disciplina (cf. também Foucault, 1997:154-161) e de uma divisão mais precisada por idade. A partir de agora, passava a existir dois tipos de escola, uma primária para o povo e outra mais prolongada para a nova classe social em expansão, a burguesia. Ao contrário da nobreza, que em alguns casos até tolerava o analfabetismo entre seus pares, o típico burguês prezava pela distinção formal e real das classes via processo educacional, o que acarretou um aumento nos anos de educação, que o fez cada vez mais coincidir com os anos da infância e adolescência. Fica mais claro o *traço histórico e artificial* do senso de classe etária quando lembramos o trabalho infantil no período da Revolução Industrial, que certamente acelerava a introdução da criança e do jovem no mundo adulto, tal qual na Idade Média. “Existe portanto um notável sincronismo entre a classe de idade moderna e a classe social: ambas nasceram ao mesmo tempo, no fim do século XVIII, e no mesmo meio – a burguesia” (*idem*, p. 194).

Quando falamos então de criança e de jovem, não podemos perder de vista esse recorte de classe social. A historiadora francesa Michelle Perrot, ao tratar da juventude operária europeia do século XIX, também mostra como a industrialização desencadeara uma “crise de aprendizagem” entre os jovens, incluídos desde muito cedo no mercado de trabalho, e como esta pessoa jovem tinha poucas alternativas naquela sociedade.

“[A sociedade industrial] está só interessada em indivíduos, ou pelo menos em famílias. A família é, mais que nunca, a instância de gestão e de decisão no que concerne aos jovens. Ora, ela tem sua lógica própria que não é necessariamente a dos membros que a compõem; uma lógica mais holista que individualista, que privilegia o todo sobre as partes e se aplica especialmente às mulheres e aos jovens, lógica que a classe operária, em via de constituição, irá retomar. *Sua identidade não se funda nem sobre o gênero, nem sobre a categoria de idade; ao contrário, ela pretende subsumi-los* [grifo meu]. A família – e a classe – operária tem necessidade de seus jovens, mas lhes pede trabalho, obediência e, em última instância, silêncio. Eles se exprimem pouco, e, quando o fazem, sua voz é reprimida” (Perrot, 1996: 84).

Por outro lado, “(...) o século XIX tem medo de sua juventude, e particularmente de sua juventude operária, da qual se teme a vagabundagem, a libertinagem e o espírito contestador” (*idem*, p. 85).

Devemos a esta autora também a definição de uma “juventude da greve”, que ocorrera na França em meados do século XIX até o seu findar, com a constituição da moderna classe operária francesa. Seus estudos sobre os movimentos grevistas fizeram notar que não só existia uma participação considerável de jovens trabalhadores nesses eventos, como a própria forma adotada pelas greves (irreverência, disposição inesgotável para o confronto etc) fazia referência a um novo *modus vivendi* entre o emergente proletariado:

“A greve tem, na maioria das vezes, uma dupla função : ela é meio de pressão e modo de expressão. No século XX, sua característica instrumental tem por vezes feito refluir sua densidade expressiva. No século XIX, ao contrário, isso é que era o principal. A greve é jovem. Os desejos e os planos, a representações e os fantasmas dos grupos em luta se confrontam sem mediação.” (Perrot, 1984: 09, tradução própria).

Urge, então, refletir por que esse perfil do movimento operário descrito acima, decerto entusiasmado em demasia (mas essencialmente percebido por seus atores como uma "qualidade") vai perder cada vez mais espaço para uma concepção formalizada, burocrática, de organização sindical⁴.

Devemos nos perguntar se é "natural" hoje a tímida presença de jovens trabalhadores nos seus sindicatos, se a visão reinante entre os militantes de um "interesse geral e unificador" dos trabalhadores é uma construção necessária para suas lutas, e se afinal de contas tais jovens estão mesmo afastados da militância. Novamente, um olhar sob a perspectiva histórica pode ser esclarecedor.

O movimento operário europeu do século XIX continha, em seu seio, vários líderes e manifestantes já a partir dos quinze anos de idade. As antigas oficinas propiciavam aos jovens aprendizes apenas revoltas individuais, tumultos e fugas da tutela rígida do mestre; no caso da fábrica, o maior número de pessoas nas mesmas condições sociais (e na mesma faixa etária) facilitava ações mais coletivas. Se não constituíam um movimento social de tipo moderno, utilizavam

⁴ É preciso, contudo, fazer justiça à história do sindicalismo metalúrgico do ABC paulista, que soube, nos momentos de enfrentamento com o aparato repressor da ditadura militar, lançar mão de expedientes muito parecidos com aqueles usados pelos franceses 100 anos antes. Kátia Paranhos demonstra em sua pesquisa como o sindicalismo metalúrgico de São Bernardo estabelecia uma nova relação com os trabalhadores já desde meados da década de 1970, criando e recriando novas linguagens e condutas mais politizadas no cotidiano operário. “Ao folhearmos as páginas do jornal *Tribuna Metalúrgica*, observamos não apenas novas falas e imagens políticas, econômicas e sociais dos “lugares da luta”. Há também em peso significativo para as imagens culturais, aos planos de formação sindical e política, aos projetos de renovação da imprensa e às atividades de lazer. Assim, outros enunciados imagéticos vêm juntar-se à animação operária” (Paranhos, 1999, p. 260).

este canal, e principalmente a greve, para expressarem o descontentamento com suas condições laborais e mesmo com sua condição subordinada na família operária.

“Os jovens estão presentes nesses movimentos [de massa], manifestando-se com ardor. Entre 1871 e 1890, 16% dos manifestantes detidos têm entre 15 e 19 anos e 6% dos líderes identificados pertencem a essa faixa de idade. Delineam-se figuras de jovens ‘líderes’, com a voz potente, o tom da recusa e às vezes o carisma que arrebatam” (Perrot, 1996: 112).

Contudo, em várias ocasiões esse contingente juvenil era pouco respeitado, sequer ouvido.

“Nas minas, a situação dos condutores ou carregadores de vagonetes é mais desconfortável, e seu papel incitador depende da estrutura familiar. (...) Reduzidos ao silêncio na família, também o são nos sindicatos, que sempre estabeleceram cláusulas restritivas a seu voto; em Seraing, é preciso ter 21 anos para votar numa assembléia. Suas greves próprias, relativamente numerosas, são pouco levadas em conta pelos mais velhos, que julgam que eles não têm voz no assunto, que há um tempo para tudo” (idem, p. 112).

Percebe-se que os jovens mais se manifestam do que se associam, que nos combates de rua típicos da Europa oitocentista, eram ardentes nas barricadas mas não esqueciam dos prazeres da vida; estamos longe do típico militante asceta bolchevique do século XX. Somente os grandes acontecimentos os mobilizavam (as jornadas de julho de 1848, a Comuna de Paris de 1871), e com eram raros, seu cotidiano era preenchido, além do trabalho, por bailes e esportes – hegemonicamente o boxe e a luta de rua, no lugar da esgrima aristocrata. Como muitos desses jovens rebelavam-se não só contra os patrões, mas também contra a tutela paterna, consideravam os embates como uma possibilidade de mudar de

estilo de vida, de serem mais livres, o que pode explicar sua aversão ao institucional.

“A sociabilidade informal, predominante na primeira metade do século, lhes convém mais que as organizações formais e hierarquizadas. *Por considerarem os jovens como menores e subordinados, na maioria das vezes, sindicatos e partidos não favoreceram muito sua integração* [grifo meu]. Daí sua atração, no início do século, pelos libertários que os acolhem melhor” (Perrot, *idem*, p. 117).

Vemos nesse painel que a relação entre o movimento sindical e os jovens operários era, desde a gênese das lutas operárias mais organizadas, no mínimo problemática⁵. Não que eles não estivessem presentes, pelo contrário, muitas vezes eram a vanguarda das greves e combates de rua. Mas parece que já naquele momento – fins do século XIX, início do século XX – ocorria uma crescente consciência de pertencimento a uma classe específica, com comportamentos característicos e desejos comuns; já naquele momento o lazer e o consumo (e a sexualidade) disputavam com a política seu espaço no meio de uma nascente “juventude”. Não obstante, será no século XX que testemunharemos as tentativas de construção não só de uma *consciência da juventude*, mas particularmente da figura do *jovem radical* ou do *jovem revolucionário*.

São interessantes as analogias que se fizeram ao longo das últimas décadas entre o bolchevismo e algumas religiões, como o cristianismo, no tocante às idéias de *vanguarda* e de *missão* (Portelli, 1984). Importa aqui saber que a “mística” do ideário comunista influenciou muitos jovens do fim do século XIX e

⁵ A valorização do trabalho adulto trazia embutida a defesa que muitos sindicatos fizeram de uma remuneração menor para os mais jovens. Foi uma herança da hierarquia das corporações e guildas, em que os jovens eram aprendizes.

início do século XX; desta feita seria natural então que os principais teóricos dessa tendência se manifestassem a respeito desses jovens. Lênin deixou vários escritos em que discute a temática da juventude e sua relação com o movimento comunista internacional no início do século XX. Sua visão do jovem trabalhador era a mesma da percepção corrente no movimento operário, inclusive em sua reivindicação histórica, a de que as crianças deveriam dedicar-se integralmente à escola, e o jovem deveria ter uma jornada de trabalho limitada. Nos “Materiais para a revisão do programa do Partido”, escrito entre abril e maio de 1917, vemos que uma das bandeiras do Partido Operário Social Democrata da Rússia era “o ensino geral e politécnico (conhecimento da teoria e a prática de todos os ramos principais da produção), gratuito e obrigatório para todos as crianças de ambos os sexos até os 16 anos; estreita ligação do estudo com os trabalho social produtivo das crianças” (Lênin, 1976: 53).

Quanto aos jovens militantes do movimento estudantil, o líder bolchevique era incisivo: só era realmente radical o revolucionário que estivesse afinado com a vanguarda do movimento social, que para ele era o movimento operário:

“É preciso que a União das Juventudes Comunistas una sua formação, sua instrução e sua educação aos trabalhos dos operários e camponeses, que não se feche em suas escolas nem se limite a ler livros e folhetos comunistas. Somente trabalhando com os operários e os camponeses se pode chegar a ser um verdadeiro comunista” (idem: 04, traduzido do espanhol).

Interessante notar que na concepção bolchevique, era necessário subsumir todos os interesses particulares em prol da causa operária, inclusive em um ponto

que tornou-se questão de honra para todos os movimentos de identidade juvenil, que era o serviço militar obrigatório. Mesmo reconhecendo a injustiça no recrutamento militar, que os filhos de trabalhadores são sistematicamente humilhados nas casernas, que os jovens estudantes radicais eram recrutados como uma forma de substituir Voltaire por um sargento, e que os jovens aristocratas eram sempre agraciados, mesmo assim Lênin afirma que a instrução militar é importante:

“A militarização impregna hoje toda a vida social (...) Que farão contra isso as mulheres proletárias? Limitar-se a maldizer toda a guerra e todo militar, limitar-se a exigir o desarmamento? A mulheres de uma classe oprimida verdadeiramente revolucionária jamais se resignarão com tão desonroso papel. Dirão a seus filhos – logo serás adulto. Te darão um fuzil. Tome-o e aprenda bem a arte militar. Esta ciência é indispensável para os proletários; não para disparar contra teus irmãos (...) mas sim para lutar contra a burguesia de teu próprio país ” (...) [idem: 50, tradução do espanhol].

Tais palavras ganham ainda mais significado quando voltamos nossos olhos para o papel da carreira militar na ascensão social de jovens de classes sociais menos favorecidas ao longo do século XX. Só para ficar em dois casos notórios, tanto Luís Carlos Prestes no Brasil do Tenentismo quanto o capitão Maia da Revolução dos Cravos em Portugal representavam jovens oficiais com tais origens, portanto seria factível buscar relações entre ascensão social via caserna e participação política, ao menos em conjuntura políticas favoráveis a tais manifestações. Sociedades onde a ascensão social não é estrutural (ou seja, onde o crescimento econômico já não abre oportunidades de mobilidade), mas cíclica (ocorrendo mobilidade por meio da competitividade) oferecem esse tipo de

carreira mais segura, somando-se ao fato que o *status* dessa opção já não fica restrito exclusivamente aos filhos de oficiais, abrindo espaço aos demais estratos sociais.

Destarte, fica fácil hoje falarmos nos excessos do tipo de visão descrita na citação de Lênin acima, que paradoxalmente exaltava as qualidades da juventude mas que subordinava suas reivindicações à causa do socialismo. Devemos ter em mente, no entanto, que este arquétipo do jovem revolucionário, que seria o modelo de um *novo homem*, contribuiu muito para a auto-identidade da juventude no século XX. Eric Hobsbawm percebeu isso quando comenta a ação dos comunistas nos vários cantos do planeta durante a ‘Era dos Extremos’. Refletindo sobre os anos logo após a Revolução de Outubro de 1917, o autor destaca:

“Para essa geração, sobretudo os que, embora jovens, viveram os anos de levante, a revolução foi o acontecimento de suas vidas. (...) Tomemos o caso de dois jovens alemães temporariamente ligados como amantes, que foram mobilizados pela revolução soviética da Baviera de 1919; Olga Benário, filha de um próspero advogado de Munique, e Otto Braun, um professor primário. Ela iria ver-se organizando a revolução no hemisfério ocidental, ligada e afinal casada com Luís Carlos Prestes; (...) o levante fracassou e Olga foi entregue pelo governo brasileiro à Alemanha de Hitler (...). Enquanto isso, Otto, bem mais sucedido, partiu para a revolução no oriente, (...) o único não chinês a participar da famosa ‘Longa Marcha’ dos comunistas chineses (...). Quando, a não ser na primeira metade do século XX, poderiam duas vidas interligadas ter tomado esses rumos?” (Hobsbawm, 1996:79-80).

Indubitavelmente, a *jovem república soviética* da Rússia, os *jovens soldados da revolução*, e a esperança no surgimento de um *novo homem*, em um momento (década de 1930) que o capitalismo parecia cair de maduro, tonificavam o paradigma da *juventude revolucionária*.

Mas aqui estamos falando ainda de minorias, muito visíveis, mas minorias. É possível falar realmente de uma emergência da juventude (como fenômeno de massa) a partir dos anos 50, início da época de ouro do capitalismo europeu e norte-americano, além de ser um período de ascensão de governos com recortes desenvolvimentistas em países da periferia, como o Brasil. Será o momento de expansão, para o ocidente, do *american way of life*, incluindo o seu comportamento social. Assim, de um mundo que não conhecera a adolescência – da infância saltou-se para a maturidade com as duas guerras mundiais – formava-se a partir de então o universo dos *teenagers*, com linguagem própria, um padrão de consumo e grupos de convivência contínua, disputando cada vez mais com os espaços tradicionais da família e da igreja. O consumo era o elemento de coesão etária, pois vestia-se as mesmas roupas, utilizava-se os carros e motocicletas “radicais” e ouvia-se a mesma música: o *rock’n’roll*.

“Tratava-se da primeira geração de adolescentes americanos privilegiados, mas sobretudo da primeira geração que apresentava uma coesão tão acentuada, um auto-reconhecimento enquanto comunidade especial com interesses comuns. A figura do adolescente que de tal modo emergia era associada sobretudo à vida urbana e encontrava seu habitat na *high school* – que parecia transformada num cosmo em si -, com os clubes, as atividades esportivas extracurriculares e lugares acessórios, como a *drugstore*, o automóvel, o bar para jovens” (Passerini, 1996: 354).

Essa nova construção histórica de juventude, que com as devidas alterações sobreviverá até os nossos dias, destaca os “problemas” que a mocidade apresenta para o corpo social, pois são em geral apresentados como rebeldes sem causa, transgressores, excessivamente lúdicos. A imprensa e as

autoridades acabam por eleger os líderes estereotipados dessa geração (James Dean, Elvis Presley, logo após os Beatles, os Rolling Stones), e os acontecimentos dos anos 1960 (Guerra do Vietnã, luta pelos direitos civis norte-americanos, Maio de 68) apenas reforçaram os contornos dessa grande “comunidade juvenil”. No caso brasileiro, foi paradigmático o conflito entre os estudantes da Faculdade de Filosofia da USP e os estudantes da Universidade Mackenzie (onde existia um grupo denominado Comando de Caça aos Comunistas) em outubro de 1968, que mesmo representando uma pequena parcela da juventude brasileira, ganhou destaque como o símbolo do ativismo juvenil do período. Já o movimento musical conhecido como Jovem Guarda buscou “tupiniquinizar” a outra vertente do perfil juvenil estereotipado – a dos jovens despolitizados, mas extremamente preocupados com sua afetividade e com os prazeres da vida, por aqui chamada de “ié, ié, ié”.

De fato, como veremos, não se tratava apenas de uma juventude, mas de *várias* juventudes; o que não contrariava o fato de que todos esses grupos agora constituíam um estrato consciente de sua condição *sui generis*. Os membros das classes médias encontravam naquele momento condições de enviar seus filhos às universidades; os filhos dos operários, embora raramente chegassem aos bancos acadêmicos, começavam também a desfrutar da prosperidade econômica:

“Os operários, sobretudo nos últimos anos de juventude, antes que o casamento e as despesas domésticas dominassem o orçamento, agora podiam gastar em luxo, e a industrialização da alta-costura e do comércio da beleza a partir da década de 1960 respondeu imediatamente” (Hobsbawm, 1996: 301).

Devemos notar que esse período, que representou de fato uma revolução cultural no século XX, apontou para dois fenômenos que nos interessam em particular – a volatilização da consciência de classe operária e a percepção individualista da política. A ampliação do consumo entre as classes trabalhadoras entre os países europeus e na América do Norte disponibilizava outras formas de lazer, que durante um bom tempo foi hegemonizado pelo partido e pelo sindicato (os comícios, as partidas de futebol, os bailes). O espaço público, local dos comícios, das festas, das refeições ao ar livre, começava a perder a preferência para o espaço privado, com a popularização do rádio, da televisão e do toca-discos. Por outro lado, as novas gerações de militantes, surgidas nos anos 1960, divergiam muito daquela geração de Olga Benário:

“O *slogan* de maio de 1968, *Quando penso em revolução quero fazer amor*, teria intrigado não só Lênin, mas também Ruth Fischer, a jovem comunista vienense cuja defesa da promiscuidade sexual Lênin atacou. Mesmo para o neomarxista-leninista radical, consciente político, típico das décadas de 1960 e 1970, o agente do Comintern de [uma peça de] Bretch que, como caixeiro-viajante, fazia sexo com outras coisas em mente teria sido incompreensível. (...) Não se podia claramente separar fazer amor e fazer revolução” (Hobsbawm, 1996: 326).

Um aspecto muito interessante dessa juventude de 1968, que gerou tanto jovens politicamente radicais quanto pacifistas (os *hippies*), é a semelhança com a juventude romântica do século XIX. Groppo (2000) fez notar que a fuga do consumismo, da agitação da cidade moderna e a preocupação com a integridade moral não eram novidades deste século: O Movimento Juvenil Alemão teria, já no último quartel daquele século, apresentado duas características que o senso

comum atribuiria aos jovens contemporâneos, “(...) o totalitarismo – o projeto de uma sociedade exclusivamente juvenil – e o romantismo – a fuga para os campos, para o ‘primitivo’ e para o ‘comunitário’ “ (p.102). Mesmo quando tratamos dos jovens que aventuraram-se nas guerrilhas de inspiração guevarista, chama a atenção algumas semelhanças com o idealismo romântico passado. Pois, se o *Wandervogel* (Pássaro Migrante, grupo símbolo da Juventude Alemã) promovia marchas para os campos e aldeias da Alemanha, os revolucionários latino-americanos tinham como símbolo a *Sierra Maestra* da Revolução Cubana. Além disso, um dos teóricos do chamado *foquismo* e companheiro de “Che” Guevara, Régis Debray, atribuía maior importância à jovialidade do militante do que ao seu conteúdo classista.

“O tom juvenil da propaganda foquista é capaz de (...) derrubar a determinação classista que aflige o indivíduo abnegado – algo possível através da vida na guerrilha, que faz com que os jovens burgueses e ‘pequenos-burgueses’ adquiram uma nova consciência social, oposta à sua classe de origem”, a partir do momento em que “(...) acontece a reunião de elementos jovens numa ‘comunidade’ guerrilheira” (Groppo, 2000, p. 268).

Não é possível comparar esses dois momentos distantes no tempo sem observar suas peculiaridades e suas diferenças. Há uma distância muito grande entre um Werther, personagem de Goethe e um dos símbolos dessa juventude romântica, e um James Dean, o jovem rebelde “sem-causa” . Mas parece claro que temos aí uma espécie de *tipo ideal* do que ficou cristalizado como juventude moderna. Cabe agora problematizá-lo.

5.2 - A sociologia da juventude – algumas contribuições

Há algum tempo a sociologia vem estudando esse estrato social conhecido por juventude, entendendo o jovem inicialmente como uma categoria e um problema teórico, logo após reconhecendo sua multiplicidade identitária na sociedade moderna.

A escola sociológica funcionalista, desde Émile Durkheim, buscou compreender o fenômeno juvenil como sendo um processo necessário de *socialização*, de integração do jovem recém saído da infância para o mundo adulto. Não será por outro motivo, por exemplo, que uma das preocupações centrais da sociologia francesa da Terceira República será com a *Educação*, com a formação integral das crianças e jovens, depositárias do futuro da sociedade.

Uma das obras de referência nessa escola é *From Generation to Generation*, de Eisenstadt, publicado inicialmente em 1954. Ao estudar comparativamente várias sociedades – as assim chamadas primitivas, antigas e modernas - procura detectar os mecanismos de estabilidade e continuidade dos sistemas sociais. Sua hipótese é a de que, em sociedades tradicionais, os laços de parentesco e consangüinidade são as estruturas básicas de inserção no mundo comunitário e social, capazes de gerar uma relação minimamente amistosa entre faixas etárias heterogêneas. Já sociedades modernas tendem a quebrar essa convivência harmoniosa inter-etária:

“Nestas sociedades, caracterizadas por mecanismos integrativos determinados em termos universalistas, os papéis e disposições de papéis incorporados ao âmbito da

família e desempenhados no seio desta não são harmônicos com o sistema social mais amplo e a identificação com membros etariamente heterogêneos da família não assegura que o indivíduo alcance plena maturidade social e *status*, nem plena participação no sistema social. (...) Surge uma tendência no sentido da emergência de grupos etariamente homogêneos” (Eisenstadt, 1976:34).

Se as formas sociais tradicionais garantiam a inserção do jovem ao mundo adulto sem maiores traumas, valendo-se inclusive de ritos de passagem, na sociedade moderna a extensão da infância viria acompanhada de um retardamento da iniciação sexual e da redução de oportunidades econômicas, possibilitando a formação de uma consciência etária, particularmente em instituições como a escola e a caserna.

Sob essa ótica, portanto, a juventude ganha duas conotações: a de "elo" entre as gerações, sendo aquele elemento de recepção da tradição e da cultura precedentes, e o de "transgressor" ou "*outsider*", que encontra dificuldades em adaptar-se ao mundo que procura acolhê-lo. Em ambos os casos, aparece sem capacidade de diálogo com os demais atores e instituições sociais (ora passivo ora niilista).

É claro, houve variações desse enfoque dado à socialização. Muitos estudos realizados entre 1940 e 1960, sobre a participação política dos estudantes, utilizavam a noção de *marginalidade* sugerida antes por Mannheim para demonstrar que nos momentos de conflito geracional era possível criar ou recriar relações sociais. Assim, refletindo sobre o significado sociológico da juventude, este autor lança mão da comparação com o corpo humano, sendo os jovens a energia latente de um órgão social. Nas sociedades tradicionais, essa

energia seria mais controlada, e até temida, mas em sociedades dinâmicas e competitivas, seria uma espécie de motor de transformações. Ora, para o autor, “(...) a juventude não é nem progressista nem conservadora, porém é uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade”. Essa potencialidade, essa energia latente, advinha do fato de serem os jovens, tal qual os intelectuais independentes e as classes oprimidas, elementos *marginais*:

“O adolescente não está apenas biologicamente num estado de fermentação, mas sociologicamente penetra num mundo em que os hábitos, costumes e sistemas de valores são diferentes dos que até aí conhecera. O que para ele é uma novidade desafiadora, para o adulto é algo a que já está habituado e aceita com naturalidade” (Mannheim, 1968:74-75).

A distância temporária entre os jovens e os centros de poder e de decisão, possibilitaria a ousadia, o questionamento, enquanto os adultos já estabelecidos seriam naturalmente mais relutantes a mudanças significativas no *statu quo*. Portanto, essa visão, mesmo atribuindo uma característica marginal ao jovem, entende-a como algo potencialmente positivo, mas de forma alguma dado *per se*; lembremos que o autor em questão escrevia essas palavras na década de 1940, que testemunhava o fenômeno da juventude nazi-fascista.

Mannheim utilizará três categorias distintas para demonstrar como o “fenômeno juvenil” era de caráter múltiplo; assim, existiria um *status* de geração, uma geração enquanto realidade social e, dentro dessa realidade, unidades de geração. “O *status* de geração” seria caracterizado pela mera posição etária, ou seja, um grupo social que possui em comum o fato de pertencer a uma mesma

faixa de idade. Mas tal qualificação é genérica demais, e procura uma distinção mais precisa; quando um grupo de pessoas nasce e vive numa mesma região histórica e social, e participa de um destino comum, criando um vínculo concreto (através da exposição deles aos sintomas sociais e intelectuais de um processo de desestabilização dinâmica), então passaremos a reconhecer esse grupo como uma “geração enquanto realidade social”. A partir dessa classificação, seria possível obter um critério mais estrito da condição juvenil, que o autor chama de “unidade de geração”. Jovens de uma geração real que, experimentando os mesmos problemas históricos concretos e, a partir daí, elaborando o material de suas experiências, partilhando idéias, estariam constituindo uma unidade geracional.

“Enquanto a mera “situação” (*status*) comum em uma geração é de uma significação apenas potencial, uma geração enquanto realidade é constituída quando contemporâneos similarmente “situados” participam de um destino comum e das idéias e conceitos de algum modo vinculados ao seu desdobramento. Dentro dessa comunidade de pessoas com um destino comum podem então surgir *unidades de geração* particulares (...), uma identidade de reações, uma certa afinidade no modo pelo qual todos se relacionam com suas experiências comuns e são formados por elas” (Mannheim, 1982, p.89).

Vemos nesse autor, portanto, a necessidade de qualificar o conceito de juventude, sob pena de confundir fenômenos puramente biológicos com outros que são produtos de forças sociais e culturais. A pesquisa sociológica não pode contentar-se com as constantes bio-antropológicas, mas deve investigar os fenômenos dinâmicos presentes nas conjunturas sociais e históricas.

Será então na década de 1960 que veremos emergir um série de estudos que buscavam dar conta desse novo “ator social”, a juventude. Ianni (1968), referindo-se aos trabalhos de Eisenstadt, entre outros, verifica que a abordagem funcionalista é insuficiente para captar a riqueza contida nesse fenômeno social chamado genericamente de juventude. Assim, a compreensão da realidade dos jovens na sociedade não pode ser a-histórica, pelo contrário, seria preciso encontrar os elementos estruturais e diacrônicos do sistema social, perceber em que condições históricas os jovens estariam inseridos. Sua análise, como aponta no início do seu escrito, será focada no jovem de classe média, estudante, que naquele momento demandava por um ensino de qualidade. Para ele,

“(...) o jovem radical é um produto natural do sistema social em que se encontra imerso. O seu radicalismo produz-se exatamente no momento em que ele próprio descobre que o seu comportamento é tolhido, prejudicado, e muitas vezes, *deformado institucionalmente* [grifo do autor]. Em consequência da relação do trabalhador com as condições e o produto de seu trabalho – fenômeno que começa a ser descortinado na juventude - e devido às contradições entre os valores universais da cultura e as possibilidades reais apresentadas à ação, o adolescente vislumbra tanto as inconsistências estruturais do sistema como as alternativas concretas apresentadas à sua consciência” (Ianni, *idem*: 238).

A estrutura social capitalista, a alienação do trabalhador e os limites para uma efetiva democracia social é que possibilitariam a emergência de uma consciência radical, do mesmo modo que a apatia política e a delinquência seriam frutos desse condicionamento.

Os estudos clássicos sobre juventude, como vimos, buscaram ressaltar a identidade juvenil como uma condição de *transição*, de inserção do adolescente

ao *mundo adulto* de forma paulatina, donde se notabilizaram duas vertentes de explicação: uma geracional (identidade pela idade), e outra classista (identidade pela classe social).

Pais (1990), ao discutir estas duas correntes, procura demonstrar a insuficiência de ambas, que padronizam, tanto no corte de geração quanto no de classe, a categoria juventude, perdendo portanto a riqueza da diversidade inerente a um segmento tão extenso da população. A perspectiva funcionalista, à qual a corrente geracional está vinculada, preocupa-se basicamente com os comportamentos “desviantes” do jovem e seu processo de socialização, ao passo que uma explicação marxista extremamente simplificada, que entende a classe social como uma “coisa”, vê as manifestações juvenis como subculturas de classe, expressando em última instância valores classistas.

Abramo (1994) indica uma preocupação crescente com a juventude no Brasil e na América Latina a partir do momento em que se expande a educação e são implementados projetos desenvolvimentistas, desde os anos 50. Desse modo, toda produção acadêmica girava em torno de dois pares dicotômicos: integração/marginalidade e radicalismo/alienação, expressando bem o impacto causado pelo movimento estudantil e demais movimentos de contestação do período. A autora também observa as correntes de explicação já citadas, que vão desde os trabalhos de Eisenstadt, passando por Mannheim, até os estudos do *Centre for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham* - “Resistance through rituals”. Fica claro para Abramo que privilegiar apenas uma perspectiva não poderia lhe dar elementos para compreender os

movimentos "punk" e "dark", com peculiaridades tanto geracionais quanto classistas. O artigo de Sposito (1994) sobre o movimento *Hip Hop* busca seguir o mesmo caminho, qual seja, o de considerar o traço juvenil e proletário do movimento, indicando que ao contrário de ser uma manifestação despolitizada, a utilizações feitas do espaço público para denunciar a exclusão social, além da violência policial e a discriminação no trabalho e na escola, constituem-se em novas formas de participação política que excluem os meios tradicionais de intervenção (partidário, estudantil e sindical) .

O que é comum para todos esses autores é a singularidade do *ser jovem*, expressado pelo seu visual, sua linguagem e seus hábitos - enfim, a diferenciação dada particularmente pelo consumo e pelo lazer. Este dado é extremamente importante para compreender a relação do jovem com o mercado de trabalho, e a percepção que este tem da vida profissional e da situação de desemprego.

Em outro artigo, em que trata do emprego juvenil e mudanças sociais, Pais (1991), após uma pesquisa na região da Grande Lisboa, propõe uma análise que considere as reações diferenciadas dos jovens em relação ao trabalho, ao emprego e ao desemprego, em oposição às teses vigentes: a da *inadequação da escola* ao mercado de trabalho (onde, paradoxalmente, o jovem é tido como "livre" quanto ao mercado de trabalho, porém "vítima" de crises econômicas) , e a da *alergia* do jovem ao trabalho (onde se considera uma rejeição à ética do trabalho). Pais (pp. 962-963) entende que a homogeneização da juventude não só desconsidera os processos externos de inserção

profissional (dinâmica do mercado de trabalho e estruturas de oportunidades, acontecimentos históricos coletivos, etc), como também os processos internos (potencialidades individuais e relações e conflitos familiares). Dizer isso significa assumir a hipótese de que nem todos os jovens de classe média ou nem todos os jovens operários possuem a mesma reação perante situações de emprego/desemprego⁶, embora seja possível distinguir traços comuns de pertencimento de classe.

A título de ilustração, o autor cita a valorização, captada na pesquisa, de postos de trabalho por parte dos jovens operários, mantendo uma relação instrumental em que trabalhar significa ganhar algum dinheiro que possibilite exibir "códigos de masculinidade" que implicam certas despesas (bebidas, voltas de moto, etc); por encarar o trabalho de forma utilitária, estes jovens não investem seriamente na educação escolar, já que possuem a consciência de suas limitações dentro de uma carreira profissional, estando, portanto, presos a atividades que exibem baixa qualificação (o que não impediu o autor de encontrar muitos jovens preocupados com a vida escolar). Por outro lado, se é verdade que nos jovens de classe média a ética do trabalho está ainda mais distanciada de suas expectativas, levando estes a prolongar sua vida escolar, torna-se significativo o anseio das garotas desta condição social em alcançar uma realização profissional, expresso em sua maior preocupação com a escolaridade e sua maior frustração caso não venham a atingir esse objetivo.

Este exemplo deixa claro que além das expectativas geracionais e classistas,

⁶ Bajoit e Frassen (1997) observaram em sua pesquisa três tipos de experiência de desemprego entre os jovens: o **desemprego total**, que leva à angústia, o **desemprego invertido**, valorizado pelo tempo liberado, e o **desemprego postergado**, ocupado pela busca do emprego e pela formação profissional.

também é de extrema importância o corte de gênero que passa pela categoria juventude, que indica não só a precariedade do trabalho feminino como também a "invisibilidade" do trabalho doméstico.

Citando novamente Pais (1991), é possível perceber a disposição de alguns jovens entrevistados pelo autor para o trabalho temporário e à polivalência, como meios de controlar o tempo de suas vidas no cotidiano, retirando-os das divisões tradicionais que, nas sociedades industriais, impõem uma rígida separação entre tempos livres e tempos de trabalho. O autor verifica que, no caso dos jovens empregados, os tempos de trabalho impulsionam uma série de comportamentos orientados em função da localização desse trabalho (como acontece entre o deslocamento da casa ao trabalho); já os jovens desempregados encontram espaços substitutivos de permanência continuada, como os cafés ou as esquinas de rua. Tanto o comportamento intra quanto extra-fábrica exibem sinais da preocupação do jovem para com a administração de seu tempo. Contudo, é constatado pelo autor que essa preocupação com a administração de seu tempo está mais vinculada com o *adiamento da entrada na vida adulta* (quer pelos jovens de classe média, quer pelos trabalhadores precários com curso secundário sem valor no mercado), do que uma contestação política e econômica da ética do trabalho; é possível afirmar isso quando nos recordamos da diferenciação levantada por Pais entre os jovens de baixa condição social (numa relação utilitária com o emprego) e os de classe média (buscando uma satisfação material e subjetiva na sua profissão).

5.3 - Juventude e “Juvenilidade”

Como vimos, parte da produção sociológica mais recente têm procurado apontar a insuficiência não só da padronização da juventude como uma “classe”, como também da atribuição de uma caráter “marginal” ou “revolucionário” aos jovens contemporâneos. De um modo geral, essa produção tem buscado afastar o estereotipo de passividade juvenil, ou seja, de uma juventude que apenas sofre a intervenção de instituições sociais, e que teria, desta feita, uma postura mais propositiva – um *protagonismo juvenil*, um setor (ou conjunto de setores) que desejaria dialogar e expôr suas necessidades. Talvez o maior paradigma desse protagonismo juvenil seria, como citado anteriormente, o movimento *Hip Hop*, dos jovens pobres e negros das periferias das metrópoles. Estes jovens procurariam, através da música RAP e dos grafites desenhados pela cidade, denunciar a violência e as injustiças sociais sofridas nos bairros populares, e utilizariam portanto a estética, a arte, como canal de comunicação social.

Sem questionar a originalidade e as possíveis contribuições dessas manifestações juvenis, caberia perguntar se a “autoconsciência jovem” e sua condição social teriam a mesma pertinência que aquela surgida já em fins do século XIX e desenvolvida ao longo do posterior.

Sem igualmente cair em anacronismos de qualquer espécie, é necessário recordar o que foi dito no início – a categoria juventude é uma *construção social e histórica*, mas como tal está sujeita a sofrer alterações e a interferência da lógica

mercantil, que sabemos é a que mais tende a colonizar as demais esferas da vida na modernidade capitalista. O antigo é apresentado no mercado como algo “in”, original, logo jovial.

Voltando os olhos novamente para Mannheim, vemos que o autor já percebera nos anos 1940 que transformações sociais tendem a privilegiar o comportamento das novas gerações:

“Condições estáticas levam a atitudes de fidelidade – a geração mais nova tende a adaptar-se à mais antiga, mesmo a ponto de fazer-se parecer mais velha. Com o fortalecimento da dinâmica social, entretanto, a geração mais antiga se torna cada vez mais receptiva às influências da mais nova” (Mannheim, 1982, p.84)

Portanto, sugere que os fatores biológicos naturais característicos da velhice poderiam ser invalidados por forças sociais, e que os dados biológicos quase que podem ser transformados em seus opostos por essas forças sociais. Fazendo uma analogia entre classe e geração, dirá que do mesmo modo que as ideologias produzidas por uma vanguarda influenciam pessoas de classes sociais distintas, também certos impulsos particulares a uma geração podem atrair membros de grupos etários anteriores ou posteriores, se a tendência da época for favorável. A juventude pode, portanto, se transformar num *traço cultural de uma época*.

Nesse sentido, é possível recorrer a Groppo (1999), que faz uma sugestão interessante para a compreensão da juventude contemporânea. O desenvolvimento de uma consciência etária homogênea teria, de fato, atingido seu ápice nos anos 1960/70, com todos os tipos de rebeldia juvenil e de

aparições espetaculares (como já havia indicado também Abramo). Ocorre que ela não teria emergido sem uma contribuição significativa da imprensa e, posteriormente, de toda mídia. A emergência da juventude teria sido acompanhada pela tentativa de controle institucional pelos “adultos” (como já citado, escolas, exército, juventudes nazi-fascistas, juventude comunista etc), uma vez que havia certo temor pela rebeldia e vadiagem juvenil. Por outro lado, houve paralelamente o florescimento de inúmeros grupos “autônomos”, que reivindicavam sua independência com relação à sociedade e aos “velhos”. Desse choque de perspectivas é que surgiria então algo que o autor classifica de *juvenilidade*, um estilo de vida identificado com o consumo e o bem-estar.

“(…) As instituições modernas de consumo absorveram e transformaram em seus valores projetados – mas esvaziados de rebeldia e de real autonomia – pela ‘Juventude’ autônoma e pela ‘Cultura Juvenil Universal’. Realiza-se na atual sociedade (...) aquilo que Ariès apenas sugeria anos atrás, que *todos querem prolongar a sua adolescência*⁷ (Groppo, *op. cit.*: 286, grifos do autor).

Uma conseqüência não prevista no processo de emergência da consciência juvenil é que, tentando fugir das instituições criadas pela sociedade para controlá-los, os grupos juvenis acabariam eles próprios construindo outras instituições que terminariam por enclausurá-los, nesse particular a esfera do consumo (p. 53). Um exemplo bastante útil é a relação dos jovens com as drogas legais e ilegais. Sem entrar aqui no mérito da discussão sobre os problemas que

⁷ Conferir a entrevista com o escritor inglês Nick Hornby, na *Revista da Folha*, 9/07/2000, páginas 22-23. “Nossa cultura não quer mais adultos porque é mais fácil fazer dinheiro com jovens. Além disso, hoje não existe nenhuma razão para crescer se você não quiser. No passado, crescer estava associado ao trabalho, a ter filhos etc. (...) O que é ser adulto hoje, quando empregos, roupas, música e todas essas coisas são para todos, jovens ou velhos?”

envolvem o consumo das drogas ilegais, é interessante notar como é elevado o consumo de cigarros e bebidas entre a juventude. Com a intenção de romper barreiras e delimitar seu espaço, os jovens elegeram alguns hábitos de consumo como sendo indicativos de sua “liberdade” ou de uma pretensa “virilidade” e “jovialidade”.

Pesquisa promovida pela Unifesp entre a população paulista acerca do uso de drogas psicotrópicas (*Pesquisa Fapesp*, número 52, páginas 14-21), demonstra como o uso do álcool causa dependência entre uma porcentagem considerada alta de jovens do sexo masculino entre os 18 e 24 anos (18,2%). Mais alarmante, (e talvez ainda mais significativo) é o consumo de moderadores de apetite nessa faixa etária, particularmente entre as mulheres: na faixa de 12 a 17 anos, 18% dos entrevistados, e em especial as meninas (27,3% do público feminino) apresentavam um Índice de Massa Corporal semelhante ao dos desnutridos, reflexo de uma “ditadura” da estética, tendo como referência a magreza, em geral associada aos jovens esbeltos.

Por outro lado, podemos suspeitar que as diversas manifestações juvenis, ao empreenderem uma crescente diferenciação da cultura e do *modus vivendi* da sociedade tida como “adulta”, estariam sendo envolvidas naquilo que Pierucci (1999) chamou de *cilada da diferença*, ou seja, a retroalimentação da postura conservadora por meio de uma reivindicação considerada progressista, o direito à singularidade ou ao exotismo. Salvo os casos dos jovens de postura política conservadora ou assumidamente desinteressados por política, os grupos com intenções de interferir em seu meio social, ao insistirem numa diferenciação entre

eles e os “adultos”, cairiam no inevitável isolamento ou desprezo dissimulado por parte destes últimos.

Para o nosso objeto de pesquisa, que é a participação de jovens trabalhadores no sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista, essa pode ser uma pista útil (identidade “juvenil” *versus* identidade operária) para uma maior compreensão do pessimismo expressado pelo senso comum atual em relação à participação política da juventude. Ou seja, é possível que o elo de ligação entre as gerações, que fazia jovens operários se formarem no chão da fábrica (e eventualmente na luta sindical), estabelecendo assim um reconhecimento mútuo, tenha se rompido, dificultando assim a ação sindical junto às novas gerações operárias.

6 - IDENTIDADE E CLASSE: HETEROGENEIDADES

Passados vinte anos após as grandes greves do ABC paulista, um marco ímpar na reorganização do movimento sindical brasileiro, as mudanças no mercado de trabalho parecem influenciar a disposição dos trabalhadores quanto à participação e ao sentimento de representação. A exigência de novas qualificações da mão-de-obra tem levado as empresas a contratar jovens trabalhadores, recém-formados, com escolaridade entre o 2º Grau completo e o curso superior. Pesquisa realizada por Leudemann, citada por Martins (1997), demonstra a dificuldade das comissões de fábrica em se relacionar com os jovens trabalhadores. Ela aponta que a maioria destes jovens não possui nenhuma tradição de mobilização operária ou de memória das lutas da categoria, não participando das assembléias e aderindo “passivamente” às paralisações, por exemplo, jogando dominó em vez de engrossar as manifestações ou atos. São chamados de *debutantes*, pois estão em seu primeiro emprego, e se apegam mais à empresa, e esta busca valorizá-los por sua criatividade e participação, além de estarem desvinculados da organização sindical.

Nosso questionamento passa a ser o seguinte: por que os jovens permanecem afastados do sindicato após sua entrada no mercado de trabalho? Aquele mecanismo de transmissão da herança operária, de auto-reconhecimento identitário obreiro, teria se rompido? Haveria algum elemento estrutural que poderia explicar este fenômeno dentro do sindicato, haveria atualmente algum

elemento do comportamento juvenil determinante à apatia sindical, ou seria uma combinação de fatores que contribuiria para a apresentação de quadros tão distintos, entre 1978 e 1998?

Podemos pensar que o sindicalismo hoje, ante a diminuição de sua base social por meio da destruição de postos de trabalho, privilegiaria seus componentes “veteranos”. Conforme apontaram Bercovich, Madeira e Torres (1998, p. 07), diante da crise de desemprego que o país têm enfrentado na década de 1990, “é esperado que o interesse daqueles que encabeçam as lutas reivindicatórias esteja centralizado na defesa dos que já estão presentes no mercado de trabalho, que naturalmente são os adultos – parte deles sindicalizados”. Assim, não só os sindicatos, mas o próprio poder público avaliaria que o mais urgente é garantir renda e requalificação profissional aos chefes de família, o que aumenta a distância entre os anseios da juventude e a pauta de reivindicação das entidades classistas e os projetos do Estado.

Cabe notar, contudo, que a recessão econômica atinge principalmente, e em primeiro lugar, os jovens. Pochmann (2000) apontou como o mercado de trabalho está muito desfavorável, hoje, para os trabalhadores dessa faixa etária. A crise de desemprego que atinge o país desde o início da década de 1990, gerando um enorme excedente de mão-de-obra no mercado, leva os jovens a enfrentar as piores condições de competição em relação aos adultos. Entre 1980 e 1998, o desemprego juvenil pulou de 5,1% para 14,9%. “Durante os anos 90, a PEA juvenil cresceu em 1,3 milhões de pessoas, enquanto o país criou apenas 448 mil vagas para jovens. Por conta disso, o desemprego atingiu a quase 1,8

milhão de jovens, representando um indicador sem paralelo nos últimos 100 anos” (p. 36). Segundo o autor, o mercado de trabalho sempre apresentou o desafio do primeiro emprego para os jovens, mas nos momentos de expansão da economia a inserção destes trabalhadores era bem menos traumática. Com a escassez de postos de trabalho, as alternativas ocupacionais do jovem estão distantes, cada vez mais, dos setores modernos da economia e associadas geralmente aos segmentos de baixa produtividade e à alta precariedade do posto de trabalho. Ocorre um fenômeno aparentemente contraditório – observamos a elevação generalizada dos requisitos de contratação dos jovens, mas por outro lado o empregador contrata pessoas muito mais qualificadas do que a real necessidade do conteúdo desses postos de trabalho. A situação melhora um pouco quando olhamos para o segmento do mercado de trabalho associado às grandes empresas.

“No segmento interno à grande empresa (...), a inserção ocupacional manifesta-se a partir de regras estabelecidas por planos de cargos e salários, ou quando é forte a presença sindical, por contratos coletivos de trabalho. (...) Para as grandes empresas, o emprego de jovens tem sido não apenas uma forma de renovação da qualificação dos empregados, mas também de adequação da estrutura etária dos trabalhadores” (*idem*, p. 49).

Assim, o segmento do mercado de trabalho que estudamos aqui seria, em relação aos demais, mais favorável aos jovens. Mas até que ponto os jovens dessas empresas sentem-se mais seguros, ou melhor ainda, sentem-se identificados com sua profissão e com a pauta de reivindicações de seu sindicato? Esse “mal-estar” da juventude, essa insegurança com relação ao

futuro, estaria presente também entre os jovens metalúrgicos? Ao favorecer aparentemente os interesses dos trabalhadores veteranos, não estaria o sindicato se afastando das expectativas dos jovens operários, que passariam a ver aqueles como “privilegiados” ?

6.2 - *Mutações no mundo do trabalho:*

A transformação pela qual passa hoje o "mundo do trabalho" torna possível aos pesquisadores da área investigarem fenômenos e atores sociais anteriormente relegados a segundo plano, tanto pelo movimento sindical quanto pelo meio acadêmico. Ao constatarmos a emergência dos "novos movimentos sociais" nas duas últimas décadas, e os efeitos da revolução tecnológica, na economia em particular e na sociedade no geral, temos cada vez mais a clareza de que não é possível efetuar uma análise do panorama atual com todo o instrumental teórico amplamente utilizado no período pós-guerra⁸. O conjunto das transformações que presenciamos hoje na produção (com seqüelas também na distribuição/consumo) apontam para uma tendência de superação do padrão fordista. Este padrão sempre foi baseado, em linhas gerais, na produção em massa, grande concentração de trabalhadores em uma unidade fabril, divisão radical entre planejamento e execução das atividades, grande poder de compra

⁸ Não é nossa intenção aqui levantar a discussão sobre a “crise dos paradigmas” nas ciências sociais. Contudo, apenas para exemplificar o rumo atual dos debates, citamos algumas referências que consideramos básicas: Habermas (1987), Lyotard (1986) e Harvey (1992) discutem, sob perspectivas distintas, as mutações na sociedade capitalista contemporânea, a emergência de discursos autônomos com relação aos universais iluministas e a possibilidade de uma “ação comunicativa”.

dos salários (o *five dollar day* da fábrica de Ford), contratação coletiva via sindicato - um padrão típico da Europa e dos EUA⁹.

Dadas as características singulares que originaram a industrialização latino-americana, e particularmente a brasileira - com forte intervenção estatal desde sua gênese, intervenção esta que só ocorreu de forma preponderante em alguns países de capitalismo central no período do Welfare State - não podemos conceber toda a série de transformações ocorridas na economia nos últimos anos de forma indiferenciada em todos os países. Ao contrário dos casos europeu e norte-americano, onde a saturação do modelo produtivo fordista em larga escala, em meados da década de 70, foi acompanhada pela resistência operária (de sindicatos livres) ao taylorismo, no Brasil a potencialidade do mercado e da indústria não eram exploradas por uma política industrial e tecnológica consistentes, e os trabalhadores lutavam ainda pela reconquista do poder sindical, preso a uma estrutura altamente burocratizada e atrelada ao Estado. Bresciani (1994) entende a reestruturação industrial brasileira como um processo de resposta a uma conjuntura que combinava recessão e abertura econômica, que gerou uma competição desproporcional com produtos importados melhores e mais baratos. Por isso, ao invés de uma reestruturação negociada com os sindicatos¹⁰, observou-se uma automação seletiva das linhas produtivas, que

⁹ Mesmo entre nós, que nunca vivenciamos o Estado de Bem-Estar Social praticado na Europa do pós guerra, era possível encontrar algumas dessas características, apesar da política sistemática dos governos militares em promover o *arrocho salarial*. Pessanha e Morel (1991) destacam o caso da indústria naval fluminense em que o sindicato dos operários do setor assinou, em 1963, um contrato coletivo que avançava muito com relação à legislação. Essa indústria, somada à siderurgia de Volta Redonda, apresentavam um movimento sindical atuante, similar àquele encontrado no parque automobilístico do ABC paulista do mesmo período. Sobre "Fordismo e Pós-Fordismo", ver Laranjeira (1997).

¹⁰ Em pesquisa realizada por mim e Anna Maria Andrade foi constatado que o segmento empresarial ainda se mostra refratário à grande parte das propostas sindicais, o que se constata diante da pequena quantidade de cláusulas que compõem os acordos e convenções coletivas das categorias pesquisadas (Santos e Andrade, 1999).

ilustra o clima de incertezas presente no início da década de 90 (desaconselhando investimentos sem retorno garantido) e o grau de concentração de nossa economia (reduzindo os níveis de demanda, produção e consumo).

Ao lado do processo de automação, intrínseco à reestruturação produtiva, surgiram novas formas de organização e gestão do trabalho, sendo suas principais características a implantação do *just-in-time*, as ilhas de produção, o surgimento do trabalhador polivalente e o "convite" a uma parceria entre capital e trabalho, o enxugamento dos níveis hierárquicos e a terceirização de atividades intra-fábrica (dos serviços e de etapas produtivas). Para Bresciani, a terceirização à brasileira está sendo um expediente utilizado pelo empresariado para reduzir os custos de produção, sendo que a preocupação com a qualidade dos produtos e o enriquecimento das tarefas (*job enrichment*) "pode" (e não necessariamente "deve") ser contemplado.

Considerando que o novo paradigma convive com o modelo tradicional, posto que o empresariado não têm garantias de eficiência com as novas técnicas e inovações, as melhorias nas condições de trabalho dependem da correlação de forças nas negociações, que na maioria dos casos favorece os empregadores em situações de recessão e desemprego. Exemplo dessa distorção é a disparidade entre o discurso da parceria e o real envolvimento dos trabalhadores no processo de trabalho, em que o operário recebe uma prescrição no lugar de um incentivo à participação; soma-se a isso a atual tendência de muitos cursos oferecidos pelo SENAI, subsumido a necessidades específicas e imediatas da empresa, em

detrimento de uma formação mais sólida demandada por parte dos trabalhadores e suas famílias¹¹, para se reconhecer os limites da reestruturação efetivada no país.

A mudança gradativa da produção em larga escala para uma produção mais flexível, em que o ritmo da produção e o tipo de produto podem ser modificados conforme a demanda do mercado, em que a busca pela qualidade e pela produtividade devem ser acompanhadas pela contenção de custos da produção, exigem cada vez mais uma série de transformações no antigo modelo regulador do mercado de trabalho, cuja formalidade dos contratos de trabalho é normatizada pela Consolidação das Leis Trabalhistas.

A automação das linhas produtivas e a eliminação dos postos de trabalho, particularmente no setor industrial¹², levaram não só dirigentes sindicais como cientistas sociais a repensarem o papel do sindicalismo na sociedade. De fato, de alguns anos para cá, temos visto o sindicato falar em "luta pela cidadania" (Nascimento, 1996), ampliando suas preocupações para além de sua base social. Contudo, é cada vez mais consensual que a diminuição dos postos de trabalhos industriais afetam, de uma forma ou de outra, a atuação dos sindicatos e seu poder de pressão. Para alguns autores esse fenômeno representaria o declínio

¹¹ Segundo Rogério Valle (1998), os cursos oferecidos pelo SENAI tem diminuído na modalidade *aprendizagem* (para garotos acima de 14 anos) e aumentado na modalidade *suprimento* (destinado aos trabalhadores já empregados, com vistas ao treinamento de atividades específicas das empresas). Isso aponta a um abandono, por parte dessa instituição, das diretrizes originais de sua criação, formação profissional somada à escolarização. Cf. Laranjeira (1997).

¹² Comin, Cardoso e Campos (1997), utilizando os dados da RAIS entre 1986-1994, e a Relação de Admitidos e Demitidos da Lei 4926/65 (entre 1986/1995), demonstraram que o número de empregados nas empresas automobilísticas do ABC caiu no período de 89.502 para 66.927 trabalhadores.

final deste tipo de organização, para outros o início de um novo tipo de sindicalismo.

Rodrigues (1999) apresenta um quadro internacional de indiscutível recuo no número de associados nas organizações sindicais da Europa e dos Estados Unidos. Ao distinguir entre um processo de crise e um processo de declínio, explica como o primeiro está ligado a uma ruptura de um estado de equilíbrio, em que o desenvolvimento do fenômeno pode levar à destruição de um organismo ou à sua recuperação. No segundo caso, mesmo não ocorrendo eventos traumáticos durante o período dado, observa-se o “envelhecimento” até a extinção total do organismo. Tratando então do movimento sindical, o autor constata que este apresentaria sinais de *declínio*, observável desde o final da década de 1970 nos países capitalistas centrais. Poderíamos acreditar, portanto, que é uma *tendência* inerente ao rumo da economia mundial nas últimas décadas e que a dessindicalização comprometeria a existência dos sindicatos no século XXI, pelo menos com aquela mesma importância que apresentou durante boa parte do século XX. Para fundamentar sua hipótese, apresenta uma série de dados, que serão aqui resumidos.

A taxa de sindicalização na França caiu de 14,5% em 1991 para 9,1% em 1995; nos Estados Unidos a queda foi de 18% em 1991 para 14% em 1995; na Alemanha foi de 35% em 1991 para 28,9% em 1995. Quanto ao número de greves e *lockouts*, os EUA tiveram 69 ocorrências em 1986, 44 em 1990 e 37 em 1996; o Reino Unido apresentou 1.074 ocorrências em 1986, 630 em 1990 e 244 em 1996; a Itália apresentou 1.469 ocorrências em 1986, 1.094 em 1990 e 791

em 1996. Segundo o autor, se considerarmos os países nórdicos como exceções nos números de greves e sindicalizações, veremos que todos os países registraram queda significativa na atividade sindical, o que caracterizaria uma tendência. No entanto, para Rodrigues os números não significam apenas redução quantitativa, mas alterações qualitativas. A integração econômica mundial, ou globalização, estaria pressionando todos os modelos de organização sindical em direção a este declínio:

“(…) o sindicalismo aparece como uma instituição condenada a ocupar uma posição subalterna na sociedade pós-industrial, porque todos os fatores que favoreceram sua expansão passada não mais existem ou se reduziram significativamente” (Rodrigues, 1999:301).

O enfraquecimento do *Welfare State*, a deteriorização dos pactos sociais que envolviam governos, empresários e trabalhadores, a estabilidade monetária que “contêm” os salários, a mudança nas organizações internas das empresas de tipo *fordista*, a redução no tamanho das plantas produtivas, entre outros fatores, teriam posto em xeque-mate o movimento sindical estruturado na sociedade industrial. Desse modo, o movimento sindical encontra-se numa situação em que

“(…) os adversários principais são as novas empresas da era da informatização, da produção flexível e do novo ‘Estado modernizado’ contra o velho sindicalismo que surgiu, em períodos anteriores, de um meio ao qual estava adaptado” (p. 304).

Durand (1996) constata a mudança ocorrida no compromisso produtivo reinante no período que vai do fim da Segunda Guerra até o início dos anos 1970. Na “Era de Ouro” do fordismo, os sindicatos exerciam funções muito específicas

que hoje teriam se diluído em outras instituições da sociedade civil ou até mesmo em canais de participação dentro da empresa. Assim, a representação dos interesses do “coletivo” (da categoria e/ou da classe), no sentido das lutas econômicas e do incentivo à solidariedade só ocorria porque os sindicatos estavam inseridos no círculo virtuoso característico dos “Trinta Gloriosos” no capitalismo central:

“(…) de um lado os sindicatos reivindicam, de outro um patronato (ou um Estado) compensa todo desagrado pelos aumentos salariais, os quais fazem crescer a demanda em benefício de todos” (Durand, 1996, p. 21, tradução própria).

Ora, as mudanças ocorridas na economia após a década de 1970 põem em xeque esse modelo, e o autor entende que é necessário reconstruir um novo compromisso produtivo, o que requer um novo tipo de sindicalismo. A redução do nível de trabalhadores empregados decorrente da produção enxuta, do fluxo contínuo e da qualidade total (“ohnoísmo”), somada à toda política de demissão dos sindicalistas e descentralização das negociações (dos níveis nacional e de ramo para o da unidade industrial), acarreta uma personalização do contrato salarial, aumentando a concorrência entre os trabalhadores e dificultando a mobilização dos mesmos. O crescimento do setor terciário e o advento da informática também contribuem para a fragmentação da identidade sindical; desse modo o sindicato se vê no desafio de manter o imperativo igualitário que lhe é característico e reconhecer por outro lado a segmentação do mercado laboral.

O autor defende como resposta a esse quadro aquilo que qualifica de “profissionalização dos sindicalistas”, em outras palavras, aumento da

qualificação dos dirigentes no mesmo nível dos técnicos das gerências, para assim disputar nas reuniões oficiais da empresa os anseios dos trabalhadores.

“A profissionalização dos sindicalistas deveria ter lugar ao nível geral da gestão, em particular para tratar das estratégias, da finanças e da vistoria tecnológica, para que os empregados estáveis possam examinar conjuntamente as proposições, da oficina, da loja ou do escritório, até o nível internacional (*idem*, p. 51).

É claro que a qualificação dos dirigentes precisa ser acompanhada de outras medidas, como por exemplo uma maior aproximação dos sindicatos com o restante da população, meios de democratizar a própria instituição com vistas a acatar as reivindicações apresentadas pela base e uma maior utilização dos canais de comunicação para reconstruir a história do sindicato às jovens gerações.

Considerando que a regulação de um acordo e novas reivindicações são duas dimensões presentes no sindicalismo, é preciso que o conflito seja seguido não de um mero consenso, mas de renegociações permanentes. Durand acredita portanto que a reconstrução de um novo compromisso produtivo não deve partir apenas dos trabalhadores : « (...) para que as mudanças do paradigma sindical sejam aceitáveis do ponto de vista dos trabalhadores, as direções deveriam compartilhar certas prerrogativas que lhe pertencem » (*idem*, p. 54, tradução própria). Não se trata apenas de acatar as transformações econômicas como leis naturais inexoráveis, mas (no sentido da economia política) adequá-las à correlação de forças presentes na sociedade.

Kern e Schumann (1989) também acreditam que a racionalização da produção via especialização flexível produz certo impacto na consciência operária. As técnicas de aperfeiçoamento da produção gestadas nas décadas de 1970/80 acarretariam uma nova “mecânica social” baseada na diminuição dos postos de trabalho, em que o velho otimismo para com as novas tecnologias enquanto geradoras de empregos já não convenceriam mais. Sem crescimento econômico, fica transparente a relação entre automação e desemprego. Além disso, é facilmente perceptível que os processos de *job enrichment*, participação nos lucros e resultados da empresa, entre outros, ocorrem em setores chave da indústria:

“Em nossa concepção, os novos modelos de produção indicam tão somente a direção que predomina verdadeiramente nos setores chaves da indústria, e que teria ainda a capacidade de inovar nas suas produções e de modernizar seus aparelhos produtivos : a indústria automotiva, a grande indústria química, a construção de máquinas-ferramentas etc” (p. 11, tradução própria).

Nesse sentido, percebem que o mercado de trabalho, nos últimos trinta anos, sai de um formato mais rígido e homogêneo para outro mais segmentado, sendo tal segmentação sua atual característica. Quatro grupos poderiam ser então distinguidos - os modernos profissionais dos setores chaves, com grande poder de barganha, os operários tradicionais vinculados a esses setores (cobertos por contratos coletivos), os trabalhadores dos setores atualmente em crise (p.e. construção naval) e o grupo dos desempregados. Um mercado tão segmentado, com o avanço dos novos modelos produtivos, torna o ambiente

bastante favorável aos empresários; contudo fica difícil imaginar como poderia se estabilizar de modo permanente uma integração social.

Em que pese essas dificuldades, os autores também acreditam que seria equivocado pensar na força de trabalho como um elemento apenas passivo nos processos de reconversão industrial. A definição de seu papel nas novas empresas poderiam apontar a um novo caminho aos seus interesses organizados:

“os empregados não são nunca tão somente aqueles que recebem tarefas, eles são ao contrário sempre objeto e sujeito no desenvolvimento da empresa ; eles não representam jamais unicamente os grupos sob a dominação da empresa, eles são também uma força de produção necessária, assegurados por seu papel produtivo numa posição de contra-poder. Essa constatação de base nos anima a colocar a questão de saber até que ponto a mão-de-obra, que é naturalmente também condição de valorização, pode agir sobre o processo capitalista de racionalização, em vista de freiar ou desviar seu curso, na medida em que ela representa um fator ativo, os casos conflituosos a vencer, do movimento” (p. 18, tradução própria).

Os autores sugerem, portanto, que é possível disputar nessas novas empresas o rumo e as opções de reestruturação produtiva, se abrindo portanto uma nova arena ao movimento sindical distinta daquela típica do período fordista, de simples reposições salariais. Falar assim em declínio do sindicalismo de forma genérica esconderia suas reais características, que não são apenas quantitativas (número de trabalhadores sindicalizados) mas sobretudo qualitativas.

Locke, Piore e Kochan (1995), nessa mesma linha, deixam claro que as relações trabalhistas na economia mundial em transformação romperam definitivamente com o padrão anterior vigente após a Segunda Guerra Mundial.

Se é verdade que o movimento sindical conquistou importantes vitórias econômicas, do ponto de vista da reposição salarial e/ou de aumentos reais, o fato é que pagaram um preço político alto por um tal arranjo:

“A estrutura da negociação coletiva foi ancorada na fábrica por uma lista de *tarefas* meticulosamente definidas, cada designação para um trabalhador particular. Os governos administravam a alocação de oportunidades de emprego, os níveis salariais, e as práticas laborais eram especificadas nos termos dessas definições de tarefas, e foi por meio dessas tarefas que as negociações coletivas controlaram as práticas laborais. Mas à parte da negociação e administração dessas normas, o sindicato exercia um papel essencialmente passivo” (p. xx – introdução, tradução própria).

Ocorre que, com o advento da especialização flexível, as novas estruturas hierárquicas adotadas pelas indústrias de ponta (como a automobilística) passaram a demandar uma força de trabalho mais qualificada, mas os benefícios decorrentes dessas transformações são usufruídos por uma pequena fração de trabalhadores. Essencialmente, os novos arranjos estão associados com uma busca de habilidades específicas, de *trabalhadores mais educados*, que prescindem de uma relação de proximidade com o movimento sindical. Tendo como referência o caso norte-americano, é notado que as empresas tem utilizado duas estratégias básicas para atingir uma maior competitividade – em um caso, reduzindo custos por meio de salários baixos, níveis baixos de qualificação e relações trabalhistas agressivas; de outro lado, buscando garantir a qualidade dos produtos, sua inovação e diferenciação, produção flexibilizada, trabalhadores altamente qualificados, bem treinados e bem remunerados. Mas os autores se perguntam como essas estratégias no nível das empresas individuais poderiam

ser conciliadas com políticas públicas e arranjos institucionais legais, em outras palavras como os diversos atores envolvidos (empresas, trabalhadores e governos) poderiam intervir nesse processo e em quais níveis (no nacional, no setor, na região ou na empresa).

Locke e Thelen (1998) se voltam para uma questão crucial: as mesmas pressões externas (competitividade gerada pela globalização) afetam de modo simétrico os mercados de trabalho de nações e ambientes institucionais distintos. Por outro lado, as singularidades nacionais e/ou regionais não apresentariam alguma tendência ou fenômeno subjacente às mudanças no mercado mundial? De um modo geral, os estudos sobre as mudanças no paradigma produtivo buscam verificar como o movimento sindical e demais instituições se comportam perante as mudanças, muitas vezes considerando que as respostas sindicais possuem o mesmo peso e o mesmo significado nesse ambiente tão diverso. Os autores sugerem que a abordagem mais apropriada seria a de “comparações contextualizadas”, que levassem em consideração as instituições que moldam ou fazem a intermediação dos interesses em jogo, como também as identidades dos atores sociais envolvidos (o que incluem sua visão de mundo, o seu mapa cognitivo).

“Os sindicatos dos Estados Unidos oferecem dura resistência a formas mais flexíveis de organização do trabalho, pois tal mudança compromete as detalhadas definições de funções e suas correspondências em termos de salário, antigüidade e estabilidade no emprego – práticas essas que representam os alicerces institucionais dos direitos trabalhistas americanos no interior das empresas. Já na Alemanha, onde a estabilidade no emprego e a força dos sindicatos não estão condicionadas às práticas de

chão-de-fábrica, como o controle sobre funções, os trabalhadores e os sindicatos que os representam receberam de braços abertos mudanças semelhantes, as quais possibilitam a atualização de suas habilidades e lhes conferem maior autonomia” (p. 114).

Assim, um elemento institucional (a centralização dos contratos coletivos de trabalho) resultam em práticas sindicais distintas, nos EUA e na Alemanha. Inversamente, as tentativas do empresariado alemão em descentralizar as negociações coletivas são consideradas como perigo extremo pelo movimento sindical desse país, ao passo que nos EUA a estrutura já fragmentada de seu sindicalismo vê com mais naturalidade a questão.

Por outro lado, é possível atentar para fenômenos antes imperceptíveis segundo comparações tradicionais Itália e Suécia sempre foram considerados exemplos opostos de movimento sindical – um descentralizado, outro fortemente coordenado e centralizado. Mas, em ambos os casos, ocorreu um mesmo apelo ao “igualitarismo”, pois os sindicatos italianos travaram diversas batalhas em torno da *scala mobile*, um dispositivo que reajustava os salários de todos os trabalhadores conforme o aumento do custo de vida; na Suécia o movimento sindical se notabilizou por negociações coletivas que reduziram significativamente as diferenças salariais entre as categorias profissionais.

Tal enfoque lança uma luz sobre a temática da crise do movimento sindical, qual seja, a de que o movimento inexorável da globalização atingiria de modo semelhante o conjunto da classe trabalhadora. Ora, é certo que para os autores em questão existe proximidade entre os diversos ambientes sócio-econômicos analisados.

“(...) esses conflitos aparentemente diferentes e específicos de certos países são, na verdade, análogos em termos analíticos, uma vez que todos eles provocaram um reposicionamento de coalizões e identidades que por muito tempo serviram de base para as várias estratégias políticas, econômicas e organizacionais dos movimentos sindicais” (p. 141).

Não obstante isso, fica visível que os exemplos de sindicalismo extraídos das democracias industriais avançadas também dizem que, onde alguns falharam, outros foram mais bem sucedidos, dependendo da história do movimento sindical de cada país (uma maior distribuição da renda nacional, uma maior participação nos processos de reestruturação produtiva etc). Se falamos de crise do sindicalismo, é preciso mostrar que ela decorre muito da busca de *novas identidades*. É notório que o perfil atribuído à classe operária ao longo do século XX foi o de homens adultos, empregados em grandes fábricas, muitas vezes oriundos dos setor rural. A busca de uma nova identidade sindical estaria, portanto, vinculada à mudança nesse perfil.

Moore (1995) procura apontar como o mercado de trabalho nos últimos anos observou uma alteração significativa em sua constituição. A participação feminina na força de trabalho hoje é crescente, e as modalidades de “trabalho” tendem cada vez mais a se diferenciar do emprego industrial tradicional. Em sua opinião, até mesmo os efeitos da mundialização do capital não podem acarretar os mesmos efeitos nas vidas dos trabalhadores:

“A Globalização é descrita como um fenômeno especificamente moderno com implicações para o desenvolvimento e crescimento econômicos, autonomia cultural e

identidades sociais. Na mente de muitos comentadores, ela assinala crescente interconectividade e homogeneidade. (...) Contudo, (...) os efeitos do capitalismo global tem sido muito desiguais, com formas fragmentadas de capitalismo nativo. Essas diferentes formas tem conseqüências diretas nas vidas dos trabalhadores” (p. 657, tradução própria).

Dizer isso significa assumir que não existem apenas diferenças regionais no que se refere ao mercado de trabalho, mas que a própria classe trabalhadora difere do padrão consagrado no pós-guerra. Uma certa construção ideológica cristalizou a divisão entre trabalho/esfera pública e família/esfera privada, que vai se volatilizando com a crescente participação feminina no mercado e com o desenvolvimento de “duplas jornadas de trabalho”. Além do mais, as mulheres estariam voltadas com mais determinação à formação escolar/capital humano do que os homens, o que inviabilizaria a visão tradicional das “prezadas domésticas”. É evidente que tais transformações acarretam diversos sintomas depressivos nessas mulheres trabalhadoras, e que o próprio desenvolvimento econômico parece conduzir ao abandono de certos valores tradicionais (p.e. o cuidado com os idosos e com as crianças).

Mas o que parece chamar mesmo a atenção é a crescente polarização entre trabalhos formal e informal, em que esse último parece cada vez mais compatível com as modernas formas de produção: “(...) é claro agora que certas práticas, como o *putting out*, são uma parte integral dos modernos processos industriais e de trabalho” (p. 672). O movimento feminista tem procurado demonstrar que o trabalho doméstico é parte integrante da economia política, uma vez que certas características e habilidades são adquiridas no seio familiar.

Contudo, se o papel do gênero é cada vez mais significativo, outros fatores como “raça”, etnicidade e idade desempenham papel crucial num momento em que boa parte da força de trabalho não está inserida no mercado formal. É cada vez mais comum, por exemplo, mulheres profissionais de classe média utilizarem o trabalho de mulheres negras ou outras minorias sociais desprivilegiadas para cuidados com crianças ou afazeres domésticos.

“(…) formas contemporâneas de trabalho estão crucialmente dependentes na integração entre trabalho e família, mas o que nós gostaríamos compreender melhor é como essa integração poderia conduzir a uma reconceitualização dessas formas como lugar de múltiplas ligações entre diversos modelos de trabalho ” (p. 675, tradução própria)

Vemos portanto que a classe trabalhadora hoje se encontra com múltiplas identidades e que isso tende a afetar a prática e as estratégias do movimento sindical. Não podemos esquecer que o movimento operário sempre se pautou pela idéia de um interesse geral dos indivíduos pertencentes à sua classe social, ou seja, sua condição social deveria gerar um mesmo interesse econômico, posteriormente político – aquilo que a tradição marxista chamou de constituição da classe “em si” (pertencimento) em direção a uma classe “para si” (luta política consciente). Nessa concepção, como a estrutura sócio-econômica é fundamentada pela divisão entre burguesia e proletariado, então as lutas de classe tenderiam a promover organizações sindicais e partidárias. Se a história dos séculos XIX e XX apontaram momentos de materialização desse fenômeno (a social-democracia alemã até antes da Primeira Guerra foi o exemplo mais próximo

disso), vemos que a mudança dos paradigmas produtivos e nos traços culturais e políticos nas últimas décadas colocaram em xeque essa concepção.

A crescente incorporação das mulheres e dos jovens ao mercado de trabalho não é um fenômeno novo, mas a idéia de uma heterogeneidade de interesses no seio da classe operária, influenciando inclusive a disposição à luta sindical, é sem dúvida algo inédito. No fundo, a discussão é saber se sindicatos que ganharam notoriedade por uma postura mais combativa no passado recente (como é o caso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC) estariam passando por mudanças políticas em função das alterações do perfil de sua base social, e se esses sindicatos teriam ainda a capacidade de representar os interesses de trabalhadores com perfis tão distintos.

Boito Jr. (1999) não concorda com as teses de que a fragmentação e a heterogeneidade da classe trabalhadora seriam maiores hoje que no passado. Citando Eric Hobsbawm, Boito afirma que a fragmentação da classe trabalhadora, mesmo entre os operários, sempre foi muito grande ao longo dos dois últimos séculos; um olhar superficial lançado aos trabalhadores teria construído o mito do proletariado homogêneo. “A heterogeneidade e a fragmentação podem ter se acentuado em alguns aspectos, se reduzido em outros, mas de qualquer modo, são características constitutivas das classes trabalhadoras e, por isso, não podem explicar o fato novo que são as dificuldades e o refluxo do sindicalismo na atualidade” (p. 203). Acredita que o problema, além de infra-estrutural, é também político – a ofensiva da onda neoliberal, como um fenômeno internacional vinculado a fatores econômicos e políticos, teria colocado o movimento sindical

na defensiva. Portanto, a redução das bases sociais não pode explicar sozinha a contenção da ação sindical. “A história do movimento sindical internacional está repleta de exemplos de contingentes reduzidos de trabalhadores que fazem do pequeno número um trunfo, mormente quando esse pequeno número tem uma inserção estratégica na economia” (p. 205).

Sob sua ótica, os fatores objetivos teriam pressionado o sindicalismo a dar respostas diferentes daquelas dos anos 1980, e essas respostas foram condicionadas pela política neoliberal em vigor desde o início da década de 1990. Dá como exemplo o comportamento do sindicato dos metalúrgicos do ABC, que diante de um panorama de queda do nível de emprego e elevação dos níveis salariais, teria focado sua ação na contenção da desindustrialização, mas somente por meio de alianças firmadas com o empresariado no setor. Esse comportamento estaria privilegiando os trabalhadores das empresas montadoras, que mesmo “(...) submetidos a um ritmo de trabalho mais intenso e a condições de trabalho piores, lograram, após o Plano Real, obter uma pequena melhoria salarial” (p. 209). Esse tipo de análise, apesar da contribuição ao debate, recorre à antiga idéia, entre certos grupos de esquerda, no qual a direção do movimento (político ou sindical) estaria “amarelando” ou sendo cooptada pelo setor empresarial. Mesmo reconhecendo que os elementos objetivos – alterações econômicas e sociais – influenciariam as decisões políticas, acredita que as lideranças deveriam conduzir a instituição a uma política mais “classista”, mais voltada ao combate. Mas se trata aqui de saber se esse proletariado possuiria de fato propensão a embates de forte coloração ideológica classista.

Uma discussão mais conceitual poderia ser feita a partir do princípio de que os trabalhadores (o “proletariado”) são *ontologicamente reformistas*, como o fez recetemente Jacob Gorender (1999). Essa hipótese, retirada dos desdobramentos lógicos da tese leninista de uma consciência revolucionária *implantada* entre os trabalhadores, advinda da vanguarda do proletariado, ajudaria a explicar um pouco o comportamento das entidades sindicais, que estariam seguindo os anseios de suas bases. Gorender também procura demonstrar as mudanças quantitativas e qualitativas no chamado *mundo do trabalho*, e a partir delas busca ajustar as premissas marxianas à contemporaneidade, abandonando o que chama de “utopismos” na tradição marxista.

Assim, questiona os marxistas que não aceitam a mudança qualitativa do perfil do proletariado durante o século XX. Segundo ele, o conceito de proletariado descrito por Marx no *Manifesto Comunista* e em *O Capital* compreendia não apenas qualquer trabalhador desprovido dos meios de produção, mas principalmente o **operário industrial** vinculado às empresas mais desenvolvidas de sua época, que utilizavam as tecnologias da Revolução Industrial. Tal proletariado deveria crescer junto com as indústrias, *nivelando por baixo* o seu padrão de vida, simplificando portanto a sociedade através da divisão crescente entre as duas grandes classes sociais: a burguesia e o proletariado. Gorender afirma que essas hipóteses foram confirmadas durante a virada do século XIX para o século XX e ao longo de todo esse último, mas que efetivamente ocorreram mudanças significativas a partir dos anos 1960, que

colocaram em questão os supostos marxistas de classe social. Assim, a revolução micro-eletrônica criou

“(...) novos contingentes de operadores dos serviços [que] não se agregam à classe operária, de maneira a compensar a perda de efetivos sofrida por ela. Na verdade, o que se dá é que se separaram da classe operária, no que se refere a grau de instrução, salários, estilo de vida e orientação ideológica” (Gorender, 1999: 165).

O fato inconteste, para esse autor, é que o novo paradigma tecnológico, centrado na informática, elimina número maior de empregos do que aqueles que vem sendo criados. Se de fato assistimos uma expansão do assalariamento, tal fenômeno ocorre por meio de postos de trabalho precários, informais, e mesmo assim em quantidade inferior ao demandado no mercado. Além da heterogeneidade do proletariado, parece que os novos paradigmas sinalizam também para uma sociedade em que o trabalho perderá sua centralidade sociológica. Mas não agora, como queriam Gorz e Habermas, e sim como consequência do movimento dialético do trabalho: quanto mais produtivo, mais ele poupa mão-de-obra.

“Assim, a defesa extremista da centralidade do trabalho não leva em conta a dialética da autonegação, que lhe é imanente. Não se trata de dar adeus ao trabalho, mas à sua centralidade. Ao omitir essa distinção, [Ricardo] Antunes deslocou a questão do eixo histórico. Sempre necessário, o trabalho deixará de ser central na vida dos homens quando eles dispuserem do avanço tecnológico em proveito próprio” (*idem*, p. 193).

Os autores que falam em sociedades “pós-industriais” ou “pós-modernas” etc. estariam fazendo na verdade futurologia; o debate sobre o desemprego, a

extensão da jornada de trabalho via horas-extras e a angústia do trabalhador frente a baixos salários, demonstram que ainda hoje o trabalho continua sendo fundamental na vida das pessoas.

Valendo-se das sugestões de Karl Polanyi em *A Grande Transformação*, Gorender verifica que a tendência do liberalismo é a destruição do mais fraco, é a exploração ilimitada dos assalariados, é enfim a transformação do mercado num “moinho satânico”. As conquistas trabalhistas, feitas por meio de lutas contínuas da classe trabalhadora, possuiriam um caráter funcional para o sistema, como válvula de escape das tensões sociais. Mas o capital procura sempre reduzir seus custos com as despesas salariais, investindo portanto em novas tecnologias e aumentando a produtividade do trabalho. A redução da jornada de trabalho é a consequência lógica desse processo, mas não se efetiva sem lutas sindicais. Se o proletariado é ontologicamente reformista como quer Gorender (o que achamos polêmico, mas original), não significa que não entre em lutas grandiosas em busca das tais reformas. Toda a história do movimento sindical dos séculos XIX e XX até a Segunda Guerra Mundial demonstram lutas a “sangue, suor e lágrimas”.

É preciso, portanto, como sugere o próprio Gorender, *historicizar* a análise do movimento sindical na atualidade – assistimos a redução do proletariado industrial, mas não à sua eliminação; verificamos uma contenção da ação sindical, mas não seu declínio inexorável; por fim, testemunhamos uma postura defensiva e resignada dos trabalhadores frente à ofensiva liberal, mas o atual desenvolvimento histórico não nos permite dizer que os trabalhadores são, *em essência*, “reformistas” ou “liberais”. Tudo parece estar circunscrito, para

lembrarmos de Maquiavel, entre as oportunidades históricas e a capacidades em aproveitá-las; nenhum metalúrgico do ABC em 1978 falava em socialismo, mas suas ações foram mais “radicais” naquele momento que qualquer atividade de grupos clandestinos de esquerda. A única essência que nos parece clara é a de que a modernidade capitalista conduz os interesses antagônicos a conflitos constantes.

Se admitimos que o trabalho ainda é uma categoria fundante na sociedade capitalista, então nada nos permitiria afirmar que o sindicalismo deixará de existir enquanto existir relações de assalariamento. Durand, Kern e Schumann demonstraram como o movimento sindical pode experimentar um processo de “reciclagem”, disputando seu espaço nas estratégias das empresas com militantes mais preparados. Locke e Thelen procuraram deixar claro como a globalização levou os sindicatos a estratégias nacionais distintas, dada a especificidade de suas histórias particulares, o que contraria a tese de Rodrigues quanto a uma tendência internacional irresistível aos sindicatos desaparecerem. Mas o mesmo procedimento de historicizar os fatos exige do observador reconhecer que o movimento sindical encontra hoje dificuldades em lidar com uma classe trabalhadora mais heterogênea e, em grande medida, hegemônica pelo discurso da competitividade e da rejeição ao associativismo. Locke, Piore e Kochan apontaram como a especialização flexível demanda um trabalhador mais polivalente e qualificado, porém em número cada vez mais reduzido. Além disso o mercado de trabalho apresentaria a tendência a uma maior heterogeneidade do perfil dos trabalhadores, conforme Moore. Junto a essa heterogeneidade teríamos

a hipótese de Gorender de um proletariado ontologicamente reformista, o que explicaria parcialmente a atual crise de representatividade dos sindicatos

Com as inovações tecnológicas no processo produtivo, uma disputa parece ficar evidente: a redução da jornada de trabalho, sendo que o “tempo livre” passa a fazer parte da agenda sindical, o que tornará necessário atrair todos os segmentos da sociedade para essa discussão. Contudo, mesmo esse diálogo do sindicato com setores não-organizados da sociedade não será suficiente se a própria estrutura sindical e sua pauta de reivindicações não permitirem acesso a todos seus componentes de base com um perfil mais diversificado, incluindo portanto as mulheres e os jovens. O que parece estar em jogo é a idéia de uma classe social com interesses comuns, o que parece dar razão à discussão de Gorender: talvez o próprio Lênin já tenha pressentido no início dos século XX que somente uma vanguarda poderia unificar interesses tão difusos, mas essa “vanguarda” necessitaria evidentemente de legitimidade.

Nosso estudo enfocou a relação dos jovens metalúrgicos com seu sindicato na região do ABC paulista, onde a constatação supra citada, de nível mais abrangente, é apenas parcialmente verdadeira. Parcialmente porque a unicidade sindical e o monopólio da representação não impedem a participação de um significativo contingente de trabalhadores nas atividades sindicais, incluindo a associação à entidade. A direção do sindicato desfruta até certo ponto de legitimidade, mas talvez os jovens estejam afastados do movimento sindical por outros motivos, que sustentamos aqui passam principalmente pela identidade que eles atribuem a si próprios.

6.3 - *Mundo fabril e mundo juvenil*

As transformações sociais e econômicas do final do século, como já discutimos acima, conduziram o antigo formato do mercado de trabalho e do sistema sindical a um impasse. Bourdieu (1997) fala sobre o “fim de um mundo” no caso francês, em que os velhos militantes viveriam se queixando do crescimento do individualismo, da deteriorização do espírito militante e da participação política. Nessa conjuntura, a falta de renovação sindical e partidária fica visível, a experiência da esquerda no poder (segundo os entrevistados, agindo conforme os conservadores) acabou criando enorme decepção; não chega ser estranho, portanto, que os filhos dos velhos militantes considerem seus pais uns verdadeiros “otários”, sendo que alguns deles eram atraídos pelo discurso da extrema direita. A percepção geral, e da juventude em particular, é de que o sindicato é uma instituição preocupada em fazer política. Ante a um mundo hegemonizado pelo discurso liberal, os velhos militantes se sentem desnorteados.

Pialoux (1997) entrevistou um delegado sindical, então com 40 anos, e notou a perplexidade dos veteranos os novos comportamentos operários no seio fabril. Ele, imigrante, iniciou sua vida militante ainda jovem, e após uma greve ocorrida em 1981 nunca mais deixou seu cargo no sindicato. Para esse sindicalista, as novas práticas de individualização excessiva desenvolvidas nas grandes empresas estariam destruindo os laços sociais mínimos que existiam nas

fábricas ultra-taylorizadas. Tais práticas atingem pessoas atormentadas pelo medo quanto ao futuro, e vêem as premiações individuais como mais vantajosas que os acordos coletivos. Se é verdade que a direção lança mão desses métodos para persuadir os operários, não se pode esconder que ocorreu mudanças significativas – a antiga fábrica atribuía papéis bem definidos a todos, havia nisto uma ordem simbólica e política. Com a redução dos níveis hierárquicos, surge a figura dos monitores, que estão ali no chão da fábrica como os demais mas na prática exercem o papel do antigo chefe, só que sem aquela notória identificação.

Para esse sindicalista, fica difícil admitir que os companheiros outrora grevistas entraram na lógica da empresa, que eles próprios questionam os outros companheiros e exigem mesmo a demissão daqueles que não conseguem acompanhar o ritmo da produção. Os novos monitores estão num campo oposto ao dos antigos chefes, essa falta de clareza acaba se refletindo na postura dos trabalhadores frente ao sindicato. Uma outra entrevista com um militante da CGT francesa aponta também para a preocupação com as novas gerações operárias. Segundo esse militante, a desestruturação do antigo sistema de relações de trabalho (baseado nos contratos coletivos de trabalho) enfraqueceu as formas de sociabilidade aí existentes – havia íntima relação entre resistência *moral* e resistência *política*. As velhas formas de combate operário já não se ajustam ao mundo *just in time*, uma vez que impera agora a desconfiança e o “dedurismo” entre os companheiros. Os jovens trabalhadores de sua empresa, na condição de temporários, dificilmente participariam das lutas sindicais, uma vez que sua

situação precária se via somada à receptividade dessa nova cultura empresarial; sua lógica de sociabilidade era distinta da geração anterior.

Beaud e Pialoux (1999) nos relataram a relação problemática dos jovens e dos operários veteranos na fábrica da Peugeot, na região francesa de Sochaux – Montbéliard. A constatação imediata é que ocorreu uma elevação na média de idade dos operários dessa fábrica, por volta dos 45 anos em 1995, devido à renovação muito tardia da mão-de-obra e também pelo fato da empresa contratar poucos trabalhadores desde 1979. O período de retração econômica entre 1987-90 levou a Peugeot a estimular os jovens temporários a ocupar as vagas dos operários especializados (OS), ocupando os postos considerados mais duros, exigindo muito esforço físico e rapidez na execução das tarefas. Esses jovens operários demonstraram, nas entrevistas, que não sentiam nenhum tipo de orgulho pelo que faziam, sentindo-se como “escravos civilizados” que não dormem direito, não comem apropriadamente, com pouco lazer, esporte, tempo ocioso enfim. O temporário é utilizado para intensificar o ritmo da produção, por isso os operários veteranos os consideram o símbolo da desqualificação, da perda do *savoir-faire*.

Mas, paralelamente aos temporários, existe a figura do jovem com curso superior, que se encaixa nas aspirações da empresa:

“(...) a direção tem mobilizado outros jovens de nível universitário para enquadrar os operários veteranos, com o objetivo de tirar proveito das possibilidades fornecidas ‘miraculosamente’ pela evolução do sistema escolar. Esses jovens estão ‘disponíveis’, desejosos em encontrar um trabalho, prontos a se ‘dedicar’ à empresa, todos com um

certo nível de conhecimentos gerais, de competências verbais, capacitados a aprender rapidamente ” (*op. cit.*, pag. 52, tradução própria).

Esses jovens ambiciosos podem, portanto, “enquadrar” os veteranos, além de dinamizar a grande massa de operários não qualificados que já está envelhecendo. A empresa acredita que as qualidades culturais desses jovens podem ser aprimoradas na fábrica, e em contrapartida a Peugeot pode aproveitar a disposição maleável dos recém-formados. Tanto o grupo dos temporários quanto o grupo dos “*bacs*” (formados), em que pese a diferença de posições na produção, possuiriam algo em comum: uma certa hostilidade para com o sindicato e seus representantes. De um modo geral, os velhos militantes e demais operários sentem que ocorreu uma ruptura naquele ciclo de formação operária, que passava também pela própria carreira dentro da empresa – a constituição da identidade profissional no chão de fábrica. Os temporários representam a desqualificação, os formados indicam a antítese do mundo fabril.

As duas gerações não se opõem somente em termos de idéias, de crenças, de valores, mas se enfrentam igualmente num sistema de relações de poder e na representação que eles fazem de seu próprio valor social.

« Os velhos operários tem imposto aos jovens monitores rudes sanções simbólicas. (...) a atitude de Sébastien, igualmente preocupado em demarcar sua distância com esses velhos operários, indicando que ele não é e não será jamais daquele mundo, tem provocado de sua parte uma mistura de desconfiança, de agressividade e de ressentimento. É isso que Sébastien não pode compreender, a forma complexa que pode assumir os rituais de consumo de álcool os os rituais de transgressão, ou ainda as formas ‘arcaicas’ de compromisso que se instauram entre pequenos agentes de chefia e operários » (*op. cit.*, pag. 325-326, tradução própria).

Esses jovens não conseguem entrar na lógica de resistência passiva que desenvolvem os veteranos sob múltiplas formas. De um modo geral, consideram esses operários maus trabalhadores, e seu discurso balança entre a condenação moralista (“privilegiados” para os temporários; “beberrões” para os formados) ou uma espécie de piedade sobre o envelhecimento do veteranos e do medo desses veteranos perante o “novo”.

Os autores dão uma interpretação interessante para a polaridade velhos *versus* jovens – a política das oficinas passando pelo corpo. O taylorismo submetia os antigos operários (muitos de origem rural) a uma disciplina rígida na produção, o que implicava em muitos casos certa valorização da força física. Desse modo, durante décadas, foi sendo formada uma mão-de-obra “dura”, em que a personalidade social se construiu na oficina através de um certo tipo de esforço físico e numa lógica de conflito com a chefia. A própria idéia de *força* ganhava uma conotação indiscutivelmente política:

“A palavra ‘força’ evoca uma série de conotações valorativas – o trabalho comporta em si um diversas possibilidades; essa força de trabalho pode ser mostrada, exibida : nos desfiles, nas manifestações etc.” (*op.cit.*, 330, tradução própria).

Os jovens operários de hoje parecem ser a negação viva do perfil do operário rude e resistente. Essa nova geração é constituída pela e na escola, que tem lhes atribuído um certo número de desejos e de aspirações, lhes confere um diploma e lhes oferece uma outra maneira de ser: um outro timbre de voz,

novas maneiras de se exprimir, que é interpretado pelos veteranos como « pretensioso », « delicado ».

« A oposição (...) é flagrante entre, de um lado, a estatura física da maioria dos delegados sindicais – seu tamanho, seu peso, sua propensão aos *coups de gueule* [berros], a maneira como eles abordam os outros e, de outra parte, a fragilidade da maioria dos jovens. Eles que, passados pelos liceus onde mais ou menos encaharam, se reconhecem pela maneira de falar e por sua aparência intelectual (tipo de vestimentas, formas dos óculos etc) » (*op. cit.*, pag. 332, tradução própria).

Essa mudança parece estar em sintonia com os modelos meritocráticos adotados pelas empresas hoje, exigindo alterações na disposição dos corpos, das relações de sociabilidade ; as empresas estariam, dessa forma, em sintonia com o movimento geral da sociedade que associa as posturas mais « descontraídas » e juvenis à modernidade. Para os velhos trabalhadores, trata-se de um conflito entre a sua moral operária e a moral escolar de seus filhos, que se engajam com entusiasmo nos estudos tendo a idéia fixa de conseguir bons resultados a qualquer custo, contrariando conceitos caros aos veteranos como honestidade, valorização do esforço, o gosto pela atividade e o respeito pelos iguais.

No caso dos temporários, é notável a forma de distância com relação ao modelo de operário tradicional :

« Por suas atitudes – trabalhar com um Walkman preso ao cinto, sem macacão, com camisetas, taciturnos, recusa por vezes ostensiva de comunicar-se com os colegas, atrasos frequentes quando do turno da manhã etc – ou sua maneira de denigrir o trabalho, a vida da fábrica, os temporários tem dado a impressão aos velhos operários de não querer respeitar os códigos sociais estabelecidos de longa data nas oficinas. Eles se comportam como *operários de passagem*» (*op. cit.*, pag. 362, tradução própria).

Tenhamos em vista quer esses jovens temporários, quer os jovens universitários, fica evidente a distância que os separa da imagem do proletário construída pelo movimento operário ao longo do século XX – a imagem do produtor criador de «valor», penetrado pela nobreza do trabalho operário, dos valores de solidariedade e de «ardor» da classe, tudo isso que fazia acreditar que se poderia lutar por e em nome dessa abstração que seria a «classe operária». Não obstante isso, os autores procuram demonstrar que, antes de mera traição de classe, o comportamento juvenil nas fábricas seria reflexo da crescente dificuldade de inserção (sempre problemática) dos jovens no mercado de trabalho :

« Com o endurecimento da competição escolar e a desqualificação das formações profissionais curtas, os jovens com ou sem diplomas demonstram uma tendência a classificar, rabujentos, a geração dos velhos operário da fábrica (que é por vezes a dos seus pais) como uma geração despreocupada, senão *privilegiada*, na exata medida onde eles teriam conseguido facilmente um emprego » (*op. cit.*, pp 363-64, tradução própria).

Para Beaud e Pialoux, ao curso desses quinze últimos anos, é a idéia mesma de um avanço coletivo de grupo operário que está perdida. Com ela, foi dissipada a esperança política de uma mudança radical das relações sociais sobre a base de um modelo socialista. O desafio específico dos militantes sindicais reside hoje na extrema dificuldade que eles encontram em pensar sua condição e seu grupo em termos “políticos”, como fora durante toda a história do movimento operário até a pouco tempo. Agora, cada um está a definir por si

próprio os modos de defender sua dignidade, dignidade pela qual já não se bate com tanta veemência, mas onde se resigna a admitir que ela não vai necessariamente se conciliar com a dos outros. É uma situação que deixa sozinho os indivíduos, pois toca fundo na estima que eles têm por eles próprios, na representação que eles fazem de seu valor no mundo social e ao sentimento de sua identidade, que já esteve “garantida”, de uma certa maneira, pelo militância político e sindical.

6.4 – “*Outsiders*”, *mas com simpatia pelo SMABC?*

Evidente que nossa intenção nesse estudo é perceber a relação que um jovem operário da base possui com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC), além daquela juventude mais comprometida com a instituição. Pois se esta é muito significativa (quando comparamos com outras categorias de trabalhadores), ainda sim é bastante reduzida quando comparada com o conjunto da base social desse sindicato. Para verificar alguns aspectos desse “universo mental” da juventude metalúrgica, optamos por gravar algumas entrevistas com jovens metalúrgicos dentro da própria empresa, mais precisamente nas salas das comissões de fábrica. Foi de fundamental importância a contribuição dos diretores das comissões de fábrica e sindical de empresa (CF e CSE) para a seleção dos entrevistados, que contatavam os supervisores de seção para a liberação dos empregados.

Se parecia improvável inicialmente a disposição desses jovens para uma entrevista na sala da comissão, ficou claro logo depois que estes não se incomodavam em participar da pesquisa, principalmente pelo fato de que eram dispensados pela “chefia” durante uma hora para isso. Assim, colhemos depoimentos de trabalhadores que não eram associados, que não demonstraram disposição para tal, mas que vez ou outra participava das atividades propostas pelo sindicato, muito provavelmente por alguma “coerção grupal” exercida pelo núcleo duro de sustentação do sindicato, por seus ativistas de base.

Nosso roteiro de entrevista propunha as seguintes questões, para respostas abertas: idade; tempo de empresa; tempo de categoria (metalúrgica); escolaridade; opinião sobre trabalho/emprego; participação em alguma organização; opinião sobre a política (o que é e o que deveria ser); participação em alguma atividade do sindicato; idas à sede do sindicato; opinião sobre duas tarefas do sindicato; participação e opinião sobre greves; convivência e relação com os “veteranos”; sua função é a mesma para o qual foi contratado; pretensões para mudar de profissão; profissão e naturalidade dos pais e dele própria.

Nossas primeiras sete entrevistas foram realizadas nas empresas Mercedes Benz do Brasil e Volkswagen do Brasil, logo após realizamos mais quatro entrevistas na Scania Latin America e 7 na Ford do Brasil. O perfil dos jovens ficou entre 20 e 24 anos (MBB) e 16 anos (VW), estes últimos alunos do SENAI dentro da empresa, duas delas garotas; no caso da Scania a faixa etária ficou entre os 21 e 24 anos, já na Ford girou entre 21 e 29 anos.

Foram todos escolhidos aleatoriamente dentro daquele grupo já especificado. Realmente nos chamou a atenção o quesito escolaridade – na Mercedes todos eram universitários, cursando Administração de Empresas, em escolas privadas; na Volkswagen todos demonstraram interesse em cursar alguma faculdade; na Ford havia três universitários (Matemática, Engenharia e Direito), três com ensino médio e apenas um com o primeiro grau complementado com o SENAI, ao passo que na Scania todos estavam cursando uma universidade privada (Tecnologia, Engenharia e Ciências Contábeis). Conforme veremos adiante, isso parece refletir sobre suas pretensões quanto ao futuro profissional.

Sua formação profissional está ocorrendo ou ocorreu por meio de cursos no SENAI, o que indica que a maioria dos jovens dessas empresas ingressam por meio dessa instituição. São na maioria dos casos, como seria de supor, de famílias operárias, os pais mesmos foram ou são metalúrgicos. Mas encontramos também filhos de pedreiros e outras atividades - um era filho de professor, mesmo assim que lecionava treinamento técnico, outra era filha de um engenheiro da empresa. Todos os entrevistados eram naturais da Grande São Paulo

Nenhum deles frequenta a sede do sindicato, oito deles sequer visitaram-na algum vez, apesar de já alguns deles pertencerem ao setor metalúrgico mais de 6 anos (um deles já há dez anos). Dos três entrevistados da Mercedes, apenas um participa de alguma organização, no caso o Centro Acadêmico de sua faculdade; os aprendizes da Volkswagen também não participam de outras instituições políticas, limitando-se a frequentar igrejas (notadamente evangélicas).

Na Ford, encontramos também muitos jovens evangélicos, alguns católicos, apenas um disse que participara de seu grêmio estudantil no segundo grau. Tal cenário se repetiu na Scania, onde a maioria não possui nenhum vínculo com qualquer instituição, salvo um jovem evangélico.

Todos expressaram uma opinião (quase unânime entre a chamada “opinião pública”) de ceticismo quanto às instituições públicas.

“A coisa tá tão feia, tão medonha, que nem tem como falar ... A gente vota numa pessoa confiando que ela vai fazer um bom governo e, passa o tempo, vem a corrupção” [E3 - Ford].

“Eu acho que a política hoje é uma palhaçada, podia ser uma coisa mais séria, o cara levar mais a sério, que o cara tivesse consciência que é o país dele também (...)” [E2 - MBB].

“Eu considero que (a política) é um meio de ganhar dinheiro fácil hoje, muito roubo, muita maracutaia” [E2 – VW]

Esse ceticismo quanto à política, compartilhado hoje por toda a sociedade, vem, na verdade, mesclado com uma desorientação quanto ao futuro e uma ponta de esperança quanto às possíveis saídas:

“(…) Eu acredito que a política seria isso – uma divisão justa, as pessoas pensando no bem comum e não no próprio bem, que é o que acontece hoje” [E1 - MBB].

“Eu não tenho idéia do que deveria ser não, a nossa cultura assim, a gente só conhece a política bagunçada, a gente não tem idéia do que deveria ser” [E2 - MBB].

“Na minha opinião a política não cabe só às pessoas que estão no governo, eu acho que a política a gente faz todo dia, todo momento quando tá conversando com a chefia, quando tá conversando com nosso pai, a gente usa do artifício da política pra tá adquirindo as coisas, né ?” [E2 – Scania]

Todos já participaram de greves promovidas pelo sindicato, mas parecem estar muito longe daquela imagem desenhada por Perrot (1984) sobre os jovens operários franceses do início do século XX. Essa autora mostrou como, apesar do preconceito dos trabalhadores mais velhos, os jovens operários eram os primeiros a encabeçar os movimentos grevistas, na verdade empolgavam-se mais com os manifestações de rua do que com a instituição sindical; daí sugerir então que a greve era um fenômeno eminentemente jovem. Nossos jovens aceitam o expediente da greve, mas como um último recurso:

“A greve acho que seria em último caso, seria e é importante, mas antes eu acho que deve ser traçado uma série de metas e objetivos (...) É uma coisa que deve ser planejada, não pode ser aleatório - ah!, vamo parar, não, isso é errado” [E1 - MBB]

“(...) acho que a greve, a partir do momento que todo mundo participa, eu acho que é cem por cento de dar certo (...) Apesar de hoje em dia o conceito é outro né, e você pode tar dialogando com a empresa e não ter mais greve (...)” [E3 - MBB].

Podemos supor que as mudanças que o próprio sindicato experimentou nos últimos anos, de utilizar atividades grevistas apenas como último recurso, teriam atingido a sua base social; no fundo, esses jovens estariam concordando com a postura atual do sindicato. Mas podemos suspeitar também de uma visão mais pragmática quanto à utilização das greves – não haveria uma reflexão quanto à sua legitimidade, ela não representaria a força dos trabalhadores organizados por excelência, seria tão somente uma das maneiras (aliás, a menos indicada) de conquistar algumas reivindicações.

No caso da Scania, nossa pesquisa ocorreu algumas semanas após um incidente entre um grupo de oposição ao sindicato e a empresa, em que os primeiros acusavam o sindicato de “amarelar” frente à empresa e, por meio de panfletos e reuniões, organizaram pequenas paralisações em certas seções. O “clima” ficou tenso e ocorreram acusações de ambos os lados, sendo que a direção da Scania decidiu terminar com o Sistema Único de Representação (SUR), composto pela comissão de fábrica e a CIPA, pois essa última possui membros da empresa. Ocorreram demissões e as opiniões ficaram divididas se aquele era um momento de fazer greve ou negociar, o que ficou implícito na opinião dos entrevistados:

“Acho que depende, depende da ocasião, ela poder ser legítima, e dependendo não. Aí é que tá, aí entra o sindicato na organização , prá organizar as idéias porque às vezes a greve não é viável” [E1 – Scania].

“Então é o único meio que a gente vai conseguir, então chega e ‘ó, *essa seção vai parar*’, então acho que é a única maneira, infelizmente é assim, bom seria um acordo entre a empresa e os funcionários, mas esse é um meio que se usa prá conseguir alguma coisa. Mesmo assim, em algumas ocasiões, a gente sai perdendo” [E2 – Scania].

Quando questionados sobre a função do sindicato, suas principais tarefas, todos demonstraram uma posição favorável à negociação, tendo em vista a defesa dos interesses dos trabalhadores ameaçados pela tentativas de flexibilização das leis trabalhistas:

“(...) eu acho que o sindicato tinha que lutar pra manter a CLT e tentar adicionar alguma lei nova pra beneficiar os trabalhadores, (...) e a garantia do emprego também” [E2 - MBB].

Apesar de um certo reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo sindicato, chamou a atenção o distanciamento com que tratam dessa entidade, como algo que deve “servir” os trabalhadores, mas que não sofreriam nenhuma influência por parte deles.

“(…) sempre que o funcionário precisar, ele estar ali, às ordens, em relação a qualquer coisa, seja um problema social, um problema com a empresa, ou seja o convênio que eles tiverem; chegar no sindicato e ele ter uma solução” [E3 - MBB].

“(…) tem que fazer a ponte entre nós e a empresa, se tem um tratamento aí prá, sei lá, um salário prá discussão, eles tem que passar prá nós igual ao que a empresa falou, e deixar em aberto prá ver qual é a nossa opinião” [E2 – Scania].

No caso específico dos aprendizes da VW, percebemos que não é muito claro para eles os papéis desempenhados pelo sindicato; reclamaram de uma certa ausência da instituição, principalmente pelo fato de uma boa parte deles ser sindicalizada, ainda que aprendiz.

“(…) a gente é sindicalizado, tal, mas não sabe o que o sindicato traz prá gente, (...) o que ele tem , o que ele faz, só que eu acho que ele deveria falar mais as coisas prá gente (...). [E1 – VW]

“Eu acho que o sindicato deve olhar pro nosso lado aqui, prá dar uma ajuda na hora de efetivar, pro sindicato dar uma força prá nós, conversar com a pessoa que coordena a parte de estágios (...) [E2 – VW]

Evidente que essa condição de aprendiz não garante ao jovem sua plena condição de trabalhador metalúrgico, uma vez que após o curso podem ou não conseguir a efetivação. Não obstante, muitos já são sindicalizados, e além disso são de fato a base social que futuramente deverá conduzir a entidade, ao menos

teoricamente. Eles indicaram que, devido à separação formal entre a empresa e o SENAI, não podem optar por paralisar em caso de greve, decisão tomada pelos responsáveis pelo curso. Mesmo assim, todos os quatro entrevistados disseram ter participado da última paralisação, com assembléia e passeata, o que indica que encontram alguma legitimidade na instituição. A insistente reclamação da ausência sindical no local de trabalho, da parte dos aprendizes, parece confirmar a nossa hipótese quanto à preferência (implícita) que o sindicato dá ao seu núcleo duro veterano de sustentação.

A relação com os trabalhadores veteranos apresenta todas aquelas características atribuídas aos choque de gerações, os mais experientes avessos a mudanças bruscas, ao contrário dos jovens, e tratando estes como imaturos; o choque não chega às vias de fato, mas existe efetivamente. Isso ganha mais significado quando lembramos que o “núcleo duro” da base do sindicato é composta justamente por esses veteranos:

“As pessoas da minha idade, acredito que aceitam mais as coisas, são mais abertas, tem uma cabeça mais voltada para aceitar as mudanças. As pessoas mais velhas não, (...) você vai colocar, propor uma mudança pra essas pessoas, você tem a resposta (...) – ah, há mais de trinta anos já faço assim, então não pode mudar (...)” [E1 - MBB].

“(...) tem pessoas que aceitam, ‘ô legal, vem aqui, deixa eu te ensinar, vamos aprender’ (...), mas tem uma boa parte que fica com a cabeça meio fechada – ‘ele tá aqui, vai roubar o meu lugar, por que ele tá aqui?’ “ [E3 - MBB].

“É, no início foi aquilo, o pessoal falava ‘*é, quando você nasceu eu já trabalhava aqui*’, tal, mas aí o tempo foi passando e eu fui ganhando a confiança de todo mundo” [E2 – Ford]

Foi possível confirmar algumas indicações sugeridas por Leudemann (1996) que, entrevistando representantes das Comissões de Fábrica e CIPAs das empresas montadoras de veículos do ABC, indicou a visão que os trabalhadores veteranos possuem com relação aos jovens contratados:

“(...) Em 93, ela [a diretoria da Ford] renovou o quadro, botou meninos aqui dentro, de 19 a 30 anos. Quando ela fez isso – e nós até achamos uma boa esse processo, que nós queremos mesmo é admissão e não demissão –, nós percebemos que ela iria fazer uma mexida. E hoje está acontecendo. Ela está tirando toda aquela velharada aposentada, e está deixando os meninos (citado em Leudemann, *op. cit.*, p.152).

A diferença no perfil entre “veteranos” e jovens fica bem evidente quando verificamos a formação escolar dos últimos. Já mencionamos que um boa parte dos entrevistados são universitários, um fenômeno dentro dessa categoria de trabalhadores que parece ganhar cada vez mais destaque. Já não é tão raro encontrar metalúrgicos cursando Direito, Economia, Ciências Sociais, Administração de Empresas, Engenharia etc. O próprio sindicato já detectou isso, como é possível verificar no Mural do *site* do sindicato na Internet, datado de março de 2000, onde o presidente da entidade, Luiz Marinho, divulga um cursinho pré-vestibular para metalúrgicos (*A universidade e a classe operária*), falando da importância em aperfeiçoar os conhecimentos por conta do desenvolvimento tecnológico. Mas pode estar ocorrendo um outro fenômeno, ausente nas manifestações dos dirigentes sindicais, que pode aumentar o desafio em arregimentar os trabalhadores para o sindicato: o fim de uma identidade operária mais consistente.

Desse modo, é interessante verificar a visão de educação e formação profissional que o sindicato apresentava à categoria nos anos 70. Na *Tribuna Metalúrgica* de dezembro de 1976, vemos o anúncio de um centro educacional, criando em convênio com o SENAI, que oferecia cursos de Leitura e Interpretação de Desenho, além de cursos de Matemática Básica em dois módulos. Na matéria assinada por Luiz dos Santos (o Lulinha, um dos diretores da entidade), encontramos os seguintes dizeres:

“É sabido que o trabalhador, para aprender uma profissão, tem que ter uma base escolar, para mais facilmente se iniciar na profissão que escolher (TM, n° 39, p.7)”.

É significativo que o texto seja assinado por um jovem diretor de 28 anos, responsável pelo Departamento Cultural, migrante de Alagoas, que iniciara sua vida profissional aos 14 anos na Volkswagen. Seu falecimento, em 1977, seria motivo de luto para toda a entidade, que dedicou uma pequena matéria na TM de abril de 77. Mas vemos que a percepção que os trabalhadores (inclusive os jovens) tinham de educação era diversa da que reina hoje, até por conta das alterações que, mesmo seletivamente, ocorreram no padrão produtivo. Em outro artigo da TM, referente à conclusão da primeira turma de Leitura e Interpretação de Desenho, a matéria fala:

“Na oportunidade, foi destacada a importância de os trabalhadores se especializarem, através de cursos técnicos, para o exercício das funções na indústria metalúrgica” (TM, n° 40, p.6)”.

No número 43 da TM (p. 4), vemos uma matéria sobre a má utilização dos aprendizes nas empresas, que exerciam tarefas desqualificadas em troca de baixos salários. É salientado que esse tipo de artifício, por parte das empresa, comprometeria a formação de uma mão-de-obra qualificada, onde “os menores, ao passarem a adulto” não estariam “habilitados para exercer uma *profissão*” (grifo meu). Portanto, a educação para os metalúrgicos daquele período significava aprimoramento das *habilidades operárias*, para uma efetiva formação profissional, que consolidaria assim sua *condição metalúrgica*.

Agora, observando as respostas dos jovens entrevistados, vemos que uma boa parte deles pretende mudar de profissão, com vistas a abandonar o “chão da fábrica”, ingressando em áreas administrativas:

“Bem, aqui na área mecânica é mais prá ter experiência mesmo, eu não quero ficar, assim, em mecânica mesmo, eu penso em uma área mais artística, tipo marketing, (...) alguma coisa prá lidar com computador”. [E4 – VW]

“Sim, eu tenho essa pretensão de mudar de profissão (...), pretendo ser um administrador de empresas futuramente. (...) Porque eu me identifico com esse tipo de tarefa, de função (...) [E1 - MBB].

“Eu penso em mudar de área, pretendo fazer análise de sistemas agora. Não é uma mudança radical de empresa, mas acho que na área de mecânica assim, acho que não dá ...” [E3 – Scania].

Vale notar, todavia, que nem todos são tão otimistas quanto à mudança de área profissional. Alguns demonstraram valorizar muito seu atual emprego, sempre em comparação com o atual mercado de trabalho.

“(...) eu pretendo voltar a estudar e tentar alguma coisa aqui dentro da empresa mesmo, mas não vou fazer faculdade, um curso técnico mesmo, de eletrônica” [E7 – Ford].

“É, mudar radicalmente prá mim parece loucura, sei lá. Por exemplo, quando ocorre recrutamento interno, tem que ter conhecimento de algum produto, se você já tá aqui há dez anos, pô, você conhece bastante. Agora, você tá de montador ou mecânico, aí você quer mudar prá biologia. (...) Aí você se forma, vai fazer estágio onde ? Bem, você ganha mil e duzentos ou mil e quatrocentos reais aqui, mas num estágio não passa de quatrocentos reais” [E4 – Scania].

Não surpreende a nova abordagem dada atualmente à educação. Em matéria publicada recentemente, a revista *Veja* (ed. 1682,10/01/2001) chega mesmo a falar em “Doutor Metalúrgico”, ou seja, operários políglotas, com diploma universitário e estágios no exterior. A reportagem relata o caso específico dos trabalhadores das montadoras do ABC paulista, que estariam deixando de ser “peões” ou “orelhas secas” para se transformar em operários altamente qualificados. Os entrevistados foram jovens na faixa dos 19 aos 27 anos, basicamente da GM de São Caetano e da Volkswagen, todos com cursos universitários concluídos e em andamento, alguns com *lato sensu* e outros com planos de mestrado e doutorado. Segundo a matéria, o processo de reestruturação produtiva e a crescente competitividade, que culminou com a redução do quadro de funcionários na última década, levou os “sobreviventes” a buscar constante aperfeiçoamento profissional, caminho inevitável na nova economia.

“Os metalúrgicos que garantiram seu emprego reciclando-se no ritmo imposto pela competição, porém, ganharam como prêmio salários melhores e uma vida menos

monótona e mais educada. As fábricas ganharam sua sobrevivência. Insistir em produzir carros pelos processos antigos teria levado todas à falência” (*op. cit.*).

Em que pese as reais mudanças nas plantas produtivas nas duas últimas décadas e a diminuição crescente da base metalúrgica, não nos parece que esse fenômeno se caracterize como uma tendência geral entre as montadoras. Em uma reunião da juventude da CUT realizada em 31 de março de 2001, entre os jovens de diversas categorias para se discutir o primeiro emprego, o depoimento de um representante dos metalúrgicos do ABC chamou a atenção. Ele, um jovem membro da comissão de fábrica da Mercedes Benz, disse que os responsáveis por um setor da empresa vieram reclamar de um jovem operário que andava faltando muito, demonstrando-se apático durante sua jornada. Depois de uma conversa com a comissão de fábrica, esse trabalhador disse que não via mais motivo para se dedicar à empresa, pois inicialmente fora um operário exemplar, havia terminado a pouco o curso de engenharia, cursava os estágios avanços no curso de inglês, mas mesmo assim fora preterido numa oportunidade de promoção; sua qualificação não lhe rendeu a recompensa tão propagandeada pela empresa.

Em recente pesquisa realizada por Corrochano (2001) entre os jovens de pequenas e médias empresas metalúrgicas na região do ABC paulista, verificou a autora um perfil bem característico desses trabalhadores: escolaridade alta, (37,5% com ensino médio incompleto, 20,8% com ensino médio completo); uma destacada origem migrante dos jovens entrevistados (48%); envolvimento institucional reduzido aos círculos religiosos e aos clubes esportivos; a grande

maioria homens e solteiros (mais de 70%). Em suas entrevistas, ficou claro que a participação sindical desse grupo metalúrgico está associada ao tempo de trabalho na empresa, o tamanho dessa empresa e a existência de uma comissão de fábrica; quanto mais anos ele estiver empregado, quanto maior for a fábrica, maior a possibilidade de existir uma CF, logo maior a probabilidade desses jovens efetivarem sua filiação.

Mas o que nos chamou a atenção foi a questão da escolaridade e sua relação com a admissão e a carreira profissional. Como destacado acima, a escolaridade dos trabalhadores pode ser considerada bem acima da média nacional, o que poderia nos indicar uma valorização desse quesito por parte das empresas. Mas quando olhamos o modo de ingresso dos jovens dessas empresas, notamos que o currículo pesou muito pouco: 83,3% dos entrevistados conseguiram o emprego porque foram indicados por amigos e parentes que já trabalhavam nas empresas. Além disso, muitos consideram sua escolaridade muito além das necessidades reais¹³ de seus postos de trabalho.

“A falta ou a pouca conexão do conhecimento escolar com a fábrica fazia com que muitos jovens considerassem que estudar até a 4ª série do Ensino Fundamental (...) mais do que suficiente para o exercício de suas funções na empresa. (...) Garotos que tinham realizado curso de ferramentaria, ajustagem, no Senai, cursos para operar máquina de Controle Numérico Computadorizado, garotas que tinham feito curso de administração, auxiliar de escritório etc. permaneciam como operadores de máquina ou auxiliares de montagem” (*op. cit.*, pp 39-40).

¹³ “Na explicação da relação observada entre educação e êxito profissional efetuada pelo *capital humano* ignora-se a existência de algo que se pode chamar estruturas do mercado de trabalho. Desse modo, existe uma outra corrente teórica, que poderíamos denominar genericamente de *ênfase estrutural*, que considera injustificada a ênfase dada à educação e outras formas de capital humano, e relaciona os êxitos iniciais com a existência de estruturas nos mercados de trabalho. Precisamente, um dos pontos centrais deste enfoque é a aceitação de que os benefícios da educação variam dependendo do contexto estrutural (Espejo, 1998, p. 41, tradução própria).

Isso acaba por se refletir na expectativa que tais jovens criam com relação à carreira profissional. Como a escolaridade tem aumentado consideravelmente, maiores são as parcelas de trabalhadores insatisfeitos com suas funções:

“Migrantes, jovens com baixa escolaridade e mulheres casadas estão mais satisfeitos com a vida fabril, embora não tenham deixado de apontar problemas, operários e operárias mais escolarizados estão menos satisfeitos: não vêem aproveitado seu conhecimento, não conseguem alterar seus cargos e funções e percebem que, independente de sua escolaridade, realizam tarefas semelhantes aos menos escolarizados e as perspectivas de mudanças e de serem ouvidos associam-se muito mais a critérios subjetivos das gerências que a atributos que possam possuir” (*op. cit.*, pag. 23).

Essa desilusão termina por atingir sua identidade operária, como temos sugerido no caso dos jovens das montadoras. Tanto em um caso como no outro o sentimento de *transitoriedade* está presente, os jovens não conseguem sentir orgulho por seu trabalho; Corrochano indica que os jovens migrantes e com pouca escolaridade se apresentam satisfeitos, o que nos remete ao perfil das gerações anteriores de metalúrgicos, que construíam sua identidade operária justamente no orgulho de ser metalúrgico, deixando para trás o passado rural.

Se essas gerações anteriores participavam das greves há vinte anos atrás, principalmente porque sentiam que eram eles que produziam a riqueza do país, e não recebiam esse reconhecimento¹⁴ convertendo essa revolta em identidade de classe, hoje esses jovens, filhos daquela geração (que portanto foram beneficiados pelas conquistas daquele período) não se sentem mais satisfeitos com a condição presente, estão alheios a uma identidade classista. Esses próprios jovens reconhecem as conquistas do passado (“...mas nós metalúrgicos

¹⁴ Ver Sader, *op. cit.*

aqui do ABC devemos muito ao sindicato, principalmente de alguns anos atrás” – E1-MBB), mas o significado daquela identidade que acendia o ânimo da “peãozada” parece algo antediluviano, muito distante.

7 - Conclusões

Esse pequeno retrato da juventude metalúrgica já nos permite algumas conclusões, que devem contudo ser ponderadas pelo fato de termos optado em não trabalhar com amostras estatísticas; esses dados nos aproximam de um perfil de jovens metalúrgicos existentes hoje nas empresas montadoras de automóveis no ABC paulista, talvez nos aproxime mesmo de um perfil mais abrangente de jovem trabalhador.

Antes do trabalho de campo, tínhamos como hipótese geral que o formato da estrutura sindical brasileira, extremamente verticalizada, atada à unicidade sindical e ao monopólio de representação, poderia ser o elemento estrutural que afastaria a juventude do sindicato. Posto que a base social do sindicato, particularmente seu “núcleo duro”, é composta de trabalhadores com mais de cinco anos de trabalho em empresas da região, a maioria com mais de trinta anos de idade, então levantamos a possibilidade de que o sindicato não contemplava de fato, apenas nos discursos, os interesses específicos dos jovens trabalhadores.

Pois bem, os dados indicam algumas características do relacionamento entre a juventude metalúrgica e o SMABC que devem ser confrontadas com as hipóteses iniciais e com a bibliografia (escassa) sobre o tema.

a) A estrutura sindical herdada do período getulista, mantida com algumas alterações até os dias de hoje, parece bastante obsoleta para o novo perfil que apresenta o mercado de trabalho, contudo não há evidências que seja um empecilho para um trabalho de base do sindicato aqui em questão, que consolidou nas grandes empresas as comissões de fábrica, as comissões sindicais e de prevenções de acidentes. O índice de sindicalização na região, e nessas empresas em particular, está acima da média de muitas categorias, sendo que entre os jovens de até 29 anos as taxas ficam entre 15% e 20%, variando de uma empresa para outra.

Os sindicalistas afirmam constantemente a importância da participação juvenil na entidade, mas acreditam que o limite para uma classificação de trabalhador “jovem” seja de 25 anos, e não 29 como adota a comissão de juventude; nesse sentido acham que o jovem participa pouco, mas que o sindicato não consegue atrair esse público. A maioria concorda que a sua própria geração fora mais atuante, um dado até certo ponto esperado (mas houve aqueles que diziam que sua própria geração não diferia da atual). Se o sindicato deve realizar atividades específicas para os jovens, elas devem ser uma tática *a mais* para a campanha de filiação; segundo um importante dirigente do sindicato, em um encontro realizado em abril de 2000, “será necessário implantar políticas permanentes voltadas à juventude a partir dos próprios jovens”, que pode ser interpretado tanto como um incentivo ao protagonismo dessa faixa etária quanto uma atribuição de responsabilidade aos próprios, que só não ganhariam espaço na entidade se não se esforçassem para isso. Nas pautas de reivindicação para

as negociações coletivas, vemos presente algumas cláusulas específicas para os jovens, mas que não avançaram para além da legislação vigente. Nesse aspecto vale lembrar que os sindicatos durante os anos 90 se viram na defensiva, com o aumento do desemprego e a flexibilização da legislação trabalhista, em troca da manutenção do emprego e participação nos lucros das empresas¹⁵.

Os jovens filiados militantes e “simpatizantes” (ativistas intermitentes) que responderam ao nosso questionário parecem estar bem próximos daquele perfil traçado por Sousa (1999, pp. 193-202) quanto à militância política dos jovens dos anos 1990: esses jovens buscam o reconhecimento de sua individualidade dentro desses espaços coletivos, fazer política não deve ser um ato que venha a sufocar suas expectativas pessoais; rir, divertir-se, ser feliz na militância vira o contraponto de um ascetismo introspectivo, associado ao passado. Nossos jovens responderam que a militância, apesar de importante, deve ser conciliada com as outras dimensões de suas vidas, por isso ela não atrapalha sua vidas (apesar de uma boa parte afirmar que sim). Poucos demonstraram interesse em se envolver com mais dedicação institucional, mas reconheceram que os jovens participam muito pouco; além do mais, estão afinados com a estratégia do sindicato, de negociações permanentes com empresários e governo, mas que não descaracterizariam seu perfil de oposição.

Os jovens que não são associados, por outro lado, se aproximam em alguns pontos da descrição feita pelos sociólogos norte-americanos Schneider e

¹⁵ Cf. Heloísa Martins e Iran Jácome Rodrigues, “O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90”, *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, out-1999, pp. 155-182 (editada em fev/2000).

Stevenson (1999) dos jovens daquele país: ambiciosos e motivados, mas sem rumos:

“Os adolescentes nos anos 1990 são a geração mais ambiciosa ocupacional e educacionalmente de *teenagers*. Muitos, contudo, desconhecem informações básicas sobre como uma maior educação é requerida para aquelas ocupações de seus sonhos. Não sabem como essa maior educação exigida traz dificuldades para construir planos realistas para atingir seus objetivos ” (p. 79, tradução própria).

Apesar da formação técnica adquirida no ensino médio, nossos jovens (como os americanos) sentem uma pressão em aumentar seu grau de escolaridade, pretendem sair da categoria assim que possível, são também muito ambiciosos quanto às suas carreiras profissionais, mas parecem um pouco confusos quanto às reais possibilidades. Essa falta de identificação com a atual profissão, esse sentimento de *transitoriedade* para com sua condição de metalúrgico, podem desestimular uma participação mais efetiva nas atividades propostas pelo sindicato. Isso não significa, contudo, que não reconheçam os méritos do sindicato e as conquistas do passado. Visualizam como tarefa primordial da entidade negociar melhores condições de trabalho e salários, aceitam a greve como última solução para conquistar seus direitos, mas fazem ressalvas quanto a sua utilização.

b) Essa participação relativamente limitada no mundo sindical poderia dar razão às hipóteses de Olson (1999), de que as pessoas tendem a não participar de uma organização quando percebem que os “custos” dessa participação podem ser maiores que os benefícios, uma vez que sua participação individual pouco

acrescenta ao resultado final obtido por essas instituições; o mais “racional” seria aguardar o provimento dos benefícios sem despender muito esforço para tanto, já que esses benefícios seriam de todo modo coletivos. É preciso entender essa hipótese como um tipo ideal, pois mesmo tendo certa força explicativa, carrega um pouco nas tintas sobre os interesses racionais dos indivíduos. Não nos parece portanto ser exatamente esse o caso dos jovens entrevistados. Eles estão abertos até certo ponto ao discurso sindical, lhes é impossível ignorar a história do movimento sindical de anos atrás. Enquanto estiverem usando o macacão da fábrica, não haveria porque não escutar a voz do sindicato. Mas daí para uma participação efetiva há uma certa distância. O que parece caracterizá-los é o sentimento de *transição*, mas não exatamente no sentido biológico de final da puberdade, e sim num sentido mais sociológico – de mobilidade profissional e/ou social. Seus pais participaram de uma geração de abandonava o meio rural e buscava a “sorte” na cidade grande. Para eles, trabalhar numa grande empresa multinacional já era mais do que poderiam esperar; não obstante, o “despotismo fabril” e o regime autoritário apenas potencializaram a identidade operária daqueles trabalhadores, que visualizavam o *inimigo*, facilitando a arregimentação sindical. Nossos jovens, mais educados, usufruindo as conquistas do passado e com salários acima da média nacional, desejam algo além disso: abandonar o estigma de “peão”, de preferência ressaltando a singularidade de sua geração *ponto com*.

c) Não nos parece, contudo, que a explicação por meio de características exclusivamente geracionais possa dar conta da atual fraca disposição juvenil às lutas sindicais. Se aceitarmos a hipótese de Groppo (1999) quanto a transformação da juventude em *juvenilidade* – de uma vivência transitória para um estilo de vida identificado ao bem estar consumista –, então deveríamos deslocar a discussão dos sentidos biológico e psicológico clássicos (passagem da infância para a maturidade) para a de transformações culturais (de resto, sociais) que transformaram o nosso tempo numa “era da juventude” por excelência. Ora, qualquer um pode ser jovem, em qualquer idade biológica, bastando condicionar seu corpo fisicamente e usar as roupas apropriadas, comportando-se de modo adequado¹⁶. O aumento da expectativa de vida, fenômeno mundial, tem levado a uma nova “indiferenciação geracional”, diversa daquela descrita por Ariès (1978) sobre a Idade Média. Todos devem demonstrar capacidade de requalificação contínua, devem rejuvenescer permanentemente para continuar no mercado de trabalho. Caligaris (2000) indicou que o ideal da sociedade hoje é a adolescência, por representar o período de “moratória” das obrigações e do usufruto do ócio; é sintomático que tanto as crianças quanto os adultos vistam-se hoje de modo cada vez mais parecidos com os *teenagers*, ao contrário de décadas atrás, quando o ideal era justamente o da vida adulta. O autor sugere que o engajamento político dos jovens dos anos 1960 ocorria não por conformismo aos padrões da vida “ordeira”, mas porque não queriam aparecer como indivíduos despreocupados e alienados, logo com características infantis e adolescentes (p. 71). Vimos que é

¹⁶ Um bom exemplo desse novo fetiche da juventude foi demonstrado no filme *Beleza Americana* (*American Beauty*, 2000), em que um homem maduro apaixona-se pela amiga de sua filha adolescente, procurando “juvenilizar-se” para conquistá-la.

problemático utilizar o termo “juventude” para falar de um universo tão diversificado, contudo notamos que existe uma pressão muito forte do mercado para homogeneizar essa parcela da população (por meio do consumo de etiquetas), independente de sua posição social, seu sexo, seu estado civil e mesmo sua possível paternidade – hoje ser pai/mãe é cada vez mais um papel distinto daquele de nossos pais e avós, já que podemos continuar “jovens”.

Valeria lembrar aqui também as reflexões desenvolvidas por Sennett (1999) sobre aquilo que nomeou de *conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, derivadas do novo formato do mercado de trabalho e dos processos produtivos. A sociedade da informática e da produção flexível procura abolir a *rotina* do trabalho e da vida das pessoas, aquela característica das sociedades tradicionais e mesmo das sociedades industriais regidas pelo fordismo. A regra é a *inovação*, adaptar-se rapidamente às novas condições de vida, que gera contudo um sentimento de *deriva*. Disso decorre que aspectos até pouco tempo considerados virtuosos, como habilidades específicas de uma determinada profissão, aprendizado por experiência de vida, sentimento de pertencer a uma “comunidade” etc, são substituídos pela fixação ao sucesso. Para esse autor, o que está sendo questionado nesse novo ambiente econômico é a idéia de uma *ética do trabalho*, tal qual nos foi apresentada por Max Weber em sua discussão sobre o espírito do capitalismo em sua fase de consolidação – no lugar das certezas de uma “carreira profissional”, vê-se a busca desenfreada pelo aperfeiçoamento contínuo e por uma “reinvenção da experiência”.

Ora, o caso dos jovens trabalhadores do ABC paulista realmente demonstraria que a ação sindical frente a atual conjuntura sócio-econômica encontra dificuldades em aumentar seu número de filiados nessa faixa etária, o que encontraria correspondência em outros casos internacionais. Parece pouco provável que a estrutura sindical desempenhe papel crucial nesse fenômeno, embora a reforma sindical possa facilitar a ampliação da base social, sem a restrição territorial ou o monopólio de representação. Os trabalhadores das empresas montadoras envolvem-se de uma forma ou de outra com a entidade, mas o sentimento de participação dos trabalhadores veteranos e dos jovens (filiados ou não) difere bastante; a formação educacional e a cultura empresarial contemporâneas dificultam a construção de uma *história profissional*, como a de alguns anos atrás, quando o aprendiz saía do SENAI e fica anos na mesma empresa, criando uma *identidade profissional* (o orgulho de ser um operário que construía o “Brasil grande e potente”, conforme o personagem João Ferrador da Tribuna Metalúrgica, durante a gestão Lula no sindicato).

Mesmo os jovens militantes do sindicato estudam em universidades, muitos dos quais em cursos absolutamente diversos de sua atuação profissional atual. Para esses, a militância lhes atribui uma identidade juvenil, mas somente porque podem conciliar outras dimensões da vida com essa atividade, particularmente o estudo e o lazer. Segundo Sousa, eles podem ser um elo entre o estilo tradicional e os novos modos de militância, mas como esse ainda é muito nebuloso buscam referências naquilo que conhecem efetivamente.

Podemos considerar, igualmente, o panorama exposto por Beaud e Pialoux da juventude operária francesa, no qual os antigos militantes e demais operários sentem que a cadeia que ligava as gerações foi rompida pela reestruturação produtiva e pela escola, os valores entre as gerações estão separados por um enorme fosso, inviabilizando a continuidade de um sindicalismo nos padrões tradicionais, comunista ou cristão. Se existe singularidades nada desprezíveis entre os casos brasileiro e francês, podemos conjeturar até onde essa tendência pode ser generalizada.

Nossa investigação junto aos jovens operários da montadoras do ABC paulista indicou que uma transformação supraestrutural ocorre hoje na sociedade brasileira, como de resto nas demais sociedades capitalistas – o trabalho tende a ser *mais um* componente na vida cotidiana das pessoas, tendendo a deixar de ser o componente por excelência. Logo, os valores positivos vinculados a ele (orgulho das habilidades profissionais, honestidade acima da ganância, solidariedade aos companheiros de labuta) poderão ser substituídos por aqueles característicos da nova mentalidade liberal, distinta da “ética protestante” – competição desenfreada entre seus pares, expectativa de ascensão econômica sobrevalorizada, maior sensibilidade à pressão consumista. Como temos clareza que uma tal exposição soa como “tipos ideais” das relações sociais no meio operário, devemos ter em mente que tais características sempre coexistiram ao longo da história humana, mas que em determinadas épocas algumas terminam por se destacar mais que as outras.

Certamente os últimos dez anos deram maior difusão aos novos valores liberais, e as conseqüências negativas para o movimento sindical foram notáveis, em que pese todas as transformações infraestruturais ocorridas no mesmo período. Só não podemos compartilhar das visões fatalistas do fim do sindicalismo ou da fragmentação irreversível dos interesses coletivos, pois é preciso lembrar que o século XX foi ele próprio a negação da lógica mercantil funcionando *per se*, o que possibilitou a preponderância do movimento sindical no após-guerra. Cabe aos dirigentes e militantes sindicais captar as alterações mentais e objetivas em curso, e reconfigurar o modelo em busca de uma maior participação do conjunto dos trabalhadores, que definitivamente não é mais somente o do homem adulto provedor, que, sabemos, orientou a teoria e a ação de inúmeros militantes por várias gerações.

8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis (Punks e Darks no espetáculo urbano)*, São Paulo, Scritta, 1994.

ABRAMO, H. W., FREITAS, Maria Virginia de, SPÓSITO, Marília Pontes (organizadoras). *Juventude em Debate*. São Paulo, Editora Cortez, 2000.

ABRAMO, Laís Wendel. *O resgate da dignidade (A greve de 1978 em São Bernardo)*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 1987.

ANDRADE, Régis de Castro. "Trabalho e Sindicalismo – memória dos 30 anos do movimento de Osasco" in *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, volume 10, número 2, outubro de 1998.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Editora Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978

BAJOIT, Guy E FRANSSSEN, Abraham - "O Trabalho, busca de sentido", *Juventude e Contemporaneidade*, Revista da ANPED, Número Especial, 1997

BEAUD, Stéphane e PIALOUX, Michel. *Retour sur la condition ouvrière – Enquête aux usines Peugeot de Sochaux-Montbéliard*, Paris, ed. Fayard, 1999.

----- "Permanentes e Temporários" in *A Miséria do Mundo*", Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.

BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o Trabalhismo – Partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1989.

BERCOVICH, Alícia, MADEIRA, Felícia, TORRES, Haroldo, "Descontinuidades Demográficas", *20 Anos no Ano 2000 – Estudos Demográficos sobre a Juventude Paulista*, São Paulo, Fundação SEADE, 1998._

BIHR, Alain. *Da Grande Noite à alternativa. O movimento operário europeu em crise*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999, 2ª Edição.

BOITO Jr., Armando, "Reforma e Persistência da Estrutura Sindical", Boito Jr., Armando (Org.), *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*, RJ, Paz E Terra, 1991.

----- *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Editora Xamã, 1999.

BOURDIEU, Pierre. "O fim de um mundo", in *A Miséria do Mundo*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.

BRESCIANI, Luís Paulo, "Reestruturação Industrial e Negociação Coletiva : O sindicalismo brasileiro vai à Luta" , *Terceirização (Diversidade e Negociação no Mundo Do Trabalho)* , Martins e Ramalho (Org.), São Paulo, Hucitec : CEDI/NETS, 1994.

----- "Desafios e estratégias dos metalúrgicos no coração automotivo do Brasil" in *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, ano 4, número 8, 1998.

CALLIGARIS, Contardo. *A Adolescência*. Coleção Folha Explica, São Paulo, Publifolha, 2000.

CATTANI, Antonio David, *Trabalho e Autonomia*, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1996.

COMIM Álvaro A., CARDOSO Adalberto M., E CAMPOS André G., "As bases sociais do sindicalismo metalúrgico", Arbix, G. E Zilbovicius, M. (Org.), *De JK à FHC- A Reinvenção do Carro*, São Paulo, Ed. Scritta, 1997.

CORROCHANO. Maria Carla. *Jovens olhares sobre o trabalho – Um estudo de jovens operários e operárias em São Bernardo do Campo*. Dissertação de Mestrado a ser defendida na Faculdade de Educação da USP, 2001

DELGADO, Maria Berenice G. - "Relação difícil mas promissora", *Tempo e Presença*, CEDI, N. 248, Dezembro de 1989.

DURAND, Jean-Pierre. "Le compromis productif change de nature!", *Le syndicalisme au futur*, Paris, Syros, 1996.

DURKHEIM, Émile. "Divisão do trabalho anômica" in Rodrigues, J. A., (org.), *Durkheim – Grandes Cientistas Sociais*, São Paulo, Ática, 1993, 6ª edição.

EISENSTADT, S. N. *De geração a Geração*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1976.

ESPEJO, Maria Isabel Garcia. *Recursos formativos e inserción laboral de jóvenes*. Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1998 (Colección "Monografías", nº 158).

FERNANDES, Florestan. *O PT em movimento: Contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, Editora Cortez : Autores Associados, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Editora Vozes, 1997, 16ª edição.

GORENDER, Jacob. *Marxismo Sem Utopia*. São Paulo, Editora Ática, 1999.

GRISSET, Antoine, KRAVETZ, Marx. "Sindicalismo e movimento revolucionário nos movimentos estudantis" in *Sociologia da Juventude IV – Os movimentos juvenis*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.

GROPPO, Luís Antonio. *Juventude – Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*, Rio de Janeiro, Difel, 2000.

HABERMAS, Jürgen, "A Nova Intransparência", *Novos Estudos CEBRAP*, Número 18, Setembro de 1987.

HARVEY, David, "Teorizando a transição", *A Condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, Ed. Loyola, 1992.

HOBBSBAWN, Eric, *A Era dos Extremos. O Breve Século XX: 1914/1991*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

IANNI, Otávio. "O jovem radical", S. de Brito (org.), *Sociologia da Juventude I. Da Europa de Marx à América Latina de hoje*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.

KERN, Horst, SCHUMANN, Michael. "Des surprises lors de d'approche du thème de l'étude" in *La fin de la division du travail ?*, Paris, Éditions de la Maison des Sciences de L'Homme, 1989.

KOCHAN, Thomas A., LANSBURY, Russell D., MaCDUFFIE, John Paul. *After Lean Production – Evolving Employment Practices in the World Auto Industry*. Ithaca, Cornell University Press, 1997.

LARANJEIRA, Sonia, "Qualificação" e "Fordismo E Pós-Fordismo", *Trabalho e Tecnologia: Dicionário Crítico*, Antonio D. Cattani (Org.), Porto Alegre: São Paulo, Edufrgs: Ed. Vozes, 1997.

LÊNIN, V. I. *Acerca de la Juventud*, Moscou, Editorial Progreso, 1976.

LEUDEMANN, Marta da Silveira. *As novas formas de organização do trabalho e da produção na indústria automobilística brasileira: Os casos da Ford e da Volkswagen*. Trabalho de Graduação Individual, Departamento de Geografia da FFLCH/USP, 1996.

LIPIETZ, Alain. *Miragens e Milagres – Problemas de industrialização no Terceiro Mundo*, São Paulo, Editora Nobel, 1988.

LOBO, Elisabeth, "As Mulheres e os Sindicatos: Novas Práticas, Velhos Problemas", *Tempo e Presença*, CEDI, N. 214, Novembro de 1986.

LOCKE, Richard, PIORE, Michael, KOCHAN, Thomas. "Introduction" in *Employment Relations in a Changing World Economy*, Massachusetts, The MIT Press, 1995.

LOCKE, Richard, THELEN, Kathleen, "Comparações contextualizadas: uma abordagem alternativa para a análise da política sindical" in *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, número 8, ano IV, 1998, pp109-143.

LULA, Luís Inácio da Silva – *Entrevistas e Discursos*, Núcleo Ampliado de Professores do Partido dos Trabalhadores, São Paulo, 1981, 2ª Edição.

LYOTARD, J.F., "A Natureza do Vínculo Social: A Perspectiva Pós-Moderna", *O Pós-Moderno*, Rio de Janeiro, José Olympio Ed., 1986.

MANGABEIRA, Wilma, *Os Dilemas do Novo Sindicalismo*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará: ANPOCS, 1993.

MANNHEIM, Karl. "O problema da juventude na sociedade contemporânea", S. de Brito (org.), *Sociologia da Juventude I. Da Europa de Marx à América Latina de hoje*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.

----- "O problema sociológico das gerações", *Mannheim – Grandes cientistas sociais*, Marialice Foracchi (org.), São Paulo, Editora Ática, 1982.

MARTINS, Heloísa H. T. de Souza - *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*, São Paulo, Hucitec, 1989, Segunda Edição.

----- *Igreja e Movimento Operário no ABC*, São Paulo: Editora Hucitec, São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994.

----- "O Jovem no Mercado de Trabalho", *Juventude e Contemporaneidade*, Revista da ANPED, Número Especial, 1997.

MISCHE, Ann. "De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política", *Juventude e Contemporaneidade*, Revista da ANPED, Número Especial, 1997.

MOORE, Henrietta L. "The future of work", *British Journal of Industrial Relations*, Volume 33, Number 4, December 1995.

MÜXEL, Anne. "Jovens dos anos noventa: à procura de uma política 'sem rótulos'", *Juventude e Contemporaneidade*, Revista da ANPED, Número Especial, 1997.

NASCIMENTO, Claudio, "Um Processo de Reconstrução", *Linha Direta*, PT - São Paulo, N. 287, 12 a 18 de Outubro de 1996.

PAIS, José Machado, "A Construção Sociológica da Juventude: Alguns Contributos", *Análise Social*, Volume XXV, 1990.

----- "Emprego Juvenil e Mudança Social: Velhas Teses, Novos Modos de Vida", *Análise Social*, Volume XXVI, 1991.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. *Era uma vez em São Bernardo*. Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp: Centro de Memória – Unicamp, 1999.

PIALOUX, Michel. "O velho operário e a nova fábrica" in *A Miséria do Mundo*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.

----- "A perturbação do delegado sindical" in *A Miséria do Mundo*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.

POCHMANN, Márcio. *A batalha do primeiro emprego*. São Paulo, Publisher Brasil, 2000.

OLSON, Mancur. *A lógica da Ação Coletiva*. São Paulo, Edusp, 1999.

PASSERINI, Luisa. "A juventude, metáfora de mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950", G. Levi e J. Schmitt (orgs.), *História dos Jovens 2 – A Época Contemporânea*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

PERROT, Michelle, *Jeunesse de la Grève. France: 1871-1890*, Paris, Éditions du Seuil, 1984.

-----" A juventude operária. Da oficina à fábrica", G. Levi e J. Schmitt (orgs.), *História dos Jovens 2 – A Época Contemporânea*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da Diferença*, Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo: Editora 34, 1999.

POLA, Afonso Celso, "Juventude e Sindicalismo", *Escola: Presente de Futuro*, CGT-CUT-Força Sindical-UNICEF, Outubro de 1996.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a Questão Religiosa*. São Paulo, Edições Paulinas, 1984

RODRIGUES, Eliana Monteiro, SOUZA, Gustavo de Oliveira Coelho de, TORRES, Haroldo G., GODINHO, Rute Eduviges, "Distribuição Espacial", *20 Anos no Ano 2000. Estudos sociodemográficos sobre a juventude paulista*. São Paulo, Fundação SEADE, 1998.

RODRIGUES, Leôncio Martins, *Destino do Sindicalismo*, São Paulo, Edusp:Fapesp, 1999.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena – Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1079-1980)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, 2ª edição.

SANTOS Agnaldo dos, ANDRADE, Anna Maria de Castro. "Atuação Sindical nos anos 90: propostas e negociações quanto à reestruturação produtiva no Estado de São Paulo" in *Emprego e Desenvolvimento Tecnológico – Artigos dos Pesquisadores*, São Paulo: DIEESE, Campinas: CESIT/UNICAMP, 1999, pp.309-326.

SCHNEIDER, Barbara & STEVENSON, David. *The Ambitious Generation – America's teenagers, motivated but directionless*. New Haven and London, Yale University Press, 1999.

SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter – conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1999.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante – Repensando o socialismo*. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *Reinvenções da Utopia. A militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo, Hacker Editores, 1999.

SPOSITO, Marília Pontes, "A sociabilidade juvenil e a rua : Novos conflitos e a ação coletiva na cidade", *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, 1994.

VALLE, Rogério, “Análise da qualificação e do treinamento em algumas empresas do Rio de Janeiro”, CEPAL/CEBRAP, *Seminário Sobre Qualificação E Formação Profissional*, 1998 (Mimeo).

VENTURI, Gustavo, ABRAMO, Helena. “Juventude, Política e Cultura”, *Teoria e Debate*, Revista Trimestral da Fundação Perseu Abramo, nº 45, 2000.

WEBER, Max. “Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída” in *Os Economistas*, São Paulo, Editora Nova Cultural, 1997.

WEFFORT, Francisco. “Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco, 1968” in *Caderno Cebrap*, número 5, 1972.

JORNAIS, REVISTAS, FONTES PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS

“A ameaça maior da drogas legais – estudo mostra que consumo de substâncias ilegais permanece em patamares baixos”, *Pesquisa Fapesp*, nº 52, abril de 2000 (reportagem de Marta Góes).

“Doutor Metalúrgico – quem prospera nas montadoras brasileiras são operários políglotas, com diploma universitário e estágios no exterior”, *Veja*, edição 1.682, 10 de janeiro de 2001, seção Geral - Educação (reportagem de Silvio Ferraz).

“High hopes, little trust – a study of young workers and theirs ups and downs in the new economy”, Peter D. Research Associates, AFL-CIO, 1999 (www.aflcio.org/articles/high_hopes/index.htm).

“Indicadores sociais dão salto em 7 anos”, *O Estado de São Paulo*, 5 de abril de 2001, pp. A15 – A17.

“Juventude Metalúrgica do ABC”, texto para discussão interna, s/d (Mimeo).

“O Pulso” – Publicação da Comissão de Jovens do Sindicato. Números 1(13/11/97),2 (05/03/98), 3 (08/04/98), 4 (s/d), 5 (19/08/98) e 6 (04/11/98).
Página 4 da *Tribuna Metalúrgica – Publicação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC*.

“Resolução do 3º Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – Juventude”,
Seminário da Juventude, 8 de abril de 2000.

Tribuna Metalúrgica, órgão oficial do Sindicato dos Trabalhadores na Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema. Números 39 (Dez/1976), 40 (Fev/1977), 41 (Abr/1977) e 43 (Set/1977).

“A universidade e a classe operária”, Luís Marinho, *Mural*, março de 2000
(www.smabc.org.br/mural).